

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia aberta)

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	25
Balanços patrimoniais	30
Demonstrações dos resultados	32
Demonstrações dos resultados abrangentes	33
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	34
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	36
Demonstrações do valor adicionado	38
Notas explicativas às demonstrações financeiras	39

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos acionistas

Em nome do Conselho de Administração, é com grande satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Motiva S.A., relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes. Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos clientes, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços, a todos os colaboradores da Motiva e demais *stakeholders*.

1.2. Apresentação

A Motiva é a *holding* que, com base em seu objeto social, está apta a atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além dos setores de infraestruturas metroferroviárias, aeroportuárias, telecomunicações e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como a participar em outras sociedades.

A Motiva opera rodovias no Brasil, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, controlando, individualmente ou em conjunto, 12 concessões de rodovias. Além disso, administramos 5 concessões de mobilidade urbana localizadas nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e até a conclusão da transação anunciada em 18 de novembro, a Companhia mantém a gestão de 20 aeroportos, sendo 17 deles no Brasil, em diversos Estados, e 3 deles no exterior, em Quito (Equador), San José (Costa Rica) e em Curaçao (Curaçao), atualmente classificados como ativos mantidos para venda.

As empresas nas quais a Motiva atualmente detém participação, direta e/ou indiretamente, estão listadas nas notas explicativas n.ºs 1 e 12 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia tem como objetivo o crescimento qualificado de sua base de ativos, abrangendo as diversas concessões conquistadas nos últimos anos em todos os modais em que opera. Além disso, visando à expansão, a Motiva pretende analisar oportunidades de mercado que atendam aos critérios de retorno mínimo exigido e que gerem valor para a Companhia. Adicionalmente, será considerada a viabilidade de otimizar o atual portfólio por meio de estratégias de reciclagem.

1.3. Destaques do ano de 2025

Em 20 de janeiro de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Rota Sorocabana, no valor total de R\$ 2 bilhões, para pagamento de outorga fixa. No dia 25 de fevereiro, houve a aprovação da 2ª emissão de debêntures, no valor total de R\$ 2 bilhões para pagamento da 1ª emissão, alongando o prazo da dívida em 8 anos.

Em 7 de fevereiro de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Rota Sorocabana, cujo objeto consiste na exploração de diversas rodovias estaduais de SP, com 460 km, ligando São Paulo ao interior, via Sorocaba, pelo prazo de 30 anos. O início da operação ocorreu no dia 30 de março de 2025.

Em 11 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão de Barcas, em razão do término do contrato de operação.

Em 17 de fevereiro, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da PRVias, no valor total de R\$ 1 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

Em 28 de março, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Invepar para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% do VLT Carioca. Com a consumação da transação, a participação acionária da Motiva passou a ser de 99,90%.

Em 29 de março de 2025, a Companhia comunicou que encerrou o contrato de concessão da ViaOeste, em razão do final do seu prazo de vigência.

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da PRVias (Lote 3), cujo objeto consiste na exploração de cinco rodovias federais totalizando 569 km, ligando Maringá e Londrina a Ponta Grossa, pelo prazo de 30 anos.

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada a troca da razão social da Companhia para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A..

Em 22 de maio de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo do aditivo de modernização contratual da MSVia, atual Motiva Pantanal.

Em 23 de maio de 2025, a Companhia aprovou a 18ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,3 bilhão, para reforço de caixa.

Em 29 de maio de 2025, a ViaMobilidade – Linhas 8 e 9 assinou o Termo Aditivo para implantação do ETCS (European Train Control System).

Em 28 de junho de 2025, a PRVias iniciou a arrecadação em 5 praças de pedágio.

Em 4 de julho de 2025, a Companhia aprovou a 16ª emissão de debêntures simples da AutoBAN, no valor total de R\$ 2,5 bilhões, para *liability management*.

Em 4 de julho de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 73 dias.

Em 1º de agosto de 2025, a Companhia assinou o aditivo de modernização do contrato da Motiva Pantanal.

Em 26 de setembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na ViaQuatro, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 20 anos.

No dia 9 de outubro, a Companhia aprovou a 19ª emissão de debêntures simples da Motiva, no valor total de R\$ 1,8 bilhão, para reforço de caixa.

No dia 30 de outubro, a Companhia aprovou a oferta de *bonds* por sua controlada indireta em conjunto, a Corporación Quiport S.A., no valor total de US\$ 500 milhões.

Em 13 de novembro de 2025, houve a assinatura do Termo Aditivo na SPVias, que resultou na extensão de prazo do contrato de concessão em 322 dias.

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia anunciou a celebração do contrato de compra e venda da Companhia de Participações em Concessões (CPC), com a ASUR, no montante total de R\$ 5 bilhões para a venda da Plataforma Aeroportuária.

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia sagrou-se vencedora do Processo Competitivo da Autopista Fernão Dias S.A. ofertando 17,05% de desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Motiva Pantanal, no valor total de R\$ 1,4 bilhão, para reforço de caixa e execução de investimentos.

1.4. Perspectivas

Em 2025, a Motiva manteve seu foco na implementação dos pilares estratégicos que orientam sua atuação — Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança em Sustentabilidade. Para 2026, a companhia seguirá orientada pela sua Ambição 2035 e permanecerá atenta a oportunidades de crescimento, preservando disciplina e foco em resultados sustentáveis no longo prazo.

Na Plataforma de Rodovias, o programa de concessões rodoviárias no Brasil segue em trajetória de expansão. Ao longo de 2025, foram realizados 14 leilões, dos quais 3 estaduais, envolvendo projetos em São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais. Esse movimento ampliou a diversificação dos Poderes Concedentes e adicionou mais de 8 mil quilômetros ao conjunto de rodovias concedidas no país, somando R\$ 94 bilhões em investimentos previstos, conforme dados dos editais.

Segundo informações públicas¹, encontram-se em andamento 18 processos relacionados a novas licitações ou otimizações contratuais, envolvendo rodovias federais e estaduais, incluindo projetos com estimativa de realização de leilão em 2026. Desse conjunto, 10 projetos são federais e os demais, estaduais, totalizando 10,8 mil quilômetros de extensão e aproximadamente R\$ 125 bilhões em investimentos. Nesse universo de oportunidades, a Companhia mantém foco em ativos *premium* situados em geografias estratégicas, com destaque para regiões ligadas ao agronegócio, corredores logísticos e grandes metrópoles, em linha com a estratégia de seletividade, disciplina e foco na alocação de capital.

Na plataforma de Trilhos, a Motiva dará continuidade ao plano de investimentos voltado à expansão de seus ativos. Em 2025, a ViaQuatro celebrou aditivo contratual com o Governo do Estado de São Paulo, contemplando investimento adicional de aproximadamente R\$ 4 bilhões para a ampliação da Linha 4 da Estação Vila Sônia até Taboão da Serra e ampliando o prazo do atual Contrato de Concessão em 20 anos. A Companhia também desenvolveu estudo para extensão da Linha 5 de Capão Redondo até Estação Jardim Ângela e está em fase final de negociação junto ao Governo do Estado de São Paulo para inclusão dos investimentos adicionais no Contrato de Concessão e respectivo reequilíbrio contratual.

A Companhia segue atenta a novas oportunidades alinhadas à sua estratégia de crescimento focado e sinérgico, priorizando expansão dentro do atual *footprint* do portfólio. No curto prazo, essas iniciativas representam um universo de aproximadamente R\$ 60 bilhões em potenciais oportunidades, distribuídas notadamente nas regiões Sudeste e Nordeste, mantendo sua abordagem disciplinada e pautada pela seletividade e foco na alocação de capital.

1. Fonte: ANTT, Artesp, Hub de Projetos BNDES

2. ESG

A Sustentabilidade segue como um tema estratégico para a Motiva, orientando a geração de valor para acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores, sociedade e demais públicos de relacionamento. Em 2025, a Companhia avançou na implementação da Ambição 2035, cuja visão atualizada reflete sua aspiração de longo prazo e está estruturada em quatro eixos principais: Crescimento Rentável e Seletivo, Geração de Valor, Balanço Robusto e Liderança em Sustentabilidade.

Para atuar no eixo de Liderança em Sustentabilidade, a Motiva conta com uma estratégia de sustentabilidade robusta organizada em 5 pilares: Redução do Risco Climático e da Pegada Ambiental, Gestão Sustentável da Cadeia de Valor, Impacto Positivo na Sociedade, Valorização das Pessoas e Cultura de Integridade e Segurança. Mais informações sobre as metas de cada pilar, *status* e Governança da Estratégia estão disponíveis em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

Entre os principais marcos, destaca-se a liderança exercida na Coalizão para a Descarbonização dos Transportes, iniciativa que promoveu um esforço coletivo em prol da descarbonização sustentável do setor, com base nas tecnologias e informações atualmente disponíveis, as quais poderão evoluir com novos avanços futuros. Aproximadamente 120 empresas participaram do processo, resultando no mapeamento de 90 alavancas de descarbonização. O estudo identificou três vetores principais para reduzir as emissões do setor em até 70% até 2050: (i) mudança na matriz de transportes para modos mais eficientes; (ii) expansão da eletrificação e uso de soluções *power-to-x*; e (iii) ampliação do uso de biocombustíveis. O estudo completo da iniciativa está disponível em: [Relatório Coalizão Transportes – Completo](#).

Além disso, a Companhia participou da COP 30, realizada em Belém (PA), reforçando seu compromisso com as discussões globais sobre mudanças climáticas e contribuindo para debates estratégicos relacionados ao setor de mobilidade e infraestrutura. Em parceria com atores relevantes, foi estruturada uma agenda estratégica voltada à mitigação e adaptação da infraestrutura de mobilidade, com o objetivo de promover o desenvolvimento de cidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A participação foi marcada por diálogo e colaboração com sociedade civil, setor privado e poder público, promovendo discussões sobre descarbonização setorial, proteção da biodiversidade, adaptação climática e cidades sustentáveis e resilientes. Ao longo do evento, a Companhia esteve presente em 27 painéis, dentro e fora da *Blue Zone*, reforçando seu papel de liderança no setor. Essa atuação evidencia nosso compromisso em antecipar tendências, influenciar políticas públicas e contribuir para soluções que acelerem a transição para uma economia de baixo carbono.

No desempenho em índices e reconhecimentos, a Motiva manteve, pelo 15º ano consecutivo, sua presença na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. A Companhia também permanece listada no Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e conquistou, pelo 12º ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. Além disso, registrou avanço significativo no Índice CSA (Corporate Sustainability Assessment) da S&P Global em 2025, refletindo o fortalecimento das práticas de sustentabilidade e alinhamento aos mais altos padrões globais.

Em 2025, lançamos a Política de Sustentabilidade, reforçando a governança e a integração dos temas *ESG* à gestão corporativa. Também passamos a divulgar trimestralmente os indicadores de sustentabilidade, permitindo acompanhar a evolução dos compromissos assumidos na Estratégia de Sustentabilidade da Motiva. Saiba mais em: <https://www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/>.

A atuação sustentável da Motiva está ancorada em um conjunto robusto de políticas corporativas, incluindo o Estatuto Social, Código de Ética e demais diretrizes, disponíveis na seção de Governança de seu *site*. Anualmente, a Companhia reporta seus avanços e resultados por meio do Relatório de Sustentabilidade

elaborado conforme as referências do International Integrated Reporting Council - Relato Integrado (IIRC), Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB). A edição mais recente está disponível em: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

2.1. Iniciativas voluntárias

A Motiva participa voluntariamente de iniciativas externas conduzidas por instituições de reconhecida credibilidade e adota *frameworks* internacionalmente consolidados, reforçando seu compromisso com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Entre elas, destacam-se o Pacto Global da ONU, que dissemina princípios voltados à responsabilidade corporativa, e a Agenda 2030, com seus objetivos de desenvolvimento sustentável. A Motiva é aderente ao Movimento Ambição *Net Zero* e, em 2025, passou a integrar os movimentos Mente em Foco, voltado à promoção da saúde mental, e Transparência 100%, que incentiva práticas de integridade e combate à corrupção além das obrigações legais. Também participa da iniciativa Liderança com ImPacto, representada pelo CEO Miguel Setas como porta-voz do ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

Adicionalmente, é associada ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), atuando como agente de transformação rumo a uma economia mais sustentável e equitativa.

Em 2025, a Motiva firmou parcerias estratégicas para fortalecer sua agenda de Sustentabilidade, incluindo a Fundação SOS Mata Atlântica e a Reservas Votorantim para conservação da biodiversidade, a adesão à TNFD para gestão de riscos relacionados à natureza, e alianças com empresas do setor elétrico para garantir energia 100% renovável. Incentivando a transparência na gestão de emissões de gases de efeito estufa, a companhia é adepta ao CDP, GHG Protocol e à Science Based Targets Initiative (SBTi).

Para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade a Companhia adota GRI e SASB. Além disso, a Companhia está se preparando para uma transição de reporte de sustentabilidade, visando atender às normas International Financial Reporting Standards - IFRS S1 e S2, que serão obrigatórias a partir de 2026. Essa iniciativa consolida a aderência às melhores práticas globais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, reforçando a integração entre gestão financeira e aspectos *ESG*, com transparência e alinhamento às exigências internacionais.

Dessa forma, o Relatório de transição apresenta a estrutura, o conteúdo técnico e os arranjos de governança necessários para a futura adoção das normas emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) aprovadas pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), a IFRS S1/CBPS 01 – Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2/CBPS 02 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

2.2. Meio Ambiente – Principais ações e destaques

Na Motiva, a gestão ambiental é orientada pelos princípios do desenvolvimento sustentável, com foco na redução de impactos negativos e na ampliação dos positivos em nossas operações e cadeia de valor. Essa premissa permeia toda a gestão dos negócios, abrangendo as plataformas de rodovias, trilhos e aeroportos, e contribui para a construção de uma economia de baixo carbono. Para isso, a Companhia se apoia em diretrizes corporativas, como a Política de Sustentabilidade, lançada em 2025, e a Política de Mudanças Climáticas, além de fortalecer iniciativas locais por meio do Sistema de Gestão Ambiental, um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado.

A Estratégia Climática é um tema material para a Motiva, que se destaca no setor ao divulgar planos de adaptação de seus ativos críticos. Para esse trabalho, a Motiva analisou os impactos das mudanças climáticas até 2050, considerando dois cenários do IPCC (SSP2-4.5 e SSP3-7.0). Foram avaliados riscos físicos (ondas de calor, seca, incêndios, deslizamentos, ventos fortes, inundações e tempestades) e riscos de transição (mercado, reputacional, regulatório/legal e tecnológico). A análise abrangeu rodovias, estações ferroviárias e aeroportos, identificando concessões mais críticas e estimando impactos financeiros.

Tempestades representam a principal ameaça para todos os negócios, seguidas por inundações e deslizamentos em rodovias, e ondas de calor em trilhos e aeroportos. Em 2025, a Companhia definiu aproximadamente 5 mil planos de adaptação para seus ativos com riscos mais críticos identificados, atingindo sua meta com três meses de antecedência.

No que se refere à mitigação das mudanças climáticas, entre 2025 e 2029, a Motiva implementará um projeto para substituir 130 veículos a diesel por modelos elétricos, híbridos e movidos a etanol. Essa transição resultará em uma redução estimada de 4.734 toneladas de CO₂ e no período, reforçando o compromisso com a mobilidade sustentável.

Além disso, como parte da estratégia de compensação, a Motiva adquiriu créditos de carbono provenientes da Reservas Votorantim, seguindo a metodologia PSA Carbonfloor. Foram realizadas duas operações: a primeira com 67 mil créditos e a segunda com aproximadamente 27 mil créditos, garantindo rastreabilidade e integridade ambiental.

Em termos de biodiversidade, a Motiva firmou parceria com a SOS Mata Atlântica para restaurar florestas nativas e promover a sustentabilidade. O projeto contempla a recuperação de áreas nas bacias do Médio Tietê e do Médio Paraíba do Sul, com o plantio de aproximadamente 40 mil árvores em 16 hectares. Além de contribuir para a biodiversidade, a iniciativa apoia a captura de carbono da atmosfera, com previsão de 2.574 toneladas de CO₂ até 2032 e 4.196 toneladas até 2035, alinhando-se à estratégia de neutralidade de carbono da empresa.

A Companhia também apoia a criação de uma unidade de conservação em Lajeado, com 1.290 hectares de restauração florestal e o plantio de 2 milhões de mudas, fortalecendo a proteção da biodiversidade e a captura de carbono. Em 2025, a Companhia reforçou seu compromisso com a sustentabilidade ao aderir à iniciativa global de proteção à biodiversidade liderada pela TNFD (*Taskforce on Nature-related Financial Disclosures*), consolidando sua atuação na gestão de riscos e oportunidades relacionados à natureza. Essa adesão orientará a implementação de Soluções Baseadas na Natureza (SBN ou NBS – *Nature-Based Solutions*) como estratégia para compensar os impactos do negócio.

No primeiro ano, o estudo concentrou-se nas rodovias. Em 2026, será expandido para trilhos, incluindo a valoração dos impactos e a análise da cadeia de valor para ambos os modais.

A Política de Mudanças Climáticas, revisada no final de 2024 e aprovada em 2025, estabelece compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações. Essa política reafirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris. Em linha com essa estratégia, a Motiva também criou sua própria comercializadora de energia elétrica, reforçando a transição para fontes renováveis e a descarbonização das operações.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos da Motiva, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Outros destaques e informações podem ser consultados no *site*: www.motiva.com.br/esg/nossas-praticas/.

2.3. Social

2.3.1 Gestão de Pessoas

A Motiva estrutura sua gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) com foco na melhoria contínua do desempenho, utilizando o Índice de Operação Segura (IOS) para monitorar resultados, identificar oportunidades e fortalecer a maturidade operacional com base em dados e revisões sistemáticas. A abordagem complementada pelo método de Gestão de Riscos por Camadas, que prioriza riscos críticos, controles de maior efetividade e define ações estratégicas considerando gravidade, recorrência e exposição real dos trabalhadores.

Para garantir ambientes seguros e saudáveis, a Companhia implementa controles técnicos, administrativos e comportamentais, promove capacitações e moderniza processos, assegurando conformidade com requisitos legais e programas como PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). O compromisso inclui a eliminação de perigos na origem, fortalecimento de barreiras preventivas e respeito ao direito de recusa frente a riscos graves. A participação ativa dos trabalhadores é estimulada pelo programa Operar+Seguro, que mantém canais formais de escuta e coleta percepções da linha de frente, alimentando decisões gerenciais e planos de ação que reforçam a cultura de responsabilidade compartilhada.

Atualizamos no ano de 2025 a nossa Política de Segurança do Trabalho, publicada no em nosso *site*, tornando-a ainda mais aderente à ambição da Motiva, veja no link: <https://www.motiva.com.br/esg/governanca/>

Em 2025, mantivemos ativos os Cinco Compromissos pela Vida, abrangendo os seguintes pilares fundamentais:

- Aptidão e Treinamento;
- Permissões e Autorizações para Trabalho;
- Posicionamento e Mobilidade;
- Bloqueio e Sistemas de Proteção;
- Comunicação.

Fortalecemos nosso sistema corporativo, disponível para todas as nossas unidades de negócio, que permite que todos e qualquer pessoa nos comunique condições e atitudes inseguras, trazendo simplicidade em relatos de situações de risco.

A Motiva incorporou a Gestão da Performance Proativa em Segurança do Trabalho como um pilar estratégico para fortalecer a confiabilidade operacional, com foco nos fatores humanos. Para isso, foi criado o Índice de Operação Segura (IOS), baseado no modelo Radar de Performance, que permite monitorar de forma sistemática práticas preventivas, reativas e aspectos da cultura organizacional.

O Radar de Performance acompanha mensalmente o avanço em áreas-chave como liderança ativa, engajamento dos colaboradores, aprendizagem organizacional e efetividade dos controles preventivos. Por meio do IOS, a companhia promove análise crítica e aperfeiçoamento contínuo das ferramentas de gestão e controle de riscos, apoiando decisões que asseguram ambientes de trabalho seguros, saudáveis e sustentáveis.

Os reflexos dessas iniciativas foram expressivos: registramos uma redução de 35% na taxa de frequência de acidentes com afastamento (TFCA), passando de 1,83 para 1,19 em relação ao mesmo período do ano anterior. Infelizmente, no decorrer do ano ocorreram acidentes que resultaram no óbito de 2 colaboradores próprios e 7 prestadores de serviços. O resultado demonstra a consolidação de uma evolução consistente na prevenção, evitando a materialização de eventos indesejáveis, em linha com a Cultura de Acidente Zero e *upgrade* da Ambição 2035 com a inclusão da ambição do TFCA <1 para colaboradores próprios e terceiros.

2.3.2. Diversidade & Inclusão (D&I)

Em 2025, a Motiva avançou de forma consistente na consolidação da agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão, com foco no fortalecimento da governança, no desenvolvimento de pessoas e na promoção de uma cultura cada vez mais plural, segura e alinhada aos nossos valores.

Um dos principais marcos do período foi o início da revisão da Governança de D&I, com a criação do Comitê de Diversidade e Inclusão, formado por lideranças estratégicas e patrocinado pelo *C-level*, além da atuação da estrutura central de Diversidade, Equidade e Inclusão e dos Grupos de Afinidade nos pilares de gênero, raça e etnia, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, gerações e culturas. Ao longo do ano, foram iniciadas capacitações para os integrantes dessa governança, bem como discussões estruturantes sobre o posicionamento da área, sua estratégia e a construção dos *roadmaps* de 2026.

No campo do desenvolvimento e do letramento, a Motiva promoveu uma agenda ampla de ações presenciais e institucionais, alcançando diferentes públicos e negócios. Destaque para os ciclos de letramento LGBTQIAPN+ realizados na Companhia; rodas de conversa sobre longevidade e qualidade de vida de pessoas 50+; diálogos sobre violência de gênero; encontros dedicados à neurodiversidade e ao capacitismo; além de espaços de escuta e reflexão, como o Clube do Livro e o Café com Impacto. Essas iniciativas contaram com a participação de lideranças e especialistas internos e externos, ampliando o alcance e a profundidade das discussões.

A Motiva também ampliou sua atuação em espaços externos e institucionais relevantes, participando de fóruns e painéis sobre práticas inclusivas, sustentabilidade e equidade racial, como o Brasil Diverso e a Semana da Diversidade da ANTT, reforçando seu posicionamento público e seu compromisso com a transformação social.

Como reconhecimento desse trabalho, o Metrô Bahia e a Motiva foram certificados com o Selo de Diversidade Étnico-Racial e o Selo de Diversidade de Igualdade Racial, concedidos pelas Prefeituras de Salvador e São Paulo. As certificações reforçam os princípios da Cultura Motiva e reconhecem os avanços na promoção da equidade racial e na construção de ambientes mais diversos e inclusivos.

Ao longo do ano, também foi estruturado o Programa Impulsione – Mentoria Motiva, com edição dedicada a colaboradores negros, incluindo uma vivência presencial no Rio de Janeiro. A iniciativa conecta desenvolvimento profissional, identidade, pertencimento e história, e refletiu o amadurecimento da agenda de D&I em 2025, reforçando o compromisso da Motiva em ampliar oportunidades e fortalecer trajetórias.

Seguindo as melhores práticas de governança, transparência e equidade e, também, conforme a lei nº 15.177/25 que modificou a Lei 6.404/76 incluindo o § 6º ao artigo 133, a companhia informa:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos da companhia;

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia aberta)

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas referentes
aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024*

Colaboradores Contratados	2024				2025			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Analistas	158	52%	147	48%	253	55%	211	45%
Aprendizes	148	34%	291	66%	142	35%	264	65%
Assistentes	47	34%	91	66%	238	50%	239	50%
Conselheiros	0	0%	0	0%	0	0%	2	100%
Consultores	13	65%	7	35%	7	47%	8	53%
Coordenadores	27	63%	16	37%	42	67%	21	33%
Diretores	7	78%	2	22%	3	75%	1	25%
Diretores Executivos	0	0%	1	100%	1	100%	0	0%
Engenheiros	3	100%	0	0%	4	67%	2	33%
Especialistas	90	64%	50	36%	99	68%	46	32%
Estagiários	52	46%	61	54%	36	46%	43	54%
Gerentes	20	80%	5	20%	13	57%	10	43%
Gerentes Executivos	8	67%	4	33%	7	88%	1	13%
Gestores	0	0%	0	0%	2	67%	1	33%
Líderes	5	45%	6	55%	11	41%	16	59%
Operação	1.338	54%	1.152	46%	1.338	62%	833	38%
Órgãos de Governança	2	100%	0	0%	0	0%	0	0%
Supervisores	30	63%	18	38%	36	69%	16	31%
Técnicos	213	77%	65	23%	370	82%	81	18%
Total	2.161	53%	1.916	47%	2.602	59%	1.795	41%

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração da Companhia;

	2024				2025			
	MASCULINO		FEMININO		MASCULINO		FEMININO	
	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção	Quantidade	Proporção
Diretoria Executiva	7	87,5%	1	12,5%	7	87,5%	1	12,5%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia:

Categoria	MOTIVA - 2024					
	Homem Salário Base ¹	Homem Remuneração Total ¹	Mulher Salário Base ¹	Mulher Remuneração Total ¹	Proporção Salário Base Mulher / Homem	Proporção Remuneração Total Mulher / Homem
Administrativos e Operacionais ²	4.012	5.150	3.483	4.148	87%	81%
Média Liderança ³	20.684	28.857	19.261	26.430	93%	92%
Gerentes Executivos e Acima ⁴	60.337	114.714	48.758	81.918	81%	71%

Categoria	MOTIVA - 2025					
	Homem Salário Base ¹	Homem Remuneração Total ¹	Mulher Salário Base ¹	Mulher Remuneração Total ¹	Proporção Salário Base Mulher / Homem	Proporção Remuneração Total Mulher / Homem
Administrativos e Operacionais²	4.323	5.464	3.940	4.661	91%	85%
Média Liderança³	21.192	28.388	20.048	26.929	95%	95%
Gerentes Executivos e Acima⁴	57.868	113.582	51.079	98.725	88%	87%

1. Salário base ajustado para 220 horas + férias e 13º salário. Remuneração total = soma do salário base ajustado para 220 horas + férias, 13º salário, participação nos lucros e resultados, incentivos de longo prazo e eventos variáveis.

2. Operacionais, Supervisores, Líderes, Técnicos, Assistentes e Analistas

3. Especialistas, Coordenadores, Consultores e Gerentes

4. Gerentes Executivos, Diretores e Vice-Presidentes

2.3.3. Instituto Motiva

Em 2025, o Instituto Motiva – evolução do Instituto CCR – lançou sua nova marca e estratégia com foco na promoção de cidades mais resilientes, inclusivas e sustentáveis, atuando pelos pilares de Soluções Sustentáveis, Redução das Desigualdades e Qualidade de Vida, orientando o investimento social por meio de Coalizões, Impacto Territorial e Promoção de Causas. Nesse ano, priorizou 20 territórios estratégicos, realizou diagnósticos e desenvolveu planos participativos com lideranças locais, investindo mais de R\$ 81,7 milhões em mais de 50 projetos que beneficiaram 2,1 milhões de pessoas. A Motiva anunciou a ampliação da Ambição 2035, com protagonismo em impacto social através do Instituto Motiva e investimento social de ~R\$ 1 bilhão até 2035.

Criado em 2014, o Instituto já destinou cerca de R\$ 381,7 milhões a projetos que beneficiaram mais de 18 milhões de pessoas em 550 municípios, consolidando-se como um dos principais investidores sociais do país. Entre as iniciativas, destacam-se o Programa Escolas Baseadas na Natureza, que alcançou mais de 16 mil professores; o Caminhos para a Saúde, que atendeu mais de 27 mil pessoas; o Programa de Voluntariado Corporativo, que engajou mais de 5 mil colaboradores; o Estação Motiva Cultural, que já recebeu mais de 23.300 pessoas; e o Projeto Centenários, que desde 2023 impactou mais de 730 mil pessoas, sendo 550 mil apenas em 2025, homenageando grandes nomes da cultura brasileira e transformando as estações da Linha 4-Amarela em espaços de memória e encontro. Lideramos a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes e apresentamos recomendações na COP30, em Belém. Ao final do ano, a Coalizão conquistou os prêmios Aberje e Eco da Amcham, e o Estação Motiva Cultural ficou em segundo lugar no Prêmio Concerto.

Saiba mais em www.motiva.com.br/instituto/

2.4. Governança corporativa, Auditoria interna e Compliance

A Motiva e seu Conselho de Administração seguem comprometidos com o aprimoramento contínuo da governança corporativa, por meio de medidas como revisão integral do processo decisório, manutenção do Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos (CAC) estatutário, implementação de ferramentas para rastreamento de aprovações e centralização de doações e patrocínios no Instituto Motiva. A Administração é profissional e desvinculada dos maiores acionistas. Os quatro maiores acionistas têm participações equilibradas, não havendo aprovação singular por qualquer um deles.

Entre os avanços mais relevantes, destacam-se a avaliação anual independente do Conselho, aprovação e revisão do Plano Diretor ESG, atualização da matriz de riscos e manutenção das certificações internacionais ISO 37001 (Antissuborno) e ISO 37301 (Compliance), que atestam um sistema estruturado para prevenir, detectar e responder a riscos de compliance, englobando temas integrados à agenda ESG. O detalhamento completo desse escopo está descrito no Programa de Integridade da Motiva¹.

A Motiva e suas controladas são signatárias do Pacto Global da ONU e mantêm seu compromisso com os princípios de ética, integridade e conformidade, alinhados ao Código de Conduta, à Política da Empresa Limpa e às regras do Novo Mercado da B3. Em 2025, a Diretoria de Compliance passou a integrar a Vice-Presidência Jurídico, Governança e Relações Governamentais, junto com a Auditoria Interna. No que diz respeito ao Compliance, o reporte da Vice-Presidência é direto ao Conselho de Administração. A Auditoria Interna segue reportando ao Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos.

Em 2025, a Companhia intensificou suas ações de fortalecimento do Programa de Integridade, com a divulgação de 31 comunicados corporativos sobre políticas, condutas adequadas e aprimoramentos do sistema de processos e controles de compliance. No mesmo período, foram realizados treinamentos presenciais e remotos, que alcançaram mais de 14 mil colaboradores, garantindo 95% de cobertura do público-alvo. A Companhia realizou 6.156 análises de riscos de Compliance de terceiros e parceiros comerciais, o que representa 100% da base de fornecedores cadastrados. O Canal Confidencial recebeu 2.545 relatos, aumento de 13% em relação a 2024, reforçando a confiança de colaboradores e terceiros no Programa de Integridade. Todos os relatos recebidos foram devidamente tratados pelas áreas responsáveis, com aplicação de consequências e remediações. O Programa de Integridade conta com 50 embaixadores de Compliance, distribuídos por todas as unidades do Grupo. Mais detalhes acerca do Programa de Integridade da Motiva e respectivos indicadores estão disponíveis no site institucional².

A Motiva também qualificou 209 fornecedores estratégicos via Hands On ESG e Integridade, um programa desenvolvido em parceria com a Fundação Dom Cabral, integralmente patrocinado pela Companhia. A iniciativa capacita executivos de fornecedores estratégicos em governança, riscos, compliance e sustentabilidade, fortalecendo práticas responsáveis na cadeia de valor e mitigando riscos para a Motiva. Em 2025, o trabalho foi reconhecido nacionalmente, tendo conquistado o 1º Lugar em Boas Práticas de Governança do Prêmio INAC³.

Seguindo a agenda de inovação e simplificação, a Diretoria de Compliance investiu na criação de agentes de inteligência artificial que apoiam a elaboração de pareceres, relatórios e atas de reuniões e entrevistas, com ganho significativo de eficiência de 45% a 50% e ganho imensurável de confiabilidade e qualidade nos trabalhos.

Por fim, em novembro de 2025, durante a COP30, a Motiva aderiu oficialmente ao Movimento Transparência 100%, uma iniciativa do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, que tem como propósito promover a transparência e a integridade nas empresas, incentivando-as a ir além das obrigações legais e a combater a corrupção de forma ativa e responsável. A Motiva divulgou seus resultados para 3 das 5 metas previstas no compromisso, quais sejam, 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança, 100% de transparência sobre os canais de denúncia, 100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade. O progresso pode ser acompanhado em nosso site institucional.

¹ O escopo dessas certificações está detalhadamente descrito no Programa de Integridade da Motiva, disponível em www.motiva.com.br/motiva/compliance.

² www.motiva.com.br/motiva/compliance

³ Instituto Não Aceito Corrupção.

A Motiva garante padrões elevados de governança e transparência, incluindo divulgação anual de transações com partes relacionadas no Formulário de Referência. O plano de investimentos é previamente aprovado e monitorado por terceiros especializados, assegurando rastreabilidade.

Auditoria Interna de 2025 em números

As atividades desenvolvidas em 2025, pela área de Auditoria Interna, envolveram:

- 42 processos auditados em diferentes Plataformas e Unidades de Negócio (incluindo os realizados por consultoria contratada e pela auditoria interna corporativa);
- Revisão e atualização do “Universo Auditável” conforme rotação de ênfase aprovada pelo Conselho de Administração;
- Reuniões com o Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos para os seguintes reportes: (i) *Status* do plano de auditoria; (ii) Resultados das auditorias internas executadas; e (iii) Acompanhamento do *status* de implementação dos planos de ação oriundos das auditorias internas executadas;
- Execução do Plano de Auditoria Contínua, com execução de 18 indicadores analisados.

Mais informações e detalhes sobre a atuação da Motiva no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados no *site*, por meio do endereço www.ri.motiva.com.br.

2.5. Política de Remuneração

A Motiva acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a Companhia a superar desafios e limites.

Fundamentada nesta crença, a Companhia desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento dos colaboradores, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável.

Nos termos da Política de Remuneração, os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia fazem jus a remuneração integralmente fixa e ao recebimento do benefício de seguro de vida. Exceto para os conselheiros que são membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos, os demais membros não recebem remuneração adicional pela participação em comitês de assessoramento do Conselho de Administração. Os membros suplentes do Conselho de Administração, quando indicados, não fazem jus a qualquer remuneração.

Os membros da Diretoria Estatutária da Motiva têm sua remuneração composta pela remuneração fixa, variável e benefícios. Maiores detalhes constam no Formulário de Referência item no 8.1 Política ou prática de remuneração.

2.6. Inovação

Em 2025, a jornada de inovação da Motiva teve início com a aprovação de um modelo federado de governança, concebido para ampliar a autonomia das plataformas e unidades de negócio (UNs) na condução de iniciativas alinhadas às suas necessidades específicas, sem comprometer a aderência à estratégia corporativa. Essa abordagem fortalece a escalabilidade e a eficiência, ao reduzir redundâncias, estimular a reutilização de soluções e promover uma visão integrada do portfólio de inovação, além de acelerar os ciclos de experimentação por meio de processos mais ágeis e orientados a aprendizado.

A adoção desse modelo representou a consolidação de dois marcos relevantes ocorridos ao final de 2024: a definição dos cinco domínios estratégicos de inovação da Motiva (excelência operacional, excelência em

Capex, sustentabilidade e *smart cities*, experiência do cliente e novos negócios) e a criação de um fórum dedicado à pauta, o Comitê de Inovação, Digital e Inteligência Artificial (CIDIA).

A Central de Inovação, instituída no segundo semestre de 2025, passou a responder pela aplicação efetiva da governança, assumindo o papel de liderança da agenda de inovação da companhia. Compete à área definir prioridades e a Ambição da Motiva no tema, orquestrar o desenvolvimento das iniciativas e fomentar uma cultura orientada à geração de valor. Esse movimento culminou na atualização da Ambição 2035, anunciada ao mercado no mês de setembro, que posicionou a inovação como vetor central de valor e eficiência para o futuro da Motiva. Na ocasião, foram divulgados investimentos superiores a R\$ 1 bilhão até 2035, com foco em tecnologias associadas à Indústria 5.0 e projetos com Taxa Interna de Retorno (TIR) superior a 20%.

Desde sua criação, a Central de Inovação estabeleceu bases para uma atuação estruturada de acompanhamento do pipeline de inovação, desde a concepção de business cases, seguido da estruturação de mínimos produtos viáveis (MVPs), até a análise de potencial escala. A área também liderou iniciativas estruturantes voltadas à captura de valor econômico e institucional. Entre elas, destaca-se a condução do primeiro projeto de aproveitamento de benefícios fiscais via Lei do Bem, aplicado a atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizadas pela plataforma de Rodovias. Trata-se de um precedente relevante para a sistematização desse mecanismo na Motiva, com expectativa de ser estendido à plataforma de Trilhos no decorrer de 2026.

A Central de Inovação coordenou a submissão de um projeto de inovação à Chamada Pública para Investimentos Estratégicos na Região Nordeste, no âmbito da Nova Indústria Brasil, direcionado à operação do sistema metroviário de Salvador e Lauro de Freitas (Metrô Bahia). A proposta, estimada em cerca de R\$ 25 milhões, foi desenvolvida em parceria com o Senai Cimatec, centro de excelência em pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, com reconhecida atuação em projetos de inovação industrial e mobilidade. Ao final do mês de novembro, a proposta foi selecionada para a etapa seguinte do processo, em um contexto altamente competitivo, no qual 189 projetos foram aprovados, totalizando aproximadamente R\$ 113 bilhões em propostas de investimentos.

3. Desempenho Econômico-Financeiro

3.1 Desempenho

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO – CONSOLIDADO (R\$ mil)	2025	2024	Var. %
Receita Bruta sem Construção	14.808.230	13.287.498	11,4%
Receita de Pedágio	9.673.167	8.975.150	7,8%
Outras Receitas	5.135.063	4.312.348	19,1%
Deduções da Receita	(917.698)	(876.762)	4,7%
(-) Receita de Construção	4.960.113	5.705.197	-13,1%
Receita Líquida sem Construção (a)	13.890.532	12.410.736	11,9%
Custos e Despesas Totais (b+c+d)	(11.661.947)	(13.568.088)	-14,0%
Custos Caixa (b)	(4.523.089)	(5.902.133)	-23,4%
Pessoal	(1.967.382)	(1.980.758)	-0,7%
Serviços de terceiros	(1.380.574)	(1.585.919)	-12,9%
Outorga	(134.281)	(140.121)	-4,2%
Outros Custos e Despesas	(1.040.852)	(2.195.335)	-52,6%
Custos não Caixa (c)	(2.178.745)	(1.960.758)	11,1%
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(1.532.081)	(1.337.001)	14,6%
Provisão de Manutenção	(519.293)	(490.650)	5,8%
Despesas Antecipadas da Outorga	(127.371)	(133.107)	-4,3%
Custo de Construção (d)	(4.960.113)	(5.705.197)	-13,1%
Não Recorrentes (e)¹	(1.061.005)	759.081	n.m
EBITDA AJUSTADO (a+b+e)²	8.306.438	7.267.684	14,3%
Margem EBITDA Ajustada³	64,2%	54,7%	9,5 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(3.124.084)	(2.469.069)	26,5%
Despesas Financeiras:	(4.805.007)	(3.972.053)	21,0%
Receitas Financeiras:	1.680.923	1.502.984	11,8%
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.501	71.084	11,8%
Lucro Antes do IRPJ & CSLL	4.144.115	2.149.860	92,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	(1.376.346)	(1.256.506)	9,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	378.439	227.089	66,6%
Resultado das operações descontinuadas	(357.289)	(191.172)	86,9%
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	3.503.497	1.311.615	167,1%
Participação dos Acionistas não Controladores	(223.912)	(62.920)	255,9%
Lucro Líquido	3.279.585	1.248.695	162,6%

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia aberta)

*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas referentes
aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2025 e 2024*

Reconciliação do EBITDA (R\$ MM)	2025	2024	Var.%
Lucro Líquido	3.279.585	1.248.695	162,6%
(+) IR & CSLL	997.907	1.029.417	-3,1%
(+) Resultado Financeiro Líquido	3.124.084	2.469.069	26,5%
(+) Depreciação e Amortização	1.532.081	1.337.001	14,6%
EBITDA⁴	8.933.657	6.084.182	46,8%
Mg. EBITDA⁴	47,4%	32,5%	14,9 p.p.
(+) Despesas Antecipadas ⁵	127.371	133.107	-4,3%
(+) Provisão de Manutenção ⁶	519.293	490.650	5,8%
(-) Equivalência Patrimonial	(79.501)	(71.084)	11,8%
(+) Part. de Acionistas não Controladores	223.912	62.920	256,0%
(-) Resultado das operações descontinuadas	(357.289)	(191.172)	86,9%
(-) Não Recorrentes ¹	(1.061.005)	759.081	n.m.
EBITDA ajustado²	8.306.438	7.267.684	14,3%
Mg. EBITDA ajustada³	64,2%	54,7%	9,5 p.p.

1. Efeitos não recorrentes: (i) Em 2024: os custos das obras que não geraram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 759.081 mil, e (ii) Em 2025 a receita de reequilíbrio da ViaQuatro de R\$ 893.818 mil, a receita do reequilíbrio da SPVias de R\$ 63.296 mil, a reversão da provisão de contingência de multas na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 68.790 mil, a baixa de pagamentos a fornecedores com a indenização em favor da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 pelo atraso na entrega do material rodante da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 de R\$ 122.088 mil e os custos das obras que não geram benefício econômico futuro na ViaOeste de R\$ 86.987 mil. A margem EBITDA ajustada também exclui a Receita de Construção do seu cálculo.
2. Calculado excluindo a provisão de manutenção, apropriação de despesas antecipadas da outorga, efeitos não recorrentes e excluindo operações descontinuadas.
3. A margem EBITDA ajustada foi calculada excluindo os efeitos não recorrentes e a receita de construção, dado que esta receita é um requerimento do IFRS, cuja contrapartida afeta os custos totais. Para cálculo da Margem EBITDA Ajustada, considerou-se a Receita Líquida Ajustada de R\$ 12.410.736 mil em 2024 e R\$ 12.933.418 mil em 2025, refletindo os efeitos não recorrentes e das Receitas de Construção na receita Líquida.
4. Cálculo realizado segundo Resolução CVM n.º 156/2022, que consiste no lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações. A Margem EBITDA é o resultado da divisão do EBITDA pela Receita Líquida com Receita de Construção.
5. Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, que é ajustada, pois se trata de item não-caixa das demonstrações financeiras.
6. A provisão de manutenção é ajustada, pois se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica nas investidas da Motiva, e trata-se de item não-caixa das demonstrações financeiras.

(R\$ milhares)	2025	2024	Var.%
Endividamento bruto ¹	37.240.691	28.247.167	31,8%
Investimentos ²	8.508.168	7.342.081	15,9%
Veículos equivalentes (em milhares)	1.154.075	1.218.671	-5,3%

1. Dívida Bruta: somatória dos empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e de longo prazos (líquidos dos custos de transação). Os valores de 2024 e 2025 não incluem a Plataforma Aeroportos.

2. Inclui a Plataforma de Aeroportos

Descontinuação da plataforma de Aeroportos e reclassificação contábil

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda da totalidade das ações da Companhia de Participações em Concessões (CPC) com a ASUR, marcando a venda integral da Plataforma Aeroportuária, pelo montante de R\$ 5 bilhões (EV/EBITDA 8,8x LTM set/25 @stake), sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A assinatura do contrato gerou efeitos contábeis relevantes, uma vez que, a partir dessa data, todo o resultado e posição patrimonial relacionados ao segmento de aeroportos foram consolidados em uma linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício, denominada Resultado das Operações Descontinuadas, e no Balanço Patrimonial como Ativo e Passivo Mantidos para Venda.

O resultado do exercício de 2024 foi reclassificado e reapresentado para refletir essa mudança (vide 2024 reapresentado nas Demonstrações Financeiras), e o exercício de 2025 já está apresentado sem a contribuição das operações aeroportuárias nos números consolidados da Companhia.

Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)

A receita do período foi impactada positivamente mediante (i) retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio da Motiva Pantanal após a assinatura do termo de autocomposição; (ii) reconhecimento de R\$ 893.818 mil referente ao reequilíbrio econômico-financeiro da ViaQuatro, formalizado em setembro de 2025, em razão da frustração de receita tarifária decorrente do atraso na conclusão da Fase II; e (iii) início da operação da Rota Sorocabana em 30 de março, contribuindo para o resultado deste exercício.

Ainda na linha Receita operacional bruta, o crescimento em receitas de pedágios ocorreu pela maior tarifa média de 13,8% em relação ao ano passado, sobretudo em função do início da operação da PRVias e da retomada do reconhecimento integral da receita de pedágio na Motiva Pantanal.

Custos e despesas totais

As principais variações na rubrica de custos e despesas totais estão destacadas abaixo:

Custos Caixa:

- Custo com pessoal**

A linha permaneceu praticamente estável em relação ao período anterior. O impacto do dissídio anual médio de 4,87% somado ao início das operações na Rota Sorocabana (R\$ 46.119 mil) e PRVias (R\$ 36.901 mil) foram compensados pelos encerramentos dos contratos de concessão da ViaOeste e de Barcas, nos valores de R\$ 100.631 mil e R\$ 114.407 mil, respectivamente.

- Serviços de terceiros**

A redução de R\$ 205.345 mil decorreu, principalmente, do encerramento do contrato de concessão da ViaOeste e de Barcas que deixaram de contribuir com R\$ 87.357 mil e R\$ 42.180 mil, respectivamente. Na Motiva Pantanal, após a repactuação da concessão, os serviços de recuperação de pavimento que anteriormente eram registrados como custo operacional (*Opex*) passaram a ser contabilizados como investimento (*Capex*), resultando em redução adicional de R\$ 113.056 mil.

- **Custo da outorga**

A redução de R\$ 5.840 mil no custo de outorga decorreu, principalmente, pelo final do contrato da ViaOeste no valor de R\$ 35.594 mil, compensado em partes pelo início da operação da Rota Sorocabana no valor de R\$ 21.098 mil.

- **Outros custos**

A redução de R\$ 1.154.483 mil ocorreu principalmente em função dos investimentos na ViaOeste que totalizaram R\$ 86.987 mil em 2025 e R\$ R\$ 759.081 em 2024, em obras que não geravam benefício econômico futuro e, portanto, foram registradas como custo quando incorridas. Também contribuíram: (i) o estorno de R\$ 68.790 mil da provisão para contingências da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, referente ao Termo Aditivo do ETCS; (ii) a baixa de aproximadamente R\$ 122.088 mil na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, em pagamentos a fornecedores, indenizados à concessionária pelo atraso na entrega do material rodante; (iii) o encerramento do contrato de Barcas que deixou de contribuir com R\$ 110.025 mil; e (iv) fim da estimativa de perda na Motiva Pantanal, no montante de R\$ 71.651 mil, em função da assinatura do termo de autocomposição.

Custos não Caixa:

- **Depreciação e amortização**

O aumento de R\$ 195.080 mil na linha de depreciação e amortização ocorreu em função do acréscimo do saldo de intangível na ViaMobilidade – Linhas 8 e 9, pela entrega de material rodante (novos trens), além do maior volume de obras entregues na RioSP, AutoBAn e SPVias, no período.

- **Provisão de manutenção**

O aumento de R\$ 28.643 mil na linha de provisão de manutenção ocorreu, majoritariamente, em função dos ciclos de manutenção de pavimento na SPVias, compensado em parte pelo menor volume de provisões na AutoBAn.

Custo de construção:

A linha de custo de construção apresentou redução de R\$ 745.084 mil, decorrente principalmente do impacto de R\$ 2.048.790 mil referentes à entrega de material rodante (novos trens) ao longo de 2025 na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9. Esses efeitos foram parcialmente compensados por maiores volumes na Motiva Pantanal, ViaSul e RioSP, bem como pelos custos associados aos ativos recém-incorporados, Rota Sorocabana e PRVias.

Resultado das operações descontinuadas

Em função da assinatura do contrato de compra e venda da plataforma de Aeroportos, seus resultados foram consolidados nesta linha específica da Demonstração do Resultado do Exercício. O desempenho positivo é explicado pelo aumento de demanda de 7,0%, o que representou expansão de receitas de 10,8%, EBITDA Ajustado de 18,1% e aumento de margem em 3,5 p.p.. A linha de depreciação e amortização foi impactada pela constituição de ativo intangível de R\$ 193.082 mil, refletindo os ajustes em função do novo prazo do contrato da Aeris. O resultado financeiro foi superior em 31,8%, principalmente, em função da dívida líquida 5,5% maior entre os períodos comparados, somado ao CDI anual médio 3,44 p.p. maior na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Resultado financeiro

A variação negativa de R\$ 655.015 mil no resultado financeiro decorreu, principalmente, do maior CDI médio anual de 2025 em comparação ao exercício anterior (14,31% vs. 10,87%), somada ao aumento de 30,1% do endividamento bruto. Houve, ainda, elevação de 27,2% no saldo das dívidas indexadas ao IPCA, parcialmente compensada pelo menor índice do período (4,26% vs. 4,83%).

Adicionalmente, os rendimentos de aplicações financeiras foram R\$ 211.235 mil superiores, impulsionados pelo CDI médio anual 3,44 p.p. maior. A Companhia segue atenta a oportunidades de *Liability Management*, apoiadas em uma gestão ativa de oportunidades, voltada à otimização do perfil de dívida da Companhia.

Endividamento Bruto

Em 2025, o endividamento bruto consolidado totalizou R\$ 37.583.145 mil, ante R\$ 28.887.312 mil em 2024 (+30,1%). No período, foram contratados aproximadamente R\$ 14,6 bilhões em novas dívidas e realizados desembolsos de cerca de R\$ 16,7 bilhões, incluindo operações de exercícios anteriores. As concessões aeroportuárias representaram cerca de R\$ 3,5 bilhões desses desembolsos e, após o anúncio da venda da Plataforma de Aeroportos, passaram a ser classificadas como Passivos Mantidos para Venda.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição líquida em moeda estrangeira das empresas com receitas em reais somava US\$ 6,1 milhões, principalmente relacionada ao fornecimento de equipamentos para a ViaQuatro, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 e Rota Sorocabana.

Na mesma data, o endividamento bruto consolidado, incluindo controladas em conjunto, alcançou R\$ 38.162.411 mil, frente a R\$ 29.308.942 mil em 2024 (+30,2%).

Investimentos Caixa (incluindo ativo financeiro e manutenção)

Em 2025, os investimentos somaram R\$ 8.508 milhões. As concessionárias que mais investiram foram RioSP, ViaSul, AutoBAn e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9.

Na RioSP, os investimentos são relativos a ampliação, desapropriações, recuperação de pavimento e sistemas de diversos trechos da região metropolitana e rural de São Paulo, além da execução de obras na Serra das Araras. Na ViaSul, os desembolsos foram com duplicações, faixas adicionais e intervenções de pavimento em diversos trechos da BR-101, BR-386 e BR-290. Na AutoBAn, destaque para a intervenção de pavimento no sistema Anhanguera-Bandeirantes. Já na ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, desembolsos com a construção e revitalização de subestações de energia, melhorias e empreendimentos em diversas estações e sistemas de energia.

Dividendos Pagos

Em 6 de maio de 2025, a Companhia pagou aproximadamente R\$ 319.928 mil em dividendos complementares referentes ao exercício de 2024, correspondentes a R\$ 0,15914123162 por ação, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2025.

No dia 15 de agosto de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 360.575 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,179347034195 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2025.

Adicionalmente, no dia 19 de dezembro de 2025, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 294.244 mil em dividendos, correspondentes a R\$ 0,14635469934 por ação, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração de 5 de dezembro de 2025.

4. Reconhecimentos e Prêmios

O modelo de negócio sustentável da Motiva e das suas controladas tem sido reconhecido pela sociedade continuamente. Em 2025, a Companhia recebeu prêmios e reconhecimentos de destaque, entre eles:

- **Índices ESGe D&I da B3:** pela primeira vez, a Motiva passou a compor a carteira do Índice de Diversidade (IDIVERSA) e do Índice GPTW (IGPTW), que reconhecem companhias com boas práticas em Diversidade & Inclusão (D&I).
- **Índices ESG da B3:** pelo 14º ano consecutivo, a Motiva integrou a carteira do ISE, um dos principais indicadores de desempenho ESG do mercado de capitais brasileiro, e ingressou no Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3.
- **Selo Ouro do GHG Protocol:** pela 12ª vez consecutiva, a Motiva conquistou o Selo Ouro do GHG Protocol, reforçando sua liderança em sustentabilidade.
- **CDP - Mudanças Climáticas:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva obteve a nota A- no ciclo 2024 da CDP Disclosure Insight Action, reconhecimento global por boas práticas em sustentabilidade.
- **100+ Inovadoras no Uso de TI:** a Motiva foi reconhecida como uma das “100+ Inovadoras no Uso de TI”, premiação concedida pela IT Forum.
- **Merce Marsh Benefícios – Troféu Selo Azul:** a Motiva foi premiada como uma das 21 melhores empresas do Brasil na oferta de programas de saúde e bem-estar no ambiente corporativo, com a conquista do troféu Selo Azul.
- **GPTW – Jornada Flexível:** a Motiva ficou entre as 50 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil que oferecem Jornada Flexível, alcançando a 4ª posição na categoria “Supergrandes”, segundo o Great Place To Work® Brasil.
- **GPTW Mulher:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi reconhecida como uma das melhores empresas para mulheres trabalharem no Brasil, subindo posições no ranking de 2025 e figurando entre as 23 primeiras colocadas.

- **GPTW São Paulo 2025:** pela primeira vez, a Motiva ingressou no grupo das 20 melhores empresas para trabalhar em São Paulo, segundo o ranking GPTW São Paulo 2025.
- **GPTW Brasil 2025:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva esteve entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, entrando no TOP 15 na categoria “Gigantes” (organizações com mais de 10 mil colaboradores).
- **Prêmio INAC de Integridade 2025:** a Motiva conquistou o 1º lugar na categoria “Boas Práticas de Governança”, em premiação promovida pelo Instituto Não Aceito Corrupção (INAC).
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Colaboradores:** pelo segundo ano consecutivo, a Motiva foi uma das vencedoras do prêmio concedido pelas plataformas Melhor RH e Negócios da Comunicação e pelo Centro de Estudos da Comunicação (Cecom), com reconhecimentos em cinco categorias.
- **Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas:** pelo segundo ano seguido, a Motiva foi reconhecida na categoria Logística e Transporte, em premiação organizada pela Plataforma Negócios da Comunicação em parceria com o Cecom.
- **Latin America Executive Team:** a Motiva foi eleita a melhor companhia de médio porte do setor de transporte em sete das oito categorias do prêmio, em premiação oferecida pela Extel; Miguel Setas (*CEO*) e Waldo Perez (*CFD*) conquistaram a 1ª posição em suas categorias; Flavia Godoy foi eleita a melhor profissional de RI; e a área de RI da Motiva foi reconhecida como a melhor do setor, com a Companhia também destacada como *Most Honored Company* entre as empresas de médio porte.
- **Elite InfoMoney:** pelo segundo ano consecutivo, o *CEO* Miguel Setas foi reconhecido como uma das principais lideranças do mercado no Elite InfoMoney, lista que reúne *CEOs* de empresas com forte desempenho e crescimento.
- **Programa Na Mão Certa:** a Motiva foi reconhecida no 19º Encontro Anual do Programa Na Mão Certa, pelas ações de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes desenvolvidas pelo Instituto Motiva e pela Motiva Rodovias em diferentes estados.
- **Prêmio ECO:** a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes foi vencedora na categoria Grandes Empresas do Prêmio ECO, oferecido pela Amcham-Brasil, que reconhece iniciativas capazes de acelerar a agenda de sustentabilidade no País.
- **Prêmio Aberje 2025:** a Coalizão para a Descarbonização dos Transportes conquistou o 1º lugar na categoria Publicação Especial, na região Sudeste, no Prêmio Aberje 2025.
- **Pesquisa CNT 2025 de Rodovias:** quatro rodovias operadas pela Motiva figuraram entre as 10 melhores do Brasil; a Rodovia dos Lagos foi eleita a 2ª melhor do país; a Rodovia dos Bandeirantes ficou em 3º lugar; o trecho oeste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) ficou em 8º; e a Rodovia Raposo Tavares (SP-270) alcançou a 9ª posição.
- **Prêmio Viaja São Paulo (Datafolha):** a Rodovia dos Bandeirantes foi eleita pela terceira vez consecutiva a melhor estrada para viajar em São Paulo, segundo pesquisa do Instituto Datafolha.
- **LatinFinance Deals of the Year:** a RioSP conquistou o prêmio pelo financiamento das obras das Rodovias Presidente Dutra e da Rio-Santos (BR-101), vencendo na categoria *Corporate Local Currency Financing of the Year*, em premiação oferecida pela revista LatinFinance

- **Project & Infrastructure Finance Awards (PIFA) 2025:** a operação de financiamento da RioSP foi eleita o Financiamento Rodoviário do Ano, em premiação oferecida pela revista LatinFinance.
- **Golden Tombstone 2025:** a RioSP conquistou o prêmio oferecido pela IBEF-SP na categoria Melhor Operação de Emissão de Títulos de Dívida, pelo financiamento das obras das Rodovias Presidente Dutra e Rio-Santos.
- **Prêmio Destaques ANTT 2025:** a Motiva Rodovias foi a mais reconhecida na premiação oferecida pela ANTT, vencendo nas categorias (i) Atenção ao Usuário (PRVias); (ii) Segurança Viária (Motiva Pantanal); (iii) Sustentabilidade Ambiental (RioSP); (iv) Engenharia (RioSP); e (v) Destaque Regulatório (RioSP).
- **ASQ Airport Service Quality Awards (ACI World):** os aeroportos internacionais Juan Santamaría (Costa Rica) e de Quito (Equador), administrados pela Motiva Aeroportos, foram premiados como “Melhores da América Latina e do Caribe” na categoria de 5 a 15 milhões de passageiros.
- **Airport Carbon Accreditation (ACA):** os aeroportos de Curitiba (PR), Navegantes (SC), Foz do Iguaçu (PR), Goiânia (GO) e São Luís (MA) conquistaram a certificação Nível 1 do programa internacional de gestão e redução de emissões, promovido pelo Airports Council International (ACI).
- **Prêmio Aviação + Brasil 2025:** o Aeroporto Internacional de Curitiba (PR), administrado pela Motiva Aeroportos, foi eleito o melhor do Brasil na categoria entre 5 e 10 milhões de passageiros.
- **Priority Pass:** o Aeroporto Internacional de Confins (MG), operado pela BH Airport, teve a sala Advantage VIP Lounge eleita a melhor do mundo pelo Priority Pass.
- **Aeroportos Sustentáveis (ANAC):** o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (MG), administrado pela Motiva, conquistou pelo terceiro ano consecutivo o selo Aeroportos Sustentáveis, com destaque nas categorias Sociedade e Externalidades.
- **Selo Lilás (SPM-BA):** a Motiva conquistou o troféu Selo Lilás por suas práticas corporativas de promoção da equidade de gênero, oferecido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Governo da Bahia.
- **Reconhecimento institucional ao Instituto Motiva:** o Instituto Motiva foi homenageado por vereadores da cidade de São Paulo em reconhecimento às ações sociais com impacto positivo para o público feminino em regiões de atuação da AutoBAn.

5. Considerações finais

5.1. Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162, de 13 de julho de 2022, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas investidas no Brasil não contrataram seus Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa, em montante ou natureza que pudesse afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente.

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.2. Cláusula Compromissória

A Motiva está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

5.3. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2026.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, Conselheiros e Administradores da

Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros relacionados à concessão – individuais e consolidadas

Veja as Notas 3.9 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia avaliou a existência de indicadores sobre a desvalorização dos ativos não financeiros em determinadas controladas, consideradas como componentes significativos. A Companhia estimou o valor recuperável com base no valor em uso ou valor justo menos custo de venda, dos dois o maior, das suas unidades geradoras de caixa (UGCs) às quais esses ativos estão alocados.</p> <p>A determinação do valor em uso das UGCs, é baseado em fluxos de caixas esperados, descontados a valor presente com base em projeções econômico-financeiras, que leva em consideração o orçamento aprovado pela Companhia, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo o uso de premissas relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação e taxas de descontos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, utilizadas para estimar o valor recuperável das UGCs que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas, utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e (ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa do valor recuperável das UGCs; <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor recuperável dos ativos não financeiros relacionados à concessão e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos – individuais e consolidadas

Veja as notas 3.14 e 9.2 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia e determinadas controladas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra diferenças temporárias, os</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas na estimativa de lucros tributáveis futuros,

<p>prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados.</p> <p>As estimativas dos lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, aprovado na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, envolvendo premissas relacionadas ao crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional, que podem ser impactadas pelas reduções ou crescimentos econômicos, taxas de inflação e volume de tráfego.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria devido às incertezas relacionadas a aplicação do método e da seleção das premissas, para se estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>	<p>comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com o orçamento aprovado pela Administração da Companhia; e</p> <p>(ii) Teste, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, se os cálculos matemáticos foram elaborados de forma consistente e não apresentam qualquer tipo de erro que possa impactar a estimativa das projeções de lucros tributáveis futuros;</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos e suas respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>
---	--

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS *Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais

deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

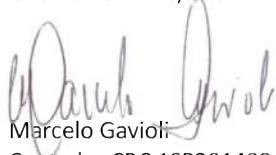
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de fevereiro de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante		7.690.224	4.413.554	23.927.061	10.441.129
Caixa e equivalentes de caixa	7	854.588	463.014	3.651.544	4.187.905
Aplicações financeiras	7	1.437.976	1.438.056	4.015.545	2.204.382
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	7.727	271.727	316.583
Contas a receber das operações	8.1	120	114	897.911	1.097.331
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	1.309.297	1.134.560
Contas a receber de partes relacionadas	11	415.729	330.919	2.503	13.358
Mútuos com partes relacionadas	11	505.919	1.089.421	-	-
Estoques		-	-	443.073	499.822
Tributos a recuperar		179.315	197.585	439.592	489.952
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	125.459	127.371
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	-	-	355	21.764
Adiantamentos a fornecedores		848	422	75.431	80.495
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas	11	-	-	8.766	11.216
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	1.250.798	865.685	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos		30.528	20.611	187.968	256.390
Ativos mantidos para venda	26	3.014.403	-	12.497.890	-
Não circulante		17.750.255	16.178.134	47.086.809	48.655.970
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	155.437	214.124
Contas a receber das operações	8.1	-	-	48.788	52.046
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8.1	-	-	5.529.515	5.555.052
Contas a receber de partes relacionadas	11	-	-	-	52.352
Mútuos com partes relacionadas	11	163.884	255.122	152.585	241.753
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	42.810	161.039	2.159	403
Estoques		-	-	186.506	105.553
Tributos a recuperar		79.203	99.218	127.426	159.204
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	-	-	1.224.189	1.420.872
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	10	-	-	1.413.298	1.538.757
Contas a receber de operações com derivativos	23.2	217.096	81.507	234.830	81.507
Títulos e valores mobiliários		-	-	20.373	-
Despesas antecipadas e outros créditos		72	685	301.942	274.735
Investimentos	12	17.019.771	15.395.315	80.618	884.884
Imobilizado	13	143.312	100.378	1.856.342	1.195.723
Intangível	14	81.667	83.774	28.728.288	30.649.683
Infraestrutura em construção	14	-	-	6.721.759	5.930.178
Direito de uso em arrendamento		2.440	1.096	25.841	21.783
Propriedade para investimento	15	-	-	276.913	277.361
Total do Ativo		25.440.479	20.591.688	71.013.870	59.097.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais

em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares Reais)

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante		1.235.520	849.616	15.510.041	6.131.865
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	273.529	368.923
Debêntures e notas comerciais	17	501.197	365.360	1.583.484	1.082.007
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	196.496	118.895	220.660	143.535
Fornecedores		47.463	65.497	1.076.816	1.273.128
Imposto de renda e contribuição social		8	8	532.492	407.092
Impostos e contribuições a recolher		55.514	34.550	381.754	419.987
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	3.522	3.954
Obrigações sociais e trabalhistas		298.261	253.956	540.789	622.457
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11	4.048	3.954	15.334	42.212
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	-	226.128
Dividendos e juros sobre o capital próprio	11	124.369	283	398.763	167.002
Provisão de manutenção	19	-	-	363.624	511.472
Obrigações com os Poderes Concedentes	24.1 e 24.3	-	-	11.344	306.579
Passivo de arrendamento		2.425	873	17.347	13.381
Obrigações a executar		-	-	527.713	303.531
Receita diferida		-	-	-	5.771
Outras obrigações		5.739	6.240	103.875	234.706
Passivos mantidos para venda	26	-	-	9.458.995	-
Não circulante		8.413.707	6.133.181	39.221.392	38.963.148
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	6.833.896	7.568.193
Debêntures e notas comerciais	17	7.893.145	4.755.606	28.549.782	24.859.620
Impostos e contribuições a recolher		-	-	5.287	6.657
Impostos, contribuições e multa com o Poder Concedente parcelados		-	-	10.497	12.356
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	204.038	197.120	2.774.297	2.507.047
Pis e Cofins diferidos		-	-	16.006	16.156
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		1.674	10.198	1.770	35.376
Contas a pagar a partes relacionadas	11	-	-	1.860	3.256
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	11	1.196	1.196	1.196	1.196
Mútuos com partes relacionadas	11	-	-	-	4.463
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18.1	1.945	3.374	205.197	385.742
Provisão de manutenção	19	-	-	426.418	553.935
Provisão para passivo a descoberto	12	260.110	1.119.304	1.823	235
Obrigações com os Poderes Concedentes	24.3	-	-	-	2.454.805
Passivo de arrendamento		92	292	9.571	9.996
Contas a pagar de operações com derivativos	23.2	8.131	28.630	108.792	92.439
Obrigações a executar		-	-	25.078	252.184
Receita diferida		-	-	31.906	47.077
Outras obrigações		43.376	17.461	218.016	152.415
Patrimônio Líquido	20	15.791.252	13.608.891	16.282.437	14.002.086
Capital social		6.022.942	6.022.942	6.022.942	6.022.942
Reservas de capital		393.771	199.114	393.771	199.114
Reservas de lucros		8.431.294	5.930.611	8.431.294	5.930.611
Dividendo adicional proposto		-	319.928	-	319.928
Ajuste de avaliação patrimonial		943.245	1.136.296	943.245	1.136.296
Participações de acionistas não controladores		-	-	491.185	393.195
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		25.440.479	20.591.688	71.013.870	59.097.099

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024		2024	
		2025	(reapresentado)	2025	(reapresentado)
Receitas operacionais líquidas	21	80.999	61.098	18.850.645	18.115.933
Custos dos serviços prestados		-	(25)	(9.907.701)	(11.646.783)
Custo de construção		-	-	(4.960.113)	(5.705.197)
Serviços		-	(2)	(976.112)	(1.185.838)
Custo da outorga		-	-	(261.652)	(273.228)
Depreciação, amortização e impairment		-	-	(1.429.328)	(1.259.154)
Custo com pessoal		-	(23)	(897.460)	(1.091.137)
Custo de obras		-	-	(86.635)	(749.117)
Provisão de manutenção	19	-	-	(519.293)	(490.650)
Materiais, equipamentos e veículos		-	-	(259.804)	(334.703)
Outros		-	-	(517.304)	(557.759)
Lucro bruto		80.999	61.073	8.942.944	6.469.150
Despesas operacionais		(388.771)	(337.642)	(1.754.246)	(1.921.305)
Despesas gerais e administrativas					
Despesas com pessoal		(237.665)	(176.093)	(1.069.922)	(889.621)
Serviços		(62.087)	(82.350)	(404.462)	(400.081)
Materiais, equipamentos e veículos		(4.798)	(3.390)	(37.570)	(32.979)
Depreciação e amortização		(37.186)	(35.200)	(102.753)	(77.847)
Indenizações		(138)	-	(3.921)	(7.612)
Despesas, provisões e multas indedutíveis		(760)	(1.366)	1.249	(11.178)
Provisão para perdas - Pantanal (adesão à Lei n.º 13.448/2017)		-	-	-	(71.651)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(21.701)	(9.306)	(76.856)	(54.418)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		-	(350)	(66.087)	(61.533)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	18.1	1.429	(3.343)	146.102	(69.667)
Gastos com viagens e estadias		(6.118)	(4.456)	(24.231)	(17.646)
Água, luz, telefone, internet e gás		(293)	(751)	(16.861)	(14.868)
Despesas legais e judiciais		(33)	(38)	(11.610)	(7.465)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(1.711)	(1.588)	(9.509)	(7.737)
Impostos, taxas e despesas com cartório		(681)	(426)	(20.912)	(7.196)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(8.228)	(5.536)	(8.173)	(4.440)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações		-	-	(1.133)	(3.583)
Outras despesas (receitas) operacionais		(8.801)	(13.449)	(47.597)	(181.783)
Resultado de equivalência patrimonial	12	3.886.243	1.734.565	79.501	71.084
Resultado antes do resultado financeiro		3.578.471	1.457.996	7.268.199	4.618.929
Resultado financeiro	22	(611.903)	(335.653)	(3.124.084)	(2.469.069)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		2.966.568	1.122.343	4.144.115	2.149.860
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	9.1	43.919	(2.015)	(997.907)	(1.029.417)
Resultado Líquido das operações continuadas		3.010.487	1.120.328	3.146.208	1.120.443
Resultado Líquido das operações descontinuadas, líquido de impostos	26.1	269.098	128.367	357.289	191.172
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Atribuível a:					
Acionistas		3.279.585	1.248.695	3.279.585	1.248.695
Resultado das operações continuadas		3.010.487	1.120.328	2.904.235	1.024.160
Resultado das operações descontinuadas		269.098	128.367	375.350	224.535
Acionistas não controladores		-	-	223.912	62.920
Resultado das operações continuadas		-	-	241.973	96.283
Resultado das operações descontinuadas		-	-	(18.061)	(33.363)
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Lucro líquido por ação - básico (em reais - R\$)	20.11	1,63130	0,61963	1,63130	0,61963
Lucro líquido por ação - diluído (em reais - R\$)	20.11	1,62356	0,61817	1,62356	0,61817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	(1.136)	41	(1.136)	41
Ajuste de avaliação patrimonial - Plano de pensão	(1.136)	41	(1.136)	41
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado	(191.915)	390.542	(196.392)	403.598
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - operações descontinuadas	(187.626)	398.175	(187.626)	398.175
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(1.152)	1.739	(1.152)	1.739
Resultado de <i>hedge</i> de fluxo de caixa - operações descontinuadas	(3.528)	(8.780)	(3.528)	(8.780)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	496	(592)	496	(592)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - operações descontinuadas	(105)	-	(105)	-
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores	-	-	67	229
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior - acionistas não controladores - operações descontinuadas	-	-	(4.544)	12.827
Total do resultado abrangente do exercício	3.086.534	1.639.278	3.305.969	1.715.254
Atribuível a:				
Acionistas	3.086.534	1.639.278	3.086.534	1.639.278
Resultado abrangente das operações continuadas	3.008.695	1.121.516	2.902.443	1.025.348
Resultado abrangente das operações descontinuadas	77.839	517.762	184.091	613.930
Acionistas não controladores	-	-	219.435	75.976
Resultado abrangente das operações continuadas	-	-	242.040	96.512
Resultado abrangente das operações descontinuadas	-	-	(22.605)	(20.536)
Total do resultado abrangente do exercício	3.086.534	1.639.278	3.305.969	1.715.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Motiva S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

(Companhia aberta)

	Capital social		Reservas de capital					Reservas de lucros					Total	
	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Ágio em transação de capital	Plano de Incentivo de Longo Prazo	Ações em tesouraria	Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva para equalização de dividendos e investimentos	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados
		6.126,100	(103,156)	359,982	(72,455)	11,713	(43,328)	947,638	-	4.358,626	131,322	745,713	-	12.462,153
Saldos em 1º de janeiro de 2024														
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248,695	1.248,695
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131,322)	-	-	(131,322)
Ações em tesouraria - Recompra de ações		-	-	-	-	-	(78,522)	-	-	-	-	-	-	(78,522)
Entregas de ações do Plano Incentivado de Longo Prazo		-	-	-	-	(1,359)	1,359	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		-	-	-	-	21,724	-	-	-	-	-	-	-	21,724
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	390,583	-	390,583
Destinações:														
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	62,434	-	-	-	-	(62,434)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	102,186	-	-	-	(102,186)	-
Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304,420)	(304,420)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	459,727	319,928	-	(319,928)	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(459,727)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.126,100	(103,156)	359,982	(72,455)	32,078	(120,491)	1.010,072	102,186	4.818,353	319,928	1.136,296	-	13.608,891
Lucro líquido do exercício	20.11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.279,585	3.279,585
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(654,819)	(654,819)
Aumento de participação - VLT Carioca		-	-	-	15,656	-	-	-	-	-	-	-	15,656	15,656
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(319,928)	-	-	(319,928)
Aquisição de mútuo - VLT Carioca		-	-	146,598	-	-	-	-	-	-	-	-	-	146,598
Entregas de ações do Plano Incentivado de Longo Prazo		-	-	-	-	(17,375)	17,375	-	-	-	-	-	-	-
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações	20.13	-	-	-	-	32,403	-	-	-	-	-	-	32,403	32,403
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(193,051)	-	(193,051)
Destinações:														
Reserva legal	20.5	-	-	-	-	-	-	163,978	-	-	-	-	(163,978)	-
Reserva de retenção de lucros	20.5	-	-	-	-	-	-	-	2.254,179	-	-	-	(2.254,179)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20.9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(124,083)	(124,083)
Reserva para equalização de dividendos e investimentos	20.6	-	-	-	-	-	-	-	-	82,526	-	-	(82,526)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.126,100	(103,156)	506,580	(56,799)	47,106	(103,116)	1.174,050	2.356,365	4.900,879	-	943,245	-	15.791,252

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Motiva S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

(Companhia aberta)

	Capital social		Reservas de capital				Reservas de lucros				Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido acionistas da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Nota	Capital social subscrito e integralizado	Custos de captação	Transação com sócios	Ágio em transação de capital	Plano de incentivo de longo prazo	Apções em tesouraria	Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva para equalização de dividendos e investimentos					
Saldos em 1º de janeiro de 2024		6.126.100	(103.166)	359.982	(72.455)	11.713	(43.328)	947.638	-	4.358.626	745.713	-	12.462.153	615.076	13.077.229
Distribuição de dividendos em 18 de abril de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(131.322)	-	(131.322)	-	(131.322)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.248.695	1.248.695	62.920	1.311.615
Aumento de Capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126.242	126.242
Aumento de Capital - IBSA BVI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria Recompra de ações		-	-	-	-	(1.359)	(78.522)	-	-	-	-	-	(78.522)	-	(78.522)
Entregas de ações do Plano de Incentivo de Longo Prazo		-	-	-	-	21.724	1.359	-	-	-	-	-	21.724	165	21.889
Plano de Incentivo de Longo Prazo, Liquidável em ações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	390.583	-	390.583	130.956	403.639
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(371.834)	(371.834)
Distribuição de dividendos de minoritários - RodaANEL Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(70)	(70)
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.311)	(35.311)
Distribuição de dividendos de minoritários - CAI		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.777)	(6.777)
Juros sobre capital próprio - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.696)	(6.696)
Juros sobre capital próprio - RodaANEL Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(117)	(117)
Juros sobre capital próprio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.711)	(2.711)
Juros sobre capital próprio - CPA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(757)	(757)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	62.434	-	-	-	(62.434)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	-	-	102.186	-	-	(102.186)	-	-	-
Distribuição de dividendos em 30 de outubro de 2024		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(304.420)	(304.420)	-	(304.420)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	319.928	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos		-	-	-	-	-	-	-	-	459.727	-	(459.727)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.126.100	(103.166)	359.982	(72.455)	32.078	(120.491)	1.010.072	102.186	4.318.353	1.136.296	-	13.608.891	393.195	14.002.086
Lucro líquido do exercício	20,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.279.585	3.279.585	223.912	3.503.497
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(654.819)	(654.819)	-	(654.819)
Aumento de capital - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	66.424	66.424
Redução de Capital - VLT Carioca		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(23.722)	(23.722)
Redução de Capital - CPA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.225)	(1.225)
Aquisição de Participação SJO		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.461)	(1.461)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	-	-	-	(319.928)	-	-	(319.928)	-	(319.928)
Aquisição de mútuo - VLT Carioca		-	-	146.598	15.656	-	-	-	-	-	-	-	162.254	-	162.254
Entregas de ações do Plano Incentivado de Longo Prazo		-	-	-	-	(17.375)	17.375	-	-	-	-	-	-	223	223
Plano de Incentivo de Longo Prazo, Liquidável em ações	20,13	-	-	-	-	32.403	-	-	-	-	(193.051)	-	32.403	-	32.403
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(193.051)	(4.477)	(197.528)
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(137.246)	(137.246)
Distribuição de dividendos de minoritários - RodaANEL Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(106)	(106)
Distribuição de dividendos de minoritários - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.022)	(14.022)
Distribuição de dividendos de minoritários - CPA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(716)	(716)
Juros sobre capital próprio - ViaQuatro		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.855)	(5.855)
Juros sobre capital próprio - RodaANEL Oeste		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(74)	(74)
Juros sobre capital próprio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.476)	(2.476)
Juros sobre capital próprio - CPA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.189)	(1.189)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	20,5	-	-	-	-	-	-	163.978	-	-	-	(163.978)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	20,8	-	-	-	-	-	-	-	2.254.179	-	-	(2.254.179)	-	-	-
Dividendo adicional proposto	20,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para equalização de dividendos e investimentos	20,6	-	-	-	-	-	-	-	-	82.526	-	-	(124.083)	-	(124.083)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		6.126.100	(103.166)	506.560	(66.799)	47.106	(103.116)	1.174.060	2.366.385	4.900.879	943.246	-	15.791.262	491.185	16.282.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024		2024	
		2025	(reapresentado)	2025	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício		3.279.585	1.248.695	3.503.497	1.311.615
Ajustes por:					
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		(269.098)	(128.367)	(357.289)	(191.172)
Resultado das operações descontinuadas		-	-	-	1.007.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9,2	(43.919)	2.015	(378.439)	(227.089)
(Reversão) provisão para perda esperada - contas a receber das operações	8,1	-	-	(12.613)	5.658
Adições e remunerações do contas a receber dos Poderes Concedentes	8,1	-	-	(1.384.717)	(1.457.626)
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017	8,1	-	-	-	71.651
Depreciação, amortização e impairment	13 e 14	35.584	33.847	1.420.306	1.218.189
Baixa do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	1.759	341	28.730	59.062
Baixa arrendamento		-	-	-	1.630
Amortização do direito da concessão gerado em aquisições	13 e 14	-	-	97.185	98.164
Capitalização de custos dos empréstimos	13 e 14	-	-	(680.062)	(396.863)
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18,1	3.118	4.415	15.101	244.587
Obrigações a executar		-	-	12.579	14.536
Constituição da provisão de manutenção	19	-	-	519.293	490.650
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	19	-	-	89.527	85.126
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	22	793.055	632.999	4.062.667	3.116.317
Resultado com operações de derivativos	22	(6.971)	318.446	47.354	370.268
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	22	84.137	(321.388)	163.977	(378.271)
Juros e variação monetária sobre mútuos e fianças com partes relacionadas	22	(194.679)	(193.005)	(19.498)	8.852
Juros sobre impostos, contribuições e multas com os Poderes Concedentes parcelados	22	-	-	1.637	1.463
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e Indenizações	22	350	29	(117.713)	5.752
Juros sobre mútuos com terceiros	22	-	-	-	17.066
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	22	161	174	1.715	3.593
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	22	-	-	(9.744)	20.265
Receita de reequilíbrio	21	-	-	(821.867)	-
Equivalência patrimonial	12,2	(3.886.243)	(1.734.565)	(79.501)	(71.084)
Apropriação de despesas antecipadas	10	-	-	127.371	133.107
Depreciação – Direito de uso em arrendamento		1.602	1.353	14.590	20.648
ISS, Pis e Cofins diferidos		-	-	2.871	2.860
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(85.772)	(101.159)	(358.599)	(221.761)
Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em ações		31.795	15.010	32.498	20.317
Perdas (Ganhos) em alienações e aquisições de investimentos		-	2.212	3.669	2.212
Variações nos ativos e passivos					
(Aumento) redução nos ativos					
Contas a receber das operações	8,1	(6)	(114)	192.726	(176.674)
Recebimento do contas a receber dos Poderes Concedentes	8,1	-	-	1.995.657	1.888.167
Contas a receber dos Poderes Concedentes	8,1	-	-	17.129	327.922
Contas a receber de partes relacionadas	11 e 25,1	(74.343)	(115.640)	10.855	50.731
Tributos a recuperar		7.392	(8.594)	78.056	(7.454)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		1.440.413	2.722.410	109.746	261.004
Adiantamentos a fornecedores		(426)	2.282	5.064	(4.867)
Adiantamentos a fornecedores com partes relacionadas		-	-	2.450	14.176
Estoques		-	-	(24.204)	(119.344)
Despesas antecipadas e outros créditos		(9.304)	1.735	42.242	(127.195)
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		(17.990)	28.099	(2.497)	19.316
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	11 e 25,1	(1.229)	1.821	(30.499)	24.241
Realização da provisão de manutenção	19	-	-	(884.185)	(337.885)
Obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias		35.781	46.091	(115.274)	92.070
Impostos e contribuições a recolher, parcelados e provisão de imposto de renda e contribuição social		20.964	(5.716)	1.420.434	1.289.735
ISS, Pis e Cofins diferidos		-	-	(2.099)	(2.318)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.265.564)	(1.165.322)
Pagamento de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais	18,1	(4.547)	(1.072)	(161.203)	(174.920)
Obrigações a executar		-	-	(15.503)	16.528
Obrigações com os Poderes Concedentes	8,1 e 24,1	-	-	(24.511)	(159.527)
Mútuos cedidos a terceiros		-	-	-	(17.066)
Receita diferida		-	-	(10.337)	870
Passivo de contrato		-	-	(763)	(789)
Outras obrigações		(4.977)	18.254	(342.100)	93.965
Operações descontinuadas - Variação nos Ativos e Passivos		-	-	(1.172.711)	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.136.192	2.470.608	5.747.434	7.172.545

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)		123.876	-	123.876	-
Aquisição de ativo imobilizado	13	(56.279)	(41.067)	(659.270)	(424.897)
Adições ao ativo intangível	14	(21.891)	(33.321)	(8.973.406)	(5.906.015)
Outros de ativo imobilizado e intangível	13 e 14	-	-	249.913	21.450
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos		(2.419.069)	(1.457.236)	(406)	(461)
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas		-	-	(1.756)	54
Aplicações financeiras líquidas de resgate	7	85.852	390.596	(1.452.564)	472.817
Redução de capital em investidas	12.2	254.000	288.900	-	-
Resgates / aplicações (conta reserva)	7	7.727	275	103.543	(248.364)
Ativos e passivos mantidos para venda		-	-	(2.681.606)	-
Títulos patrimoniais		-	-	(24.042)	-
Propriedade para investimento		-	-	448	-
Compra de participação do VLT Carioca / Alienação de investimentos		(67.000)	100.000	(67.000)	100.000
Operações descontinuadas - Caixa Líquido Atividades de Investimento		-	-	9.032.166	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		(2.092.784)	(751.853)	(4.350.104)	(5.985.416)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Ações em tesouraria - Recompra de ações		-	(77.163)	-	(77.163)
Liquidação de operações com derivativos	23.2	(71.516)	(46.858)	(87.132)	(72.584)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais:					-
Captações (líquidas de custos de transação)	25.2	3.100.580	2.242.891	13.142.161	12.032.957
Pagamentos de principal	25.2	(151.624)	(2.652.192)	(5.664.427)	(9.421.366)
Pagamentos de juros	25.2	(552.772)	(461.657)	(2.701.109)	(2.952.897)
Dividendos pagos a acionistas da controladora	11 e 12.2	(974.747)	(840.639)	(974.747)	(748.651)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	11 e 12.2	-	-	(54.005)	(424.273)
Passivo de arrendamento (pagamentos principal e juros)		(1.755)	(1.477)	(16.790)	(27.303)
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores		-	-	63.962	126.416
Operações descontinuadas - Caixa Líquido Atividades de Financiamento		-	-	(5.641.604)	-
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		1.348.166	(1.837.095)	(1.933.691)	(1.564.864)
Efeito de variações da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	16.923
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		391.574	(118.340)	(536.361)	(360.812)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		463.014	581.354	4.187.905	4.548.717
No final do exercício		854.588	463.014	3.651.544	4.187.905
		391.574	(118.340)	(536.361)	(360.812)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024 (reapresentado)	2025	2024 (reapresentado)
Receitas					
Receitas operacionais	21	92.926	77.167	19.768.343	18.992.695
Outras Receitas		4.631	6.245	116.979	15.830
Provisão para perda esperada - contas a receber		-	-	(1.133)	(3.583)
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos serviços prestados		-	-	(1.849.928)	(2.754.937)
Custos de construção		-	-	(4.960.113)	(5.705.197)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(106.892)	(127.528)	(615.969)	(965.222)
Outorga		-	-	(261.652)	(273.228)
Provisão de manutenção	19	-	-	(519.293)	(490.650)
Valor adicionado bruto		(9.335)	(44.116)	11.677.234	8.815.708
Depreciação, amortização e impairment	14 e 15	(37.186)	(35.200)	(1.532.081)	(1.337.001)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		(46.521)	(79.316)	10.145.153	7.478.707
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	3.886.243	1.734.565	79.501	71.084
Receitas financeiras	22	643.590	1.065.646	1.680.923	1.502.984
Outras transferências recebidas		269.098	128.367	357.289	191.172
Valor adicionado total a distribuir		4.752.410	2.849.262	12.262.866	9.243.947
Distribuição do valor adicionado					
Empregados					
Remuneração direta		173.366	132.955	1.165.169	1.194.536
Benefícios		21.075	13.823	447.958	445.328
FGTS		7.373	5.416	74.111	71.521
Tributos					
Federais		(1.765)	31.941	1.653.573	1.639.502
Municipais		4.650	3.497	505.833	494.656
Estaduais		11	18	2.785	7.331
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		1.251.238	1.398.159	4.788.817	3.956.999
Aluguéis		16.877	14.758	121.123	122.459
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos	20.9	124.083	304.420	124.083	304.420
Lucros retidos do exercício		3.155.502	944.275	2.780.152	719.740
Participação dos não controladores		-	-	241.973	96.283
Participação dos não controladores - operação descontinuada		-	-	(18.061)	(33.363)
Valor adicionado total distribuído das operações descontinuadas		-	-	375.350	224.535
Valor adicionado total a distribuir		4.752.410	2.849.262	12.262.866	9.243.947

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A Motiva é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objeto social da Motiva permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

A Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (Motiva ou Companhia) é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede em São Paulo, capital, constituída de acordo com as leis brasileiras e com ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão (B3) sob a sigla "MOTV3".

Em 23 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária Extraordinária a troca da razão social da Companhia de CCR S.A. para Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.

O exercício social da Companhia e de suas investidas inicia-se em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano.

Atualmente, a Motiva é responsável por 4.475 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional.

No segmento de trilhos, é responsável pela prestação de serviços de transporte de passageiros em metrô, trens, veículos leves sobre trilhos, que somam aproximadamente 189 quilômetros de extensão, transportando aproximadamente 3 milhões de passageiros por dia.

No segmento de concessões aeroportuárias, atualmente classificado como ativo mantido para venda (vide tópico 1.1.2. item g), é responsável pela administração e exploração de 17 aeroportos nacionais e 3 internacionais com capacidade para transportar mais de 40 milhões de passageiros embarcados por ano.

A seguir estão demonstradas as empresas que a Motiva possui participação e os percentuais de participação pertinentes à Motiva de forma direta ou indireta:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Holding e Serviços

Empresas	País	Investidoras	% de participação
Controlar (em liquidação)	Brasil	SIP	49,57
CPC (a)	Brasil	Motiva	100
Inovap 5 (b)	Brasil	Motiva	50
Lam Vias	Brasil	Motiva	100
RS Holding (c)	Brasil	Motiva	100
SIP	Brasil	Motiva	100
SPCP	Brasil	Motiva	100

(a) Classificado como ativo mantido para venda.

(b) Operação conjunta de plataforma digital para gestão e processamento de pagamentos de pedágios.

(c) Troca do objeto social para comercializadora de energia.

Rodovias

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fim da concessão
AutoBA	Brasil	Motiva	100	317	Dezembro de 2037
Pantanal	Brasil	Motiva	100	845,4	Abril de 2044
ND (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
PRN (em liquidação) (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
PRVias	Brasil	Motiva	100	569	Abril de 2055
RDN (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
Renovias	Brasil	Motiva	40	345,6	Abril de 2026
RioSP	Brasil	Motiva	100	625,8	Fevereiro de 2052
RodoAnel Oeste	Brasil	Motiva	99,59	32	Maio de 2038
Rota Sorocabana	Brasil	Motiva	100	460	Fevereiro de 2055
SPVias	Brasil	Motiva	100	516	Outubro de 2030
ViaCosteira	Brasil	Motiva	100	220,4	Agosto de 2050
ViaLagos	Brasil	Motiva	100	57	Janeiro de 2047
VOE (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
ViaRio	Brasil	Motiva	66,66	13	Abril de 2047
ViaSul	Brasil	Motiva	100	473,4	Fevereiro de 2049

(a) As concessões foram encerradas, porém as empresas permanecerão ativas até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.



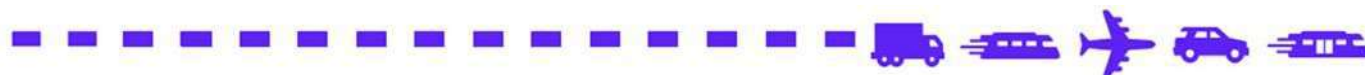
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trilhos

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Km	Fim da concessão
BC Concessões (a)	Brasil	Motiva	100	-	-
Linha 15 (b)	Brasil	Motiva	80	-	-
Metrô Bahia	Brasil	Motiva	100	41	Outubro de 2043
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	Brasil	Motiva	83,34	27,8	Agosto de 2038
ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	Brasil	Motiva	80	79	Janeiro de 2052
ViaQuatro	Brasil	Motiva	75	12,8	Junho de 2040
VLT Carioca	Brasil	Motiva	99,95	28	Dezembro de 2038

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Five Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	100
Four Trilhos	Brasil	ViaQuatro	100
ON Trilhos	Brasil	ViaMobilidade – Linhas 8 e 9	100

- (a) A concessão foi encerrada, porém a empresa permanece ativa até que os assuntos do contrato de concessão sejam solucionados.
- (b) A licitação estava suspensa, aguardando a adjudicação da concessão da Linha 15 - Prata. Entretanto, em 23 de julho de 2024, a Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo revogou a referida licitação por meio de decisão publicada no Diário Oficial naquela data. Apesar da revogação da licitação a empresa permanece ativa, porém sem operações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aeroportos (*)

Concessões	País	Investidoras	% de participação	Aeroportos	Fim da concessão
Aeris	Costa Rica	Aeropuertos Desarrollos Terminal	42,50 52,40 2,60	1	Maio de 2036
BH Airport	Brasil	SPAC	51	1	Maio de 2044
Bloco Central	Brasil	CPC	100	6	Novembro de 2051
Bloco Sul	Brasil	CPC	100	9	Novembro de 2051
CAP	Curaçao	CAI	100	1	Agosto de 2033
Pampulha	Brasil	CPC	100	1	Fevereiro de 2052
Quiport	Equador	Quiport Holdings	46,50	1	Janeiro de 2041

Empresas relacionadas	País	Investidoras	% de participação
Aeropuertos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos CCR Costa Rica Concesiones	48,77 51,23
CAI	Curaçao	CCR España Concesiones CPA	39 51
CARE	Curaçao	CAI	100
CCR Costa Rica Concesiones	Costa Rica	SJO	99,29
CCR Costa Rica Empreendimientos	Costa Rica	CCR España Concesiones	100
CCR España Concesiones	Espanha	CPC	100
CCR España Empreendimientos	Espanha	CPC	100
CPA	Brasil	CCR España Concesiones	80
Desarrollos	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos CCR Costa Rica Concesiones	51 49
Green Airports	Ilhas Virgens Britânicas	CPC	100
IAF	Espanha	CPC	47
IBSA BVI	USA	Green Airports SJO	50 50
IBSA Finance	Barbados	IBSA BVI	100
Icaros	Equador	Quiport Holdings	100
Quiama	USA	CCR España Empreendimientos	50
Quiama Ecuador	Equador	Quiama	100
Quiport Holdings	Uruguai	CCR España Empreendimientos	100
SJO Holding	Ilhas Virgens Britânicas	CCR España Concesiones	99,29
SPAC	Brasil	CPC	75
Terminal	Costa Rica	CCR Costa Rica Empreendimientos CCR Costa Rica Concesiones	50 50

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

A CPC é a *holding* que concentra, direta e indiretamente, os ativos aeroportuários no Brasil e no exterior.

Outras informações

As concessões da Motiva consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e receitas provenientes da exploração dos bens concedidos, tais como as das faixas de domínio e de áreas comerciais. As concessionárias são responsáveis por construir, reparar, ampliar, conservar,

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

manter e operar a infraestrutura concedida, na forma dos respectivos contratos de concessão. Os Poderes Concedentes transferiram às concessionárias os imóveis e demais bens que estavam em seu poder na assinatura dos contratos de concessão, sendo responsabilidade destas zelar pela integridade dos bens que lhes foram concedidos, além de fazer novos investimentos na construção ou melhorias da infraestrutura.

Os contratos de concessão determinam reajustes anuais das tarifas básicas de acordo com fórmulas específicas neles descritas, que em geral são baseadas em índices de inflação também especificados nos contratos.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, para alguns contratos de concessão rodoviária há previsão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Apesar dos contratos de concessão não incluírem cláusulas de renovação, com exceção da ViaLagos, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos dos Poderes Concedentes de rescindir os contratos de concessão do Grupo incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

Os contratos de concessão do Grupo poderão ser rescindidos por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pelas concessionárias do Grupo não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.1.1. Principais eventos regulatórios

a. Termo Aditivo n.º 1 - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9

Em 29 de maio de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 1 ao contrato de concessão n.º 02/2021 entre a Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A. (ViaMobilidade - Linhas 8 e 9) e o Estado de São Paulo, com interveniência da CPTM.

O aditivo estabelece a substituição do sistema de sinalização das Linhas 8 - Diamante e 9 - Esmeralda pela tecnologia *European Train Control System* – Nível 2 (ETCS-N2), com investimento adicional no valor de R\$ 846.155, compensado parcialmente por quitação não litigiosa de multas, no montante de R\$ 179.060, e supressão de obrigações de investimentos, no montante de R\$ 364.187. O saldo residual do investimento adicional, no montante de R\$ 302.908, líquido de impostos, será reequilibrado por meio de pagamento em dinheiro pelo Poder Concedente, conforme cronograma estabelecido no Termo Aditivo. Os valores acima estão apresentados a valor presente na data-base de setembro/2024.

Adicionalmente, a Concessionária deverá elaborar estudos e projetos para implantação de viaduto ferroviário entre as Estações CEASA (Linha 9) e Imperatriz Leopoldina (Linha 8), cujo valor será ressarcido e poderá futuramente integrar o contrato de concessão.

b. Termo Aditivo n.º 12 - BH Airport

Em 17 de junho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 12 ao contrato de concessão entre BH Airport e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), com o objetivo de permitir a reprogramação dos pagamentos das contribuições fixas. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 24.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Termos Aditivos n.ºs 22 e 23 - SPVias

Em 4 de julho de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 22 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos já realizados ao escopo contratual e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 73 dias, permitindo o reconhecimento da Receita de Reequilíbrio no montante de R\$ 63.296, com a contrapartida no Ativo Intangível.

Em 13 de novembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo n.º 23 ao contrato de concessão da SPVias, formalizando a incorporação de investimentos adicionais não contemplados no contrato original e recompondo o equilíbrio econômico-financeiro mediante a extensão do prazo de concessão em 322 dias.

d. Termo Aditivo n.º 10 - ViaQuatro

Em 26 de setembro de 2025, foi celebrado o Termo Aditivo n.º 10 ao contrato de concessão da ViaQuatro, que formaliza a assunção dos investimentos necessários para a extensão da Linha 4 até Taboão da Serra, totalizando R\$ 3.897.964 (data-base fev/2025), que serão realizados por meio de: (i) prorrogação do prazo de concessão por 20 anos; (ii) acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 13:59:20 horas de 7 de agosto de 2036 até às 23:59:59 horas de 20 de junho de 2060; (iii) receita tarifária da demanda adicional de passageiros gerada pela operação comercial da extensão; e (iv) aporte de recursos pelo Estado, no montante de R\$ 2.982.399 (data-base fev/2025).

Adicionalmente, o Termo Aditivo também reconheceu o reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, no valor bruto de R\$ 893.818 (data-base de set/2025), reconhecido como Receita de Reequilíbrio, tendo como contrapartida o contas a receber com o Poder Concedente. Esse valor será realizado por meio de acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa referente ao período entre às 00:00:00 horas de 1º de setembro de 2025 até às 13:59:19 horas de 7 de agosto de 2036, e pelo recebimento da mitigação de demanda até 2028.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.1.2. Demais eventos relevantes

a. Início da operação - Rota Sorocabana

Em 7 de fevereiro de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária Rota Sorocabana S.A. (Rota Sorocabana) com objetivo da exploração do sistema rodoviário do lote Rota Sorocabana. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.654.923.

A operação e gestão da concessão teve início em 30 de março de 2025.

b. Encerramento do contrato de concessão - BC Concessões (nova razão social de Barcas)

Em 11 de fevereiro de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Barcas S.A. Transportes Marítimos (Barcas) e as operações passaram a ser conduzidas por novo operador. Após o término do prazo da concessão, a empresa entrou em dormência até que os assuntos decorrentes do contrato de concessão sejam solucionados.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de BC Concessões e Participações Ltda..

c. Aquisição de participação - VLT Carioca

Em 28 de março de 2025, foi concluída a transação celebrada entre a Companhia e a Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – Invepar (Invepar), para a aquisição de participação equivalente a 4,7273% na Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT Carioca) e cessão da totalidade dos direitos creditórios detidos pela Invepar em relação à Concessionária.

A Companhia pagou à Invepar a parcela no valor de R\$ 67.000, na data de fechamento da transação, e a parcela adicional no valor de R\$ 30.000, atualizada pelo IPCA, foi condicionada ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em favor da Concessionária.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconheceu o ganho de R\$ 161.946, no patrimônio líquido, e o valor de R\$ 30.000 a pagar à Invepar foi registrado na rubrica Outras obrigações.

d. Encerramento do contrato de concessão – VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)

Em 29 de março de 2025, foi encerrado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias do Oeste de São Paulo - ViaOeste S.A. (ViaOeste), em virtude do término do prazo de concessão.

Foi deferida a transformação do tipo societário da companhia de Sociedade Anônima para Sociedade Limitada, sob a denominação social de VOE Concessões e Participações Ltda..

e. Início da operação - PRVias

Em 14 de abril de 2025, foi assinado o contrato de concessão da Concessionária de Rodovias PRVias S.A. (PRVias) com objetivo da exploração do sistema rodoviário – Lote PR3. O valor atualizado pago pela outorga fixa foi de R\$ 1.114.899.

A operação e gestão da concessão teve início a partir da zero hora de 16 de maio de 2025.

f. Leilão - Motiva Pantanal (nova razão social da MSVia)

Em 22 de maio de 2025, foi declarada a manutenção da Motiva no controle acionário da MSVia, em decorrência do não recebimento de propostas econômicas ao leilão promovido por meio da ANTT. A partir da repactuação do contrato, a Companhia revisou as projeções de realização dos impostos diferidos com impactos evidenciados na nota explicativa n.º 9.

Em 1º de agosto de 2025, foi celebrado o Aditivo de Modernização do Contrato de Concessão entre sua controlada direta, a Concessionária de Rodovias Sul-Matogrossense S.A., antes denominada “CCR MSVia” agora “Motiva Pantanal” (Pantanal), e a União Federal, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT. O referido aditivo assegura a continuidade da prestação do serviço público na BR-163/MS pelo prazo de 29 anos, em conformidade com o Acórdão Plenário – TCU n.º 2.434/2024 do Tribunal de Contas da União.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Celebração do contrato de compra e venda de ações da controlada Companhia de Participações em Concessões (CPC)

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, pelo qual a Companhia obrigou-se a vender, e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da CPC, *holding* que concentra as participações da Companhia em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor do patrimônio líquido da CPC foi avaliado em R\$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autoridades concorrenciais. Para maiores informações, vide nota explicativa n.º 26.

h. Leilão – Fernão Dias

Em 11 de dezembro de 2025, a Companhia foi declarada vencedora do Processo Competitivo n.º 04/2025, promovido pela ANTT, para aquisição de 100% das ações da Autopista Fernão Dias S.A., atual concessionária da Rodovia BR-381/MG/SP. A proposta vencedora apresentou desconto de 17,05% sobre a tarifa básica de pedágio, além do pagamento no montante de R\$ 295.158, conforme critérios estabelecidos no Edital. A consumação da operação está condicionada à assinatura do Contrato de Compra e Venda, do Termo Aditivo de modernização ao Contrato de Concessão e ao cumprimento das condições previstas no Edital. Com a assinatura do Termo Aditivo, o prazo da concessão será estendido por 15 anos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 6 de fevereiro de 2026, o Comitê de Auditoria e *Compliance* e o Conselho Fiscal analisaram e se manifestaram favoravelmente a estas demonstrações financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 9 de fevereiro de 2026.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado abrangente; e
- Remensuração a valor justo de participação anteriormente detida, quando da aquisição de controle de investidas.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- 15. **Propriedade para investimento:** determinação se um ativo deve ser classificado como propriedade para investimento; e
- 26. **Ativos e passivos mantidos para venda:** determinação se um ativo deve ser classificado como mantido para venda.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.9. **Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*):** principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 8.1. **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 9.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 14. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
19. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
23. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Base de consolidação

Combinações de negócios

Combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e controle é transferido para o grupo.

A Companhia mensura o ágio como sendo o valor justo da contraprestação transferida (incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na empresa adquirida), deduzido do valor justo dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição. Se o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente no resultado do exercício. No caso de aquisições de controle em negócios relacionados às atividades de concessão com prazos definidos, os ágios ou valores residuais são alocados ao direito de exploração da concessão e amortizados com base na expectativa de benefícios econômicos de cada negócio adquirido.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, incorridos em uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que incorridos.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do exercício no qual essa combinação ocorreu, são registrados os valores justos provisórios conhecidos até então. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (1 ano), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Controladas e controladas em conjunto

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras de controladas são consolidadas de forma integral com destaque da participação de não controladores, caso a participação nas controladas não seja integral.

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resulte em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na nota explicativa n.º 12.

Os principais procedimentos para consolidação são os seguintes:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das investidas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação;
- Eliminação dos tributos sobre a parcela de lucro não realizado. A eliminação é demonstrada como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida; e
- As participações de acionistas não controladores, no patrimônio líquido e no resultado do exercício nas controladas, foram destacadas na rubrica “Participação de acionistas não controladores”.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários, adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados, exceto quanto às diferenças cambiais resultantes da conversão de *hedge* de fluxos de caixa qualificado e efetivo, que são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e as despesas de operações no exterior são convertidas em Real à taxa de câmbio média mensal.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes e acumuladas na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

3.3. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de pedágio, metroviárias, aeroportuárias e de transporte aquaviário são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes das rodovias, metrô, aeroportos e barcas.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes são reconhecidas como complemento da receita das concessionárias, à medida que as concessionárias têm o direito de serem remuneradas pelos Poderes Concedentes em razão de implantação da infraestrutura, operação ou indenização.

Receitas de mitigação de demanda são créditos a receber dos Poderes Concedentes, oriundos de demanda real inferior à demanda projetada nos Contratos de Concessão e são reconhecidos à medida de sua apuração, conforme períodos previstos contratualmente.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração de cada contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21.

3.4. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo ou *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 23 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Hedge de fluxo de caixa: *hedge* de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido (tal como todos ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido e limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. As perdas ou ganhos relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Quando a transação objeto de *hedge* prevista, resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como um ativo intangível, o valor acumulado na rubrica *hedge* de fluxo de caixa é incluído diretamente no custo inicial do item não financeiro quando este é reconhecido. O mesmo procedimento se aplica a operações de *hedge* descontinuadas, até o momento em que isso ocorrer.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*.

Quando não se espera mais que a transação objeto de *hedge* prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.6. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.7. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil de componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.8. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de concessão gerado na aquisição de negócios e ágios

Os direitos de concessão, gerados na aquisição total ou parcial das ações, refletem o custo de aquisição do direito de operar as concessões. Estes direitos estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizados ao longo do prazo da concessão, linearmente ou pela curva de benefício econômico.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 14.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item 3.16.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.9. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda de ativos financeiros a receber do Poder Concedente ou com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de capital, taxas de descontos e reequilíbrios contratuais.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.11. Provisão de manutenção - contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.12. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.13. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos controladores da Companhia e a média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras, oriundas do plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

3.16. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01 - R1 / IFRIC 12)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura, a exemplo do existente nas concessões da BH Airport, ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, Bloco Sul, Bloco Central, Pampulha e RioSP.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego para o segmento de rodovias e a curva estimada de passageiros para os demais segmentos como base para a amortização.

3.17. Informação por segmento

As informações por segmento são apresentadas de acordo com o IFRS 8 / CPC 22 - Informações por Segmento em relação aos negócios da Companhia e de suas controladas que foram identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia.

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento, avaliação de seu desempenho e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, assim como os ativos e passivos, consideram os itens diretamente atribuíveis ao segmento e itens que possam ser alocados em bases razoáveis. As informações por segmento são elaboradas com base nos números contábeis e sem ajustes extracontábeis.

3.18. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) da controladora e consolidado nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme CPCs e aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.19. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente registrada pelo seu custo, compreendendo qualquer dispêndio diretamente atribuível, e subsequentemente mensurada pelo método de custo.

3.20. Pagamento baseado em ações

Os pagamentos baseados em ações, liquidáveis em ações, são contabilizados de acordo com o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo na data de outorga. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito dos instrumentos.

3.21. Ativos mantidos para venda

Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados por meio de venda ao invés do seu uso contínuo.

Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base pro rata, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros e ativos fiscais diferidos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito à aplicação do método.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.22. Operação descontinuada

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio do Grupo que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto do Grupo e que:

- representam uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- são parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- são de uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente comparativas são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo.

3.23. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Motiva adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos materiais nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025:

- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; e
- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO).



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.24. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na Demonstração do Resultado, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da Demonstração do Resultado do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Motiva:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7); e
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3.25. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS).

A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

A Administração ressalta que os contratos de concessão operados pela Companhia preveem cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de swap de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas investidas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber junto aos Poderes Concedentes, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 8, 11, 16, 17 e 23.

b. Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas investidas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos aos empréstimos em reais; (2) do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e CDI relativo às debêntures; e (3) IGP-M e IPCA relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 7, 11, 16, 17 e 23.

As tarifas das concessões da Motiva são reajustadas por índices de inflação.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros. Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas e controladas em conjunto no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto avaliam permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

As investidas financiam parte de suas operações com empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira vinculados ao dólar norte-americano (USD) equivalentes, em 31 de dezembro de 2025, estes saldos foram transferidos para passivos associados a ativos mantidos para venda (R\$ 613.921 em 31 de dezembro de 2024).

Para maiores detalhes, vide notas explicativas n.ºs 16 e 23.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Risco financeiro e liquidez

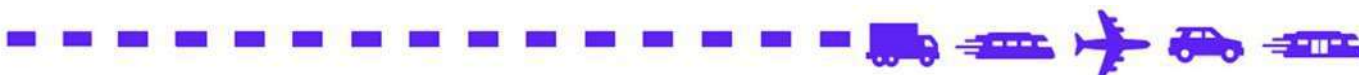
Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e suas investidas fazem para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A Administração avalia que a Companhia e suas investidas gozam de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros derivativos e não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

	Controladora				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Debêntures (a)	1.008.945	1.755.138	1.750.900	1.487.564	6.974.268
Fornecedores e outras contas a pagar	53.202	43.376	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	4.048	-	-	-	-
AFAC - partes relacionadas	-	-	-	-	1.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio	124.369	-	-	-	-
Contas a pagar de operação com derivativos	196.496	-	-	-	8.131

	Consolidado				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Empréstimos e financiamentos (a)	936.195	860.171	844.016	834.499	9.979.367
Debêntures e notas comerciais (a)	3.355.540	4.818.968	4.595.951	4.974.073	31.149.859
Fornecedores e outras contas a pagar	1.179.927	198.414	-	-	370
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	15.334	1.860	-	-	-
AFAC - partes relacionadas	-	-	-	-	1.196
Dividendos e juros sobre o capital próprio	398.763	-	-	-	-
Contas a pagar de operações com derivativos	220.660	-	-	-	108.792



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Valores brutos dos custos de transação.

6. Segmentos operacionais

6.1. Resultados dos segmentos operacionais

A Companhia possui substancialmente operações no Brasil, exceto as participações em aeroportos, classificadas como operações descontinuadas, e suas respectivas *holdings*, sendo que a carteira de clientes é pulverizada, não apresentando concentração de receita.

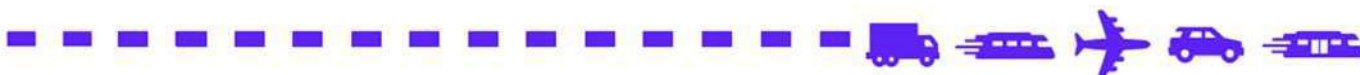
A seguir estão apresentados os resultados dos segmentos operacionais, com base nos números contábeis sem ajustes gerenciais:

	2025					2024 (reapresentado)				
	Rodovias	Trilhos (a)	Não alocados (b)	Operações descontinuadas	Consolidado	Rodovias	Trilhos (a)	Não alocados (b)	Operações descontinuadas	Consolidado
Receitas brutas	13,737,017	6,026,567	3,012,636	(3,007,677)	19,768,343	11,774,547	7,213,531	3,848,246	(3,843,629)	18,992,695
Receitas financeiras	977,219	226,296	589,718	(112,310)	1,680,923	363,890	235,755	987,818	(84,479)	1,502,984
Despesas financeiras	(2,098,303)	(1,466,790)	(2,177,709)	937,795	(4,805,007)	(1,381,146)	(1,189,595)	(2,109,112)	707,800	(3,972,053)
Depreciação, amortização e impairment	(977,328)	(486,140)	(304,224)	235,611	(1,532,081)	(886,141)	(386,036)	(444,250)	379,426	(1,337,001)
Imposto de renda e contribuição social	(625,381)	(410,802)	3,799	34,477	(997,907)	(864,239)	(174,799)	14,154	(4,533)	(1,029,417)
Resultado de equivalência patrimonial	81,494	-	169,336	(171,329)	79,501	71,487	-	175,179	(175,582)	71,084
Resultados dos segmentos divulgáveis após IR e CSLL	3,744,448	1,367,066	(1,608,017)	(357,289)	3,146,208	2,086,705	597,827	(1,372,917)	(191,172)	1,120,443

6.2. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2025					2024				
	Rodovias	Trilhos (a)	Não alocados (b)	Ativos e Passivos mantidos para venda	Consolidado	Rodovias	Trilhos (a)	Aeroportos	Não alocados (b)	Consolidado
Ativos dos segmentos divulgáveis	33,332,098	21,150,597	4,033,285	12,497,890	71,013,870	23,491,770	20,061,091	10,249,931	5,294,307	59,097,099
Investimentos líquidos de passivo a descoberto em coligadas e controladas em conjunto	(19,787)	(5,304)	103,886	-	78,795	108,564	-	776,320	(235)	884,649
CAPEX	6,827,138	1,391,200	94,400	-	10,312,738	3,299,298	1,708,962	1,809,055	82,158	6,899,473
Passivos dos segmentos divulgáveis	(21,646,486)	(14,231,223)	(9,394,729)	(9,458,995)	(54,731,433)	(16,836,862)	(14,492,820)	(8,902,103)	(5,863,228)	(45,095,013)

- a) A denominação do segmento “Mobilidade” foi alterada para “Trilhos”. A BC Concessões manteve-se nesse segmento até 11 de fevereiro de 2025, quando encerrou suas operações; e
- b) Os valores incluem a Motiva, a SPCP e eliminações.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	354	457	60.200	405.619
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	854.234	462.557	3.591.344	3.782.286
Total	854.588	463.014	3.651.544	4.187.905

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Circulante	1.437.976	1.445.783	4.287.272	2.520.965
Aplicações financeiras (a)	1.437.976	1.438.056	4.015.545	2.204.382
Conta reserva (b)	-	7.727	271.727	316.583
Não circulante	-	-	155.437	214.124
Conta reserva (b)	-	-	155.437	214.124
Total	1.437.976	1.445.783	4.442.709	2.735.089

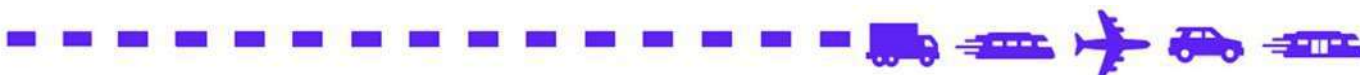
As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,30% do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (99,75% do CDI, equivalente a 10,85% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2024).

- a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
- b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos e debêntures (notas explicativas n.ºs 16 e 17).

8. Contas a receber - Consolidado

8.1. Contas a receber líquidas

	2025	2024
Circulante	2.207.208	2.231.891
Contas a receber das operações (a)	905.922	1.117.955
Provisão para perda esperada (b)	(8.011)	(20.624)
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	1.309.297	1.134.560
Não circulante	5.578.303	5.607.098
Contas a receber das operações (a)	48.788	52.046
Contas a receber dos Poderes Concedentes (c)	5.529.515	5.555.052
Total	7.785.511	7.838.989



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como: receitas aeroportuárias, acessórias, de pedágio, aquaviárias e metroviárias;
- (b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a). No que tange aos valores a serem recebidos dos Poderes Concedentes, não há provisão para perda esperada. A Administração considera reduzido o risco de crédito do contas a receber dos Poderes Concedentes, em função da ausência de histórico de não recebimento; e
- (c) Créditos a receber dos Poderes Concedentes referentes a aporte, reequilíbrios, contraprestações pecuniárias fixas e variáveis, mitigação de demanda, indenizações de custos operacionais e bens reversíveis e indenizáveis para os negócios afetados da Companhia, cuja movimentação está demonstrada a seguir:

	2024			2025			
	Saldo inicial	Adições	Recebimento	Remuneração (g)	Transferência	Outros	Saldo final
Circulante	1.134.560	408.528	(1.995.657)	7.147	1.753.150	1.569	1.309.297
Aporte (a)	17.832	-	-	-	-	-	17.832
VLT Carioca	17.832	-	-	-	-	-	17.832
Reequilíbrio (b)	203.974	47.043	(980.581)	4.837	1.066.700	-	341.973
ViaQuatro	184.808	47.043	(826.856)	4.837	932.141	-	341.973
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	19.166	-	(153.725)	-	134.559	-	-
Contraprestação pecuniária fixa (a)	613.345	1.255	(470.808)	2.310	506.771	(12.272)	640.601
VLT Carioca	330.468	43	(172.207)	-	224.842	(5.284)	377.862
Metrô Bahia	282.877	1.212	(298.601)	2.310	281.929	(6.988)	262.739
Contraprestação pecuniária variável (a)	28.562	144.369	(130.382)	-	-	(1.991)	40.558
VLT Carioca	20.818	45.023	(33.578)	-	-	-	32.263
Metrô Bahia	7.744	99.346	(96.804)	-	-	(1.991)	8.295
Mitigação de demanda	220.985	182.537	(375.169)	-	179.679	(3.591)	204.441
Metrô Bahia (c)	140.860	-	(161.117)	-	179.679	(3.591)	155.831
ViaQuatro (d)	29.152	43.319	(72.471)	-	-	-	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (d)	26.533	121.008	(119.849)	-	-	-	27.692
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (d)	5.336	18.210	(21.732)	-	-	-	1.814
VLT Carioca (d)	19.104	-	-	-	-	-	19.104
Reajuste tarifário (e)	4.261	-	-	-	-	-	4.261
BC Concessões	4.261	-	-	-	-	-	4.261
Reequilíbrio por ajuste tarifário (h)	-	33.324	(21.237)	-	-	(558)	11.529
Rota Sorocabana	-	33.324	(21.237)	-	-	(558)	11.529
Estudos de viabilidade (f)	45.601	-	(17.480)	-	-	19.981	48.102
ViaQuatro	26.388	-	(17.480)	-	-	8.408	17.316
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	19.213	-	-	-	-	11.573	30.786
Não circulante	5.555.052	945.385	-	782.228	(1.753.150)	-	5.529.515
Reequilíbrio (b)	1.827.446	758.571	-	264.981	(1.066.700)	-	1.784.298
ViaQuatro	1.690.351	758.571	-	267.517	(932.141)	-	1.784.298
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	137.095	-	-	(2.536)	(134.559)	-	-
Contraprestação pecuniária fixa (a)	3.695.990	-	-	517.247	(506.771)	-	3.706.466
VLT Carioca	1.550.476	-	-	214.698	(224.842)	-	1.540.332
Metrô Bahia	2.145.514	-	-	302.549	(281.929)	-	2.166.134
Mitigação de demanda (c)	31.616	186.814	-	-	(179.679)	-	38.751
Metrô Bahia	31.616	186.814	-	-	(179.679)	-	38.751
Total	6.689.612	1.353.913	(1.995.657)	789.375	-	1.569	6.838.812

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (a) Direito contratual de receber aporte público e/ou contraprestação pecuniária dos Poderes Concedentes, como parte da remuneração de implantação de infraestrutura pelas controladas, sendo que os valores são registrados pelos seus valores presentes, os quais são calculados pelas taxas internas de retorno de cada um dos contratos de concessão, à medida da evolução física das melhorias efetuadas;
- (b) Reequilíbrios aos contratos de concessão por (i) perda de receita tarifária resultante da redução de demanda de passageiros advinda da pandemia da COVID-19 para ViaQuatro (Termo Aditivo n.º 8) e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (Termo Aditivo n.º 2); (ii) atraso na conclusão das obras da Fase I da concessão e no seccionamento de linhas intermunicipais geridas pela EMTU, que será recebido pela ViaQuatro através de adicional à tarifa de remuneração, conforme Termo Aditivo n.º 6; e (iii) reequilíbrio decorrente da frustração de receita tarifária relacionada ao atraso na conclusão da Fase II, com acréscimo de R\$ 0,4230 na tarifa por passageiro transportado, a partir de 1º de setembro de 2025 até 7 de agosto de 2036, para a ViaQuatro, conforme Termo Aditivo n.º 10;
- (c) Créditos a receber do Poder Concedente, decorrente de cláusula de mitigação de risco de demanda, em razão da demanda realizada ser menor em comparação à projetada, conforme anexo n.º 8 do contrato de concessão. Do saldo de contas a receber em 31 de dezembro de 2025, R\$ 39.575 é relativo ao 6º ano de operação plena (período de 1º de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025) e R\$ 155.007 é relativo aos 10 primeiros meses de apuração do 7º ano de operação plena (período de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026);
- (d) Créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de cláusula de mitigação de risco de demanda: (i) ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 e ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, os créditos possuem recebimentos ao longo do período subsequente ao do fato gerador; e (ii) ViaQuatro teve os valores de mitigação a partir de julho de 2025, incluídos no reequilíbrio da fase II, contido no Termo Aditivo n.º 10;
- (e) Indenização a receber do Poder Concedente relativa ao 4º quinquênio da BC Concessões, decorrente do Termo de Acordo homologado em 2 de março de 2023;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (f) Créditos a receber do Poder Concedente pelo ressarcimento de custos diretos e de gerenciamento incorridos com a elaboração dos Estudos de Viabilidade sobre a vantajosidade da inclusão de investimentos adicionais da ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17, conforme Termos Aditivos n.ºs 9 e 3, respectivamente;
- (g) Remuneração dos créditos a receber dos Poderes Concedentes, decorrentes de juros e atualização monetária previstos nos contratos de concessão ou termos aditivos; e
- (h) Reequilíbrio a receber do Poder Concedente em virtude de alteração de cobrança, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo n.º 01.

8.2. Aging do contas a receber líquidas

Idade de vencimentos dos títulos	2025	2024
Créditos a vencer	7.781.780	7.786.967
Créditos vencidos até 60 dias	3.100	28.635
Créditos vencidos de 61 até 90 dias	631	23.387
Créditos vencidos de 91 até 180 dias	1.419	5.794
Créditos vencidos há mais de 180 dias	6.592	14.830
Total	7.793.522	7.859.613

8.3. Cronograma de recebimento (não circulante)

Cronograma de recebimento (não circulante)	2025	2024
2027	899.795	748.990
2028	630.916	562.988
2029	543.882	521.805
2030	503.274	489.021
2031 em diante	3.000.436	3.284.294
Total	5.578.303	5.607.098

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

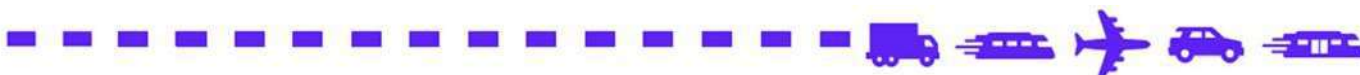
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025 (Reapresentado)	2024
Conciliação do imposto de renda e contribuição social				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.178.549	1.250.710	4.144.115	2.149.860
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(1.080.707)	(425.241)	(1.408.999)	(730.952)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial (a)	1.401.112	641.105	27.030	24.169
Despesas indedutíveis	(1.742)	(3.083)	(22.315)	(29.550)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(11.308)	(5.639)	(14.763)	(9.025)
Juros sobre capital próprio	(216.605)	(136.965)	(792)	(2.134)
Incentivos (cultural, artístico e desporto) relativos ao imposto de renda	-	(30)	50.978	46.134
Lucros auferidos no exterior	25	396	25	396
IR e CS não constituídos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(52.832)	(77.535)	(79.518)	(331.434)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	5.976	4.977	11.396	9.905
Constituição de imposto diferido em decorrência da repactuação - Pantanal	-	-	486.476	-
Outros ajustes tributários (b)	-	-	(47.425)	(6.926)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	43.919	(2.015)	(997.907)	(1.029.417)
Impostos correntes	-	-	(1.376.346)	(1.256.506)
Impostos diferidos	43.919	(2.015)	378.439	227.089
Alíquota efetiva de impostos	-1,38%	0,16%	24,08%	47,88%

- (a) Os valores estão líquidos da amortização do direito de concessão gerado nas aquisições de participação adicional na ViaQuatro e VLT Carioca; e
- (b) Refere-se, principalmente, à diferença de alíquotas de impostos sobre o resultado dos demais países em que as investidas estão localizadas.

9.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social diferidos				
Ativo	75.358	80.446	3.060.276	3.404.789
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	64.370	64.370	2.575.617	2.530.246
Provisões (b)	9.896	15.083	390.882	539.170
Estimativa de perda Lei n.º 13.448/2017 - Pantanal	-	-	-	73.390
Ressarcimento de custos - BC Concessões	-	-	4.964	4.755
Ajuste a valor presente	-	-	328	122.174
Operação assistida	-	-	4.732	5.696
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1.061	963	25.330	19.540
Receita de construção (extrapolação de tributos sobre contraprestação pecuniária)	-	-	4.149	3.172
Variação cambial	4	-	312	7.920
Provisão TAC - ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	-	-	37.563	50.858
Lucro não realizado - Empresas do exterior	-	-	16.399	27.485
Diferença critério de amortização fiscal versus contábil	-	-	-	20.383
Outros	27	30	-	-
Compensação de imposto ativo	(75.358)	(80.446)	(1.836.087)	(1.983.917)
Impostos ativos após compensação	-	-	1.224.189	1.420.872
Passivo	(279.396)	(277.566)	(4.610.384)	(4.490.964)
Receita de reequilíbrio - AutoBAn (c)	-	-	(1.434.106)	(1.518.320)
Receita de remuneração dos valores a receber dos Poderes Concedentes	-	-	(1.403.299)	(1.030.584)
Capitalização de juros	-	-	(889.533)	(786.902)
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro e ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	(445.945)	(688.842)
Direito de concessão gerado na remensuração de participação societária	(107.055)	(114.776)	(107.055)	(114.776)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014 (d)	-	-	(80.012)	(87.390)
Ganho de compra vantajosa na aquisição de participação societária	(74.141)	(67.634)	(74.141)	(67.634)
Custo de transação de empréstimos	(16.412)	(11.447)	(113.384)	(127.755)
Resultado de operações com derivativos	(73.671)	(76.457)	(18.844)	(61.182)
Ganho na remensuração a valor justo na aquisição de participação societária	(4.894)	(4.894)	(4.894)	(4.894)
Valor justo com operações de hedge e debêntures	(3.223)	(2.358)	(5.846)	(2.685)
Outros	-	-	(33.325)	-
Compensação de imposto passivo	75.358	80.446	1.836.087	1.983.917
Impostos passivos após compensação	(204.038)	(197.120)	(2.774.297)	(2.507.047)
Imposto diferido líquido	(204.038)	(197.120)	(1.550.108)	(1.086.175)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Movimentação do imposto diferido				
Saldo em 1º de janeiro	(197.120)	(195.105)	(1.086.175)	(1.378.227)
Reconhecimento no resultado	43.919	(2.015)	378.439	282.600
Reconhecimento no patrimônio líquido	(50.837)	-	(44.173)	13.312
Impostos diferidos sobre hedge de fluxo de caixa	-	-	456	(710)
Ajuste acumulado de conversão	(42.771)	-	6.208	14.022
Adiantamento para futuro aumento de capital - SPVias	(8.066)	-	(42.771)	-
Ágio/Deságio em Transações de Capital	-	-	(8.066)	-
Movimentações patrimoniais	-	-	-	(3.860)
Alienação Samm	-	-	-	(3.132)
Compensação de parcelamentos com prejuízos fiscais e base negativas	-	-	-	(728)
Reclassificado para ativos e passivos mantidos para venda	-	-	(798.199)	-
Saldo em 31 de dezembro	(204.038)	(197.120)	(1.550.108)	(1.086.175)

- (a) Companhia e suas investidas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora	Consolidado
2026	-	40.939
2027	-	66.554
2028	-	151.034
2029	-	196.009
2030	-	217.730
2031 em diante	64.370	1.903.351
Total	64.370	2.575.617

- (b) Provisões: de manutenção, para riscos trabalhistas, tributários, fiscais, cíveis e contratuais, para participação nos resultados (PLR), para perda esperada – contas a receber e para programa de gratificação de longo prazo;
- (c) IR/CS diferidos sobre diferença temporária oriunda do registro da receita na AutoBAn, decorrente da celebração do Acordo Definitivo em 31 de março de 2022; e
- (d) Saldos de diferenças temporárias resultantes da aplicação do artigo 69 da Lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas que estão constituídos, estando os saldos suportados por expectativa de resultados tributáveis futuros.

A Motiva e algumas investidas, principalmente CPC, RDN e VOE, não registraram ativo fiscal diferido sobre o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas, nos montantes de R\$ 3.707.578 e R\$ 3.917.669, respectivamente, por não haver expectativa de geração de lucro tributável no longo prazo. Caso fossem registrados, o saldo do ativo fiscal diferido (IRPJ/CSLL) seria de R\$ 1.279.485 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.477.364 em 31 de dezembro de 2024).

10. Pagamentos antecipados relacionados à concessão - Consolidado

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Circulante	125.459	127.371
ViaLagos	286	286
AutoBAn	51.595	51.595
VOE	-	1.912
RodoAnel Oeste	73.578	73.578
Não circulante	1.413.298	1.538.757
ViaLagos	5.740	6.026
AutoBAn	567.543	619.138
RodoAnel Oeste	840.015	913.593
Total	1.538.757	1.666.128

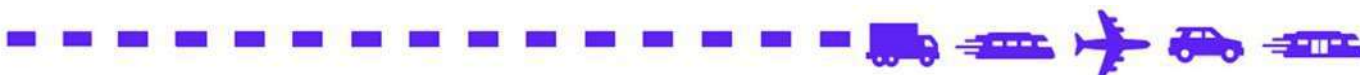
No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 127.371 (R\$ 133.107 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

11. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nesse período, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras, controladas, controladas em conjunto, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

11.1. Controladora

	2025					2024				
Saldos	Controladoras	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	2.224.116	155.024	258.655	2.637.795	-	2.447.408	254.778	28.216	2.730.402
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	42.810	-	-	42.810	-	161.039	-	-	161.039
Aplicações financeiras	-	-	-	258.428	258.428	-	-	-	27.895	27.895
Bancos conta movimento	-	-	-	91	91	-	-	-	66	66
Contas a receber	-	413.291	2.438	-	415.729	-	317.891	13.028	-	330.919
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	1.250.798	-	-	1.250.798	-	865.685	-	-	865.685
Mútuos	-	517.217	152.586	-	669.803	-	1.102.793	241.750	-	1.344.543
Outros créditos	-	-	-	136	136	-	-	-	255	255
Passivo	50.850	2.589	45	267.924	321.408	909	2.846	1	274.714	278.470
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	-	287	1.196	909	-	-	287	1.196
Fornecedores e contas a pagar	12	2.589	45	1.402	4.048	-	2.846	1	1.107	3.954
Debêntures	-	-	-	146.175	146.175	-	-	-	252.938	252.938
Dividendos e juros sobre capital próprio	49.929	-	-	74.440	124.369	-	-	-	283	283
Outros débitos	-	-	-	45.620	45.620	-	-	-	20.099	20.099



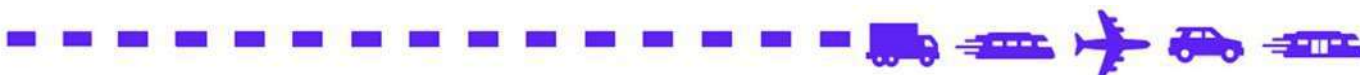
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2025				2024			
	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladas	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	-	(10.909)	(10.909)	-	-	(3.839)	(3.839)
Custos / despesas / repasses - serviços especializados e consultorias	4.441	-	(226)	4.215	-	-	(506)	(506)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	-	-	-	(32)	(32)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	(4.443)	-	-	(4.443)	(4.962)	-	-	(4.962)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	-	(34.388)	(34.388)	-	-	(26.710)	(26.710)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(14)	(14)	-	-	(14)	(14)
Despesas e repasses de prestação de garantias em emissões de dívidas	646	-	(19.342)	(18.696)	-	-	(1.293)	(1.293)
Ressarcimento de gastos gerais	1.981	-	-	1.981	-	-	-	-
Receita de mútua cooperação	-	-	4.479	4.479	-	-	2.586	2.586
Receita de venda de ativo imobilizado	26	-	-	26	273	7	-	280
Receitas de aplicações financeiras	-	-	27.096	27.096	-	-	15.258	15.258
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	74	74
Receitas de comissão de fiança na emissões de dívidas	88.166	3.341	-	91.507	72.549	3.302	-	75.851
Receitas financeiras - mútuos	163.502	28.923	-	192.425	158.739	30.143	1.369	190.251
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	3.578	-	-	3.578	3.105	-	-	3.105
Repasse de custos e despesas - CSC	891.914	6.193	-	898.107	766.898	6.144	1.177	774.219
Repasse de custos e despesas de colaboradores	2.606	-	218	2.824	11.722	69	-	11.791
Imobilizado	221	-	-	221	35	-	-	35

11.2. Consolidado

Saldos	2025				2024			
	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladoras da holding	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	157.214	758.062	915.276	-	255.325	762.142	1.017.467
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	2.159	-	2.159	-	403	-	403
Aplicações financeiras	-	-	719.202	719.202	-	-	670.523	670.523
Bancos conta movimento	-	-	29.135	29.135	-	-	26.460	26.460
Adiantamento a fornecedor	-	-	8.766	8.766	-	-	11.216	11.216
Contas a receber	-	2.470	33	2.503	-	13.167	52.543	65.710
Derivativos	-	-	-	-	-	-	430	430
Mútuos	-	152.585	-	152.585	-	241.753	-	241.753
Outros créditos	-	-	926	926	-	2	970	972
Passivo	50.850	48	1.267.316	1.318.214	921	67	1.500.467	1.501.455
Adiantamento para futuro aumento de capital	909	-	287	1.196	909	-	287	1.196
Fornecedores e contas a pagar	12	48	17.134	17.194	12	67	45.389	45.468
Debêntures e notas comerciais	-	-	671.909	671.909	-	-	940.573	940.573
Derivativos	-	-	177.569	177.569	-	-	88.352	88.352
Dividendos e juros sobre capital próprio	49.929	-	348.834	398.763	-	-	167.002	167.002
Mútuos	-	-	-	-	-	-	230.591	230.591
Outros débitos	-	-	51.583	51.583	-	-	28.273	28.273



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2025			2024		
	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total	Controladas em conjunto	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(16.549)	(16.549)	-	(13.382)	(13.382)
Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia	-	-	-	-	(1.670)	(1.670)
Custos / despesas - serviços de transmissão de dados	-	-	-	(408)	-	(408)
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	(104.799)	(104.799)	-	(8.022)	(8.022)
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(1.069)	(1.069)	-	(1.255)	(1.255)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(19.005)	(19.005)	-	(4.710)	(4.710)
Custos / despesas - seguros	-	(2.097)	(2.097)	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	(18.414)	(18.414)	-	(20.652)	(20.652)
Custos / despesas - outros gastos gerais	-	(2.877)	(2.877)	(220)	(1.264)	(1.484)
Custos / despesas - benefício a colaboradores	-	(179.696)	(179.696)	-	(196.907)	(196.907)
Custos / despesas - serviços de treinamento de pessoal	-	-	-	-	(3)	(3)
Custos / despesas - estoque	-	(55)	(55)	-	(393)	(393)
Despesas de comissão de fianças na emissões de dívidas	-	(57.048)	(57.048)	-	(10.835)	(10.835)
Despesas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	(1.680)	(1.680)	-	(2.744)	(2.744)
Resultado líquido com derivativos	-	7.486	7.486	-	(69.477)	(69.477)
Despesas financeiras - mútuos	-	(7.200)	(7.200)	-	(35.823)	(35.823)
Receita de mútua cooperação	-	6.189	6.189	-	3.599	3.599
Receitas de aplicações financeiras	-	94.266	94.266	-	114.526	114.526
Receitas financeiras - juros, variações monetárias e cambiais	-	-	-	-	(3.122)	(3.122)
Receitas de serviços de transmissão de dados	-	-	-	43	684	727
Receitas de comissão de fianças na emissões de dívidas	3.340	-	3.340	3.301	-	3.301
Receitas financeiras - mútuos	28.923	-	28.923	30.143	-	30.143
Receitas com venda de imobilizado	-	-	-	7	-	7
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	233	233	-	2.510	2.510
Repasse de custos e despesas - CSC	6.193	-	6.193	6.142	-	6.142
Repasse de custos e despesas de colaboradores	(479)	219	(260)	(543)	-	(543)
Imobilizado / intangível	1.243	68.422	69.665	-	284.967	284.967

11.3. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

	Diretores - Não estatutários			
	Controladora (a) (c)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração	84.616	87.893	85.860	101.591
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	47.086	47.445	47.849	54.069
Outros benefícios:	37.530	40.448	38.011	47.522
Incentivo de longo prazo	7.226	3.090	7.226	3.090
Provisão para remuneração variável do ano	26.632	25.583	27.325	28.864
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b)	1.734	9.649	1.502	13.132
Previdência privada	1.838	2.037	1.857	2.335
Seguro de vida	100	89	101	101

	Diretores - Estatutários			
	Controladora (a) (c)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração	64.240	55.053	80.928	76.988
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	28.914	30.383	38.536	45.975
Outros benefícios:	35.326	24.670	42.392	31.013
Incentivo de longo prazo	15.525	7.275	15.525	7.275
Provisão para remuneração variável do ano	17.414	15.061	23.107	21.737
Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b)	1.201	1.498	2.173	629
Previdência privada	1.110	817	1.488	1.329
Seguro de vida	76	19	99	43



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

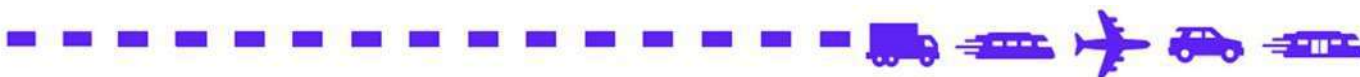
	Conselheiros			
	Controladora (a)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração	11.701	11.089	11.701	11.297
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	11.665	11.021	11.665	11.229
Outros benefícios:	36	68	36	68
Seguro de vida	36	68	36	68

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 23 de abril de 2025, foi aprovada a remuneração anual e global para os Administradores (estatutários) e Conselho de Administração da Controladora no exercício social de 2025, no valor de até R\$ 72.073.

Saldos a pagar aos profissionais-chave

	Controladora (a)		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Remuneração dos administradores	51.385	56.517	58.620	71.619

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa atribuível aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e o valor da remuneração fixa e variável da diretoria estatutária e não estatutária, compreendendo no total 25 membros, em 31 de dezembro de 2025;
- (b) Refere-se a complemento de provisão de PPR em decorrência da apuração final do atendimento de metas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram efetuados pagamentos de PPR na controladora e consolidado, respectivamente, no montante de R\$ 18.305 e R\$ 25.553 (estatutários) e de R\$ 16.262 R\$ 21.640 (não estatutários); e
- (c) Do montante de R\$ 148.856 das remunerações da Diretoria estatutária e não estatutária da controladora, R\$ 117.458 foram rateados para as investidas.



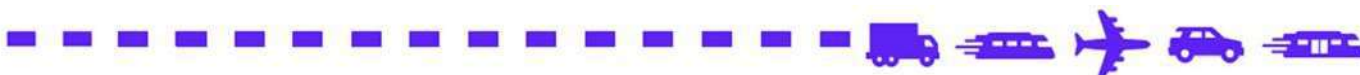
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Mútuo - Ativo		669.803	1.344.543	152.585	241.753
De CDI + 1,94% a.a. a CDI + 5% a.a.	Junho de 2028	517.218	1.209.906	-	107.116
TR + 9,89% a.a.	Janeiro de 2034	99.173	89.264	99.173	89.264
130% CDI	Janeiro de 2034	53.412	45.373	53.412	45.373
Mútuo - Passivo		-	-	-	230.591
CDI + 5% a.a.	Dezembro de 2027	-	-	-	230.591
Total		669.803	1.344.543	152.585	11.162

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mútuo - Ativo	669.803	1.344.543	152.585	241.753
Circulante	505.919	1.089.421	-	-
Não circulante	163.884	255.122	152.585	241.753
Mútuo - Passivo	-	-	-	230.591
Circulante	-	-	-	226.128
Não circulante	-	-	-	4.463

Taxas remuneração - garantias em emissão de dívidas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
De 0,60% a.a. a 2% a.a.	91.507	75.851	3.340	3.301
Total	91.507	75.851	3.340	3.301



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

12.1. Composição dos investimentos em controladas e controladas em conjunto

	Controladora			
	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado de participações societárias	
Controladas e controladas em conjunto	2025	2024	2025	2024
No Brasil				
ATP	-	(1)	1	-
AutoBAn	877.849	533.077	1.205.552	1.113.647
BC Concessões	22.757	(373.218)	(64.481)	(244.845)
CPC	-	3.210.552	-	-
Inovap 5	1.122	863	259	191
Lam Vias	462	403	59	32
Linha 15	1.893	1.860	33	11
Metrô Bahia	1.528.905	1.456.185	92.620	115.989
ND	2.932	(2.800)	9.046	(1.792)
Pantanal	609.837	(316.911)	558.247	(375.701)
PRN	1.728	610	1.118	(1.142)
PRVias	954.512	-	171.661	-
RDN	(260.110)	(381.944)	(48.166)	(45.494)
Renovias	43.624	68.268	85.100	78.116
RioSP	3.753.535	3.158.523	634.368	537.556
RodoAnel Oeste	1.317.046	1.320.694	39.941	42.765
Rota Sorocabana	176.064	-	81.155	(1)
RS Holding (b)	97.990	1.440.936	48.341	83.904
Samm (a)	-	-	-	(8.044)
SIP	516	334	(1.978)	(391)
SPCP	280.871	280.438	433	248
SPVias	257.488	255.631	168.507	173.219
ViaCosteira	1.001.299	1.004.445	20.271	62.211
ViaLagos	44.637	33.788	69.449	68.140
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	219.857	205.935	97.754	77.671
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	1.177.511	1.002.196	(91.161)	(105.387)
ViaQuatro	760.835	453.074	736.591	327.425
ViaRio	36.988	40.690	(3.607)	(6.629)
ViaSul (b)	1.679.780	-	137.670	-
VOE	746.871	(44.430)	29.785	(75.988)
VLT Carioca	1.004.515	477.039	(60.898)	(44.385)
No exterior				
MTH	-	-	-	(4.606)
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios	418.347	449.774	(31.427)	(32.155)
Total	16.759.661	14.276.011	3.886.243	1.734.565
Investimentos	17.019.771	15.395.315		
Provisão para passivo a descoberto	(260.110)	(1.119.304)		



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Em 28 de maio de 2024, foi concluída a alienação da totalidade da participação da Motiva no capital social da Samm; e
- (b) Em 30 de abril de 2025, houve redução do capital social da RS Holding no montante de R\$ 1.428.041. A redução foi efetuada com a transferência de 100% da participação da RS Holding no capital da ViaSul para a Motiva.

Consolidado				
	Investimentos (provisão para passivo a descoberto)		Resultado de participações societárias	
	2025	2024	2025	2024 (reapresentado)
Controladas em conjunto				
No Brasil				
Controlar	(1.823)	(235)	(1.994)	(403)
Renovias	43.635	68.266	85.115	78.116
ViaRio	36.983	40.298	(3.620)	(6.629)
No exterior (*)				
Corporación Quiport	-	634.027	-	-
IAF	-	1.581	-	-
Quiama	-	28.426	-	-
Direito de concessão gerado na aquisição de negócios	-	112.286	-	-
Total	78.795	884.649	79.501	71.084

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

12.2. Movimentação dos investimentos, líquido do passivo a descoberto

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	14.276.011	13.963.736	884.649	706.089
Resultado de equivalência patrimonial	3.886.243	1.734.565	79.501	71.084
Transação com sócios e aquisição de participação	23.722	-	-	-
Aumento de capital	3.235.032	1.128.707	406	461
Dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.336.489)	(3.078.081)	(109.746)	(254.096)
Ajuste de avaliação patrimonial	(193.051)	390.583	-	185.481
Absorção de prejuízo com mútuo - BC Concessões	460.800	-	-	-
Absorção de prejuízo com mútuo - VLT Carioca	152.090	-	-	-
Transferência para ativos mantidos para venda	(2.745.305)	128.367	(775.918)	175.582
Outras movimentações	608	8.134	(97)	48
Saldo em 31 de dezembro	16.759.661	14.276.011	78.795	884.649



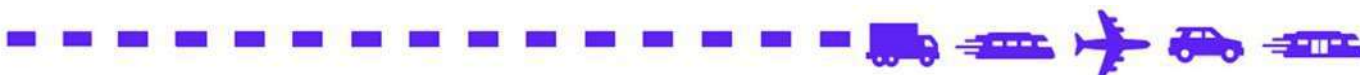
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3. Informações financeiras resumidas das controladas

	2025			2024			2025		2024	
	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Ativo Circulante e Não Circulante	Passivo Circulante e Não Circulante	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Total das receitas brutas do exercício	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
Controladas										
No Brasil										
ATP	-	-	-	2.251	31.604	(29.353)	-	-	6.584	(9.001)
AutoBAn	7.456.959	6.577.449	879.510	7.488.651	6.953.845	534.806	4.141.501	1.205.488	3.807.042	1.113.612
BC Concessões	66.588	43.831	22.757	199.325	572.542	(373.217)	12.085	(64.481)	107.775	(244.845)
BH Airport	3.055.111	3.316.830	(261.719)	2.998.118	3.199.106	(200.988)	617.174	(60.731)	513.449	(65.265)
Bloco Sul	4.772.269	3.848.988	923.281	4.637.421	3.675.577	961.844	855.579	(83.110)	1.615.756	(35.023)
Bloco Central	1.783.310	1.181.862	601.448	1.648.111	1.139.273	508.838	503.525	(12.678)	795.167	30.100
CPA	131.804	10.123	121.681	141.826	12.276	129.550	-	21.716	-	13.637
CPC	3.183.413	229.541	2.953.872	3.317.089	103.265	3.213.824	26.587	208.603	19.814	128.228
Five Trilhos	38.378	19.568	18.810	37.057	20.533	16.524	42.656	36.290	36.888	26.004
Four Trilhos	116.919	51.501	65.418	66.376	29.339	37.037	97.705	79.391	73.514	58.667
Inovap 5	1.214	92	1.122	1.052	189	863	-	259	-	191
Lam Vias	463	1	462	404	1	403	-	59	-	32
Linha 15	2.369	4	2.365	2.325	1	2.324	-	41	-	13
Metró Bahia	5.482.161	3.949.144	1.533.017	5.455.121	3.994.538	1.460.583	1.109.490	92.333	1.064.837	115.651
ND	42.596	36.349	6.247	58.306	61.105	(2.799)	-	9.046	-	(1.792)
ON Trilhos	27.526	10.328	17.198	9.590	4.622	4.968	20.615	16.307	10.421	6.623
Pantanal	1.460.068	850.233	609.835	466.529	783.441	(316.912)	769.399	558.246	302.928	(376.536)
Pampulha	269.757	202.990	66.767	125.118	62.854	62.464	90.678	8.703	67.114	9.353
PRN	2.264	536	1.728	2.733	2.123	610	-	1.118	-	(1.142)
RDN	69.342	329.450	(260.108)	38.874	420.817	(381.943)	-	(48.165)	-	(45.494)
RioSP	8.592.974	4.819.386	3.773.588	6.042.517	2.863.387	3.179.130	2.978.931	633.815	2.653.238	537.083
PRVias	2.195.983	1.241.462	954.521	-	-	-	683.521	171.661	-	-
RodoAnel Oeste	2.012.495	689.614	1.322.881	1.979.080	652.507	1.326.573	554.826	40.078	507.705	42.909
Rota Sorocabana	2.610.267	2.434.199	176.068	14.516	14.516	-	711.762	81.159	-	(1)
RS Holding	135.718	31.974	103.744	1.520.222	73.372	1.446.850	-	48.180	-	83.806
SP	2.339	1.823	516	568	234	334	-	(1.978)	-	(391)
SPAC	205	133.476	(133.271)	260	102.504	(102.244)	-	(31.027)	-	(33.357)
SPCP	283.518	2.647	280.871	282.995	2.557	280.438	-	433	-	248
SPVias	1.825.335	1.566.613	258.722	1.817.521	1.560.267	257.254	1.271.637	168.118	1.219.702	172.609
ViaCosteira	1.874.316	867.179	1.007.137	1.446.851	436.296	1.010.555	565.837	19.999	536.346	62.050
ViaLagos	281.908	237.019	44.889	359.965	325.873	34.092	238.913	69.398	221.710	68.079
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	1.250.797	986.971	263.826	1.266.008	1.018.889	247.119	641.950	117.296	695.360	93.215
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	7.063.106	5.590.533	1.472.573	6.688.583	5.435.129	1.253.454	1.612.405	(113.975)	3.598.944	(131.967)
ViaQuatro	4.565.156	3.550.396	1.014.760	3.801.206	3.196.752	604.454	2.112.115	982.077	1.148.575	436.509
ViaSul	3.987.992	2.318.921	1.669.071	3.207.597	1.825.144	1.382.453	1.518.491	172.433	1.250.257	139.799
VOE	973.614	226.747	746.867	387.357	431.787	(44.430)	303.562	29.781	1.247.375	(75.997)
VLT Carioca	2.693.404	1.688.885	1.004.519	2.623.150	2.121.892	501.258	382.469	(61.390)	475.688	(46.639)
No Exterior (*)										
Aeris Holding Costa Rica	1.242.526	1.224.266	18.260	1.004.088	1.167.068	(162.980)	520.378	166.185	429.156	3.368
Aeropuertos	-	10.935	(10.935)	-	90.321	(90.321)	-	70.629	-	1.431
CAI	241.630	12.249	229.381	232.524	13.785	218.739	-	38.234	-	40.590
CAP	515.953	274.323	241.630	578.954	346.430	232.524	416.437	38.234	422.987	40.590
CARE	5	6.716	(6.711)	6	7.558	(7.552)	-	-	-	-
CCR Costa Rica	22.008	12.542	9.466	24.769	103.603	(78.834)	-	81.015	-	1.642
CCR Costa Rica Concesiones y Participaciones	23.963	12.543	11.420	29.397	103.604	(74.207)	-	78.824	-	(663)
CCR España Concesiones	598.134	13.316	584.818	589.831	104.315	485.516	-	169.072	-	6.581
CCR España Emprendimientos	498.632	26.213	472.419	849.727	28.895	820.832	-	160.718	-	144.514
CCR USA	19.334	-	19.334	21.394	-	21.394	-	331	-	(75)
Desarrollos	1	13.481	(13.480)	-	111.360	(111.360)	-	87.081	-	1.765
Green Airports	310.801	1.328	309.473	332.266	1.053	331.213	-	15.396	-	14.738
IBSA	1	148	(147)	666	811	(145)	-	(2)	-	3
IBSA Finance	-	-	-	(1)	668	(669)	-	-	-	-
Icaros	56	16	40	15	82	(67)	-	(463)	-	(399)
Quiport Holdings	332.118	69	332.049	647.335	213	647.122	-	148.968	-	157.519
MTH	-	-	-	-	-	-	-	-	1.013	(4.605)
SJO Holding	338.737	11.918	326.819	382.240	100.474	281.766	-	77.894	-	(1.576)
Terminal	44.021	670	43.351	49.540	5.527	44.013	-	4.321	-	88
Subtotal	72,499,558	48,667,398	23,832,160	62,877,424	43,313,724	19,563,700	22,800,228	5,430,930	22,829,345	2,476,479
Controladora	25,440,479	9,649,227	15,791,252	20,591,688	6,982,797	13,608,891	92,926	3,279,585	77,167	1,248,695
Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas	12.497.890	9.458.995	3.038.895	-	-	-	(3.007.877)	(357.289)	33.129	(191.172)
Eliminações	(39.424.057)	(13.044.187)	(26.379.870)	(24.372.013)	(5.201.508)	(19.170.505)	(116.934)	(4.849.729)	(103.317)	(2.222.387)
Consolidado	71,013,870	54,731,433	16,282,437	59,097,099	45,095,013	14,002,086	19,768,343	3,503,497	22,836,324	1,311,615

(*) Classificado como ativo mantido para venda.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.4. Informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto

Os valores apresentados a seguir não consideram o percentual de participação da Motiva, ou seja, referem-se a 100% das informações financeiras dos empreendimentos controlados em conjunto.

	2025		
	ViaRio	Renovias	Controlar
Balanco patrimonial resumido			
Ativo circulante	138.975	191.389	254
Caixa e equivalentes de caixa	61.575	52.897	199
Outros ativos	77.400	138.492	55
Ativo não circulante	840.973	39.126	215
Total Ativo	979.948	230.515	469
Passivo circulante	100.691	113.700	20
Passivos financeiros (a)	77.411	-	-
Outros passivos	23.280	113.700	20
Passivo não circulante	823.122	7.755	4.133
Passivos financeiros (a)	560.664	-	-
Outros passivos	262.458	7.755	4.133
Patrimônio líquido	56.135	109.060	(3.684)
Total do passivo e patrimônio líquido	979.948	230.515	469

	2024						
	Corporación Quiport	Quiama	Quiama Ecuador	IAF	ViaRio	Renovias	Controlar
Balanco patrimonial resumido							
Ativo circulante	648.570	55.342	31.998	127.418	269.675	229.553	209
Caixa e equivalentes de caixa	258.570	28.914	4.210	2.951	55.296	65.185	91
Outros ativos	390.000	26.428	27.788	124.467	214.379	164.368	118
Ativo não circulante	4.450.488	1.894	-	2.361.828	862.614	52.290	217
Total Ativo	5.099.058	57.236	31.998	2.489.246	1.132.289	281.843	426
Passivo circulante	479.659	370	13.754	333.670	66.436	103.433	23
Passivos financeiros (a)	9.308	-	-	209.681	31.270	-	-
Outros passivos	470.351	370	13.754	123.989	35.166	103.433	23
Passivo não circulante	3.255.375	-	16.348	2.152.189	1.004.246	7.735	871
Passivos financeiros (a)	73.077	-	-	2.152.189	595.715	-	-
Outros passivos	3.182.298	-	16.348	-	408.531	7.735	871
Patrimônio líquido	1.364.024	56.866	1.896	3.387	61.607	170.675	(468)
Total do passivo e patrimônio líquido	5.099.058	57.236	31.998	2.489.246	1.132.289	281.843	426

(a) Saldo de empréstimos e debêntures.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025		
Demonstração do resultado resumida	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	216.403	749.230	-
Depreciação e amortização	(34.591)	(39.707)	-
Receitas financeiras	22.386	26.155	28
Despesas financeiras	(150.913)	(1.415)	-
Resultado de operações antes dos impostos	(8.093)	317.050	(4.045)
IR e CS	2.765	(104.300)	6
Resultado de operações	(5.328)	212.750	(4.039)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(5.328)	212.750	(4.039)

	2024		
Demonstração do resultado resumida	ViaRio	Renovias	Controlar
Receitas	193.731	232.567	-
Depreciação e amortização	(34.331)	(56.613)	-
Receitas financeiras	21.920	3.619	14
Despesas financeiras	(132.884)	(167)	-
Resultado de operações antes dos impostos	(15.038)	225.574	(815)
IR e CS	5.034	(30.279)	-
Resultado de operações	(10.004)	195.295	(815)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	(10.004)	195.295	(815)

12.5.Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia e suas investidas são partes em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões dos contratos de concessão.

No contexto das concessões em geral, processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre as concessionárias e os Poderes Concedentes (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e., pandemia da COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. A Administração reitera sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis aos contratos de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

12.5.1. Processos em andamento**12.5.1.1 RDN****a. Processo administrativo de responsabilização – CGE/PR**

Por meio da Resolução n.º 35, de 2 de outubro de 2019, a Controladoria Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) instaurou processo administrativo de responsabilização (PAR), previsto no artigo 8º da Lei n.º 12.846/2013, com o objetivo de apurar eventuais responsabilidades administrativas em desfavor da concessionária. A concessionária se manifestou acerca do processo em 9 de dezembro de 2019.

Após tramitação administrativa, em 27 de outubro de 2021, o Controlador-Geral do Estado do Paraná proferiu decisão impondo penalidades à RDN, consistentes de multa, no valor histórico de R\$ 75.582 (na data-base outubro de 2021), suspensão do direito de contratar e licitar com o Estado do Paraná pelo prazo de 2 anos e publicação extraordinária da decisão. Contra essa decisão, em 8 de novembro de 2021, a RDN interpôs recurso administrativo, com efeito suspensivo.

Em 22 de outubro de 2025, a RDN foi intimada da decisão proferida pelo Controlador-Geral do Estado, que determinou o arquivamento processo, sem o pagamento da multa indicada acima. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

b. Ação de Procedimento Comum n.º 1050217-49.2020.4.01.3400 – Invalidade da metodologia de fiscalização estabelecida pela Portaria DER/PR n.º 03/2019

Em 4 de setembro de 2020, a RDN ajuizou a ação de procedimento comum contra o DER/PR, Estado do Paraná, União Federal, ANTT, tendo por objeto a anulação de diversas autuações formalizadas com base na Portaria DER/PR n.º 03/2019, que promoveu a mudança de metodologia de fiscalização estabelecida pelo DER/PR, subtraindo uma etapa prévia à formalização consistente em notificação à

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

concessionária para correção de não-conformidades operacionais, em violação ao que está previsto no contrato de concessão.

Em 29 de abril de 2024, foi proferida sentença julgando procedentes os pedidos da RDN. Em face da sentença, foram interpostos recursos de apelação pelo DER, pelo Estado do Paraná, pelo DNIT, pela União e pela ANTT. Aguarda-se o julgamento dos recursos de apelação.

c. Ação Popular n.º 5056317-95.2021.4.04.7000 – Degrau Tarifário

Em 17 de março de 2006, foi proposta a Ação Popular em face do Estado do Paraná, da União Federal, do DER/PR, da AGEPAR, do DNIT, da ANTT, da RDN e de outras concessionárias paranaenses, requerendo o ressarcimento do erário em razão dos prejuízos causados pela cobrança de tarifas calculadas com base em degraú tarifário sem que tenha havido a conclusão das obras de duplicação.

Em relação à RDN, a controvérsia objeto desta ação foi incluída no acordo celebrado pela RDN e informado por meio do Fato Relevante divulgado no dia 7 de dezembro de 2022.

Em 25 de novembro de 2023, foi proferida sentença reconhecendo a perda superveniente de interesse em relação à RDN, extinguindo o processo, bem como determinando a remessa necessária. Em 13 de junho de 2024, os autores populares interpuseram recurso de apelação no tocante a honorários de sucumbência. Aguarda-se a análise da remessa necessária e do recurso de apelação.

12.5.1.2 VOE Concessões (nova razão social da ViaOeste)**a. Marginais Castello – ampliações por nível de serviço SP-280 – km 23 a 32 – Processo ARTESP-PRC-2021/04123**

O contrato de concessão estabelece que é obrigação da concessionária realizar ampliações da infraestrutura às suas custas para solucionar aumento do nível de serviço de tráfego, exceto quando se verifique a ocorrência de interferência urbana, hipótese em que será obrigação do Poder Concedente promover a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Desde 2004, o segmento da rodovia, entre os km 23 e 32, tem demonstrado saturação, gerando assim discussão ainda não finalizada entre a concessionária e o Poder Concedente sobre o impacto da interferência urbana no nível de serviço, bem como, pelo Poder Concedente, a apuração de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, em seu favor, decorrente de suposto atraso da concessionária na execução das obras de melhorias relacionadas ao nível de serviço. O processo segue em fase administrativa.

b. Sistema semiautomático de pedágio – Processo SEI 134.00005070/2023-98

O contrato de concessão estabelecia a obrigação das concessionárias VOE, AutoBAn, Renovias e RodoAnel Oeste implantarem a modalidade de pagamento semiautomático (com cartão sem contato) no 1º ano de concessão (em 1998).

Embora a implementação do sistema dependesse de regulamentação, que só foi editada em 2018, o Poder Concedente sustenta haver um desequilíbrio em seu favor, entendimento que é contestado pelas concessionárias.

No entanto, no decorrer de 2025, a diretoria de operações da ARTESP proferiu despacho que reconheceu: (i) ausência de parâmetros técnicos da ARTESP para implementação do Sistema de Arrecadação Semiautomático (SAS); e (ii) obsolescência da tecnologia, propondo equivalência de funcionalidade com pagamento por meio de cartão bancário por aproximação.

Esse despacho foi confirmado em deliberação colegiada da ARTESP, publicada em 28 de janeiro de 2026, que reconheceu a inexistência de reequilíbrio em favor do Poder Concedente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.3 RodoAnel Oeste

- a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 – Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de Ação Popular em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas do RodoAnel Oeste, Motiva e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos.

Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção.

Em 27 de maio de 2025, foi determinada a publicação dos editais previstos na lei da ação popular, a fim de que, no prazo de 90 dias, qualquer cidadão ou representante do Ministério Público possa promover o seu prosseguimento. Transcorrido o prazo estipulado, aguarde-se a extinção do feito.

- b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 – Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor.

O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; e (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) autorização do Conselho Diretor da ARTESP, em 27 de julho de 2013, para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013; e (iii) decisão do Conselho Diretor da ARTESP, em 14 de dezembro de 2013, para prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, o RodoAnel Oeste, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido do RodoAnel Oeste a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014.

Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento da apelação do Estado em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau.

Em 28 de agosto de 2025, o perito apresentou os esclarecimentos complementares. Aguarda-se julgamento do recurso de apelação.

12.5.1.4 AutoBAn**a. Ação de Improbidade Administrativa n.º 0022800-92.2002.8.26.0053**

Em 28 de agosto de 2002, foi ajuizada a ação civil pública de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) visando à declaração de nulidade da concorrência n.º 07/CIC/97 e do correspondente contrato de concessão.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Após a apresentação das contestações, em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação, reconhecendo a prescrição intercorrente.

Em 20 de março de 2018, o MP/SP interpôs o recurso de apelação, ao qual foi dado provimento em 12 de junho de 2019, para afastar a prescrição intercorrente e determinar o retorno dos autos à 1ª instância, para que seja apreciada a necessidade de eventual produção de provas e para a apreciação do mérito da ação.

Tendo o processo retornado à 1ª Instância em 2 de agosto de 2021, foi aberto prazo para as empresas rés se manifestarem acerca de petições do MP/SP, o qual, em síntese, apresentou seu interesse na produção de prova pericial e testemunhal, bem como entendeu necessário que as partes se manifestassem sobre a abertura de procedimento de resolução consensual do processo, ao que as empresas rés se manifestaram no sentido de inexistir interesse em tal resolução consensual do processo.

Em 5 de novembro de 2021, o juiz da causa proferiu despacho abrindo prazo para o Ministério Público se manifestar acerca da aplicabilidade de recente alteração promovida na Lei de Improbidade Administrativa, especificamente acerca da eventual aplicabilidade da prescrição intercorrente para o caso. Tanto o Ministério Público como a concessionária se manifestaram, tendo o Ministério Público juntado aos autos, cópia dos acordos celebrados com representantes legais de outras empresas. Em 7 de novembro de 2023, os Requeridos se manifestaram acerca dos documentos apresentados pelo Ministério Público nos autos.

Em 8 de outubro de 2024, foi proferida decisão determinando que o Ministério Público seja intimado a se manifestar quanto ao interesse em firmar acordo de não persecução civil.

Em 7 de novembro de 2024, o Ministério Público informou que não tem interesse em firmar acordo e, na oportunidade, requereu o prosseguimento com a definição das provas que deverão ser realizadas do processo.

Em 22 de abril de 2025, foi proferida decisão determinando o início da fase de provas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.5 BC Concessões (nova razão social de Barcas)

a. Ação de rescisão de contrato de concessão n.º 0431063-14.2016.8.19.0001

Ajuizada pela BC Concessões, pretende ver declarada a rescisão do contrato de concessão firmado originariamente entre a BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro em 12 de fevereiro de 1998 e cujo objeto consiste na exploração, por 25 anos, do serviço público de transporte aquaviário de passageiros e veículos.

A ação tramitou em 1ª Instância, com desdobramentos diversos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até que, em 2 de fevereiro de 2023, a Barcas e o Estado do Rio de Janeiro celebraram acordo para encerrar diversos litígios entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante do dia 3 de fevereiro de 2023.

Esse acordo foi homologado em 2 de março de 2023, com a consequente extinção do processo. O Ministério Público interpôs recurso de apelação, o qual foi desprovido, em 6 de junho de 2024. Em 29 de novembro de 2024, o Ministério Público interpôs recurso especial, que aguarda julgamento.

b. Ação Civil Pública n.º 0000838-96.2004.8.19.0001

Proposta pelo Ministério Público em 19 de janeiro de 2004, em face do Estado do Rio de Janeiro e da BC Concessões, em trâmite na 4ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, requerendo a rescisão do contrato de concessão firmado entre o Estado do Rio de Janeiro e a BC Concessões, e a realização de novo procedimento licitatório. Após tramitação em 1ª Instância, em 9 de maio de 2017, foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro dando provimento ao recurso de apelação do Ministério Público e decretando a anulação do contrato de concessão.

Os Recursos Especiais interpostos por BC Concessões e pelo Estado do Rio de Janeiro ficaram pendentes de apreciação no Superior Tribunal de Justiça até a formalização, em 2 de fevereiro de 2023, de acordo entre BC Concessões e o Estado do Rio de Janeiro para encerrar diversos litígios

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

entre si e para disciplinar a transição da concessão de transporte aquaviário no Estado do Rio de Janeiro até a realização de nova licitação, informado por meio do Fato de Relevante divulgado em 3 de fevereiro de 2023.

Em razão do acordo, a BC e o Estado de Rio de Janeiro apresentaram pedido de desistência dos recursos especiais, tendo havido a homologação e trânsito em julgado do acórdão. Em 22 de março de 2024, foi proferido despacho determinando a suspensão do processo até o encerramento da ação de rescisão do contrato de concessão.

c. Ação Popular n.º 0120322-27.2012.8.19.0001

Em 28 de março de 2012, foi ajuizada em face do Estado do Rio de Janeiro, BC Concessões, Motiva, CPC e outros, requerendo: i) a declaração de nulidade do reajuste da tarifa ocorrido em 2012; ii) a declaração de nulidade da redução da base de cálculo do ICMS; iii) declaração de caducidade do contrato de concessão pela transferência do controle acionário da concessionária e abertura de nova licitação; iv) o deferimento de antecipação de tutela para que a tarifa cobrada seja aquela anterior ao do reajuste.

Em 14 de julho de 2015, foi prolatada sentença de procedência parcial dos pedidos.

As rés BC Concessões, Motiva e CPC interpuseram recursos de apelação, os quais foram providos, em 29 de janeiro de 2025, tendo sido reconhecida a improcedência da ação popular.

Em 17 de julho de 2025, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário, os quais não foram admitidos em 4 de setembro de 2025.

Em 3 de outubro de 2025, foram interpostos agravos pelo autor popular aos Tribunais Superiores, que aguardam julgamento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.6 ND

a. Processo n.º 5026377-67.2019.4.03.6100 – Remuneração de Projetos Executivos

Em 13 de dezembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória perante a Justiça Federal de São Paulo contra a União Federal e a ANTT visando ao reequilíbrio parcial do contrato de concessão para afastar suposta ilegalidade enfrentada desde a edição, pela ANTT, da Portaria n.º 161/17, que autorizou a antecipação de 50% da remuneração devida com os custos de elaboração dos projetos executivos pendentes de aprovação pela ANTT.

Após tramitação judicial, em 8 de abril de 2022, a ND protocolou junto à ANTT um pedido formal de proposta de acordo no processo judicial, posteriormente celebrado, mas ainda pendente de homologação judicial.

Em 1º de outubro de 2024, o acordo assinado pelas partes foi juntado aos autos pela ANTT.

Em 25 de abril de 2025, foi proferida sentença homologando o acordo firmado com a ANTT e extinguindo o processo. Em razão disso, o processo não será mais reportado nas futuras demonstrações financeiras.

b. Processo n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 – Tolerância de peso

Em 13 de setembro de 2019, a ND ajuizou ação declaratória contra a União Federal e a ANTT perante a Justiça Federal de São Paulo visando à recomposição do equilíbrio da equação econômico-financeira do seu contrato de concessão, em razão de alterações ocorridas na legislação desde 1999, que majoraram os custos com a manutenção do pavimento.

Desde o ajuizamento, o processo tramitou regularmente, tendo sido apresentadas as contestações pelas Rés, e a réplica pela ND. Foi proferida a decisão saneadora em 30 de agosto de 2022, (i) deferindo a produção de provas periciais contábeis e de engenharia requeridas pela ND; (ii) nomeando os peritos para cada especialidade e determinando a intimação dos mesmos para que informem se

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

aceitam o encargo; e (iii) determinando a posterior intimação das partes para que nomeiem assistentes técnicos e apresentem quesitos. Aguarda-se a realização das perícias.

Em 3 de junho de 2025, foi protocolizada petição solicitando a suspensão do feito por 180 dias para tentativa de acordo entre as partes.

c. Processo n.º 50500.016099/2021-31 – Haveres e Deveres

Em 25 de fevereiro de 2021, a ANTT instaurou o Processo SEI n.º 50500.016099/2021-31 para apurar haveres e deveres do contrato de concessão PG-137/95-00, firmado com a ND.

A instrução processual foi concluída por meio da Deliberação n.º 162, de 14 de junho de 2024, resultando na apuração de haveres e deveres em desfavor da ND, no valor de R\$ 128.263 (na data-base setembro de 2024).

A ND manifestou discordância quanto ao caráter definitivo do acerto de contas resultante do Processo SEI 50500.016099/2021-31, especialmente sob o fundamento de que, além de não concordar com as decisões exaradas pela Agência Reguladora na totalidade dos processos administrativos apreciados, as ações judiciais cuja controvérsia gira em torno da discussão de créditos regulatórios e que ainda não transitaram em julgado deveriam fazer parte da apuração de haveres e deveres da concessão, a saber: (i) Reequilíbrio de 9 obras de arte especiais - Ação n.º 102.9060-88.2018.4.01.3400 – TRF1; (ii) OAE – Divergência contratual (fundação) – Ação n.º 1029030-53.2018.4.01.3400 – TRF1; (iii) Manutenção do Pavimento, Lei n.º 13.103/2015 – Ação n.º 5016911-49.2019.4.03.6100 - TRF3; e (iv) Radiovias – Custos Operacionais e Investimentos – Ação n.º 5006757-35.2020.4.03.6100 – TRF3. Dessa forma, seria necessário aguardar o trâmite judicial dos processos para que sejam considerados os seus eventuais efeitos na apuração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Diante da conclusão do processo de haveres e deveres e da divergência sobre o valor final apurado, a ND protocolou, em 27 de dezembro de 2024, pedido para instauração de mecanismo de solução consensual disponibilizado pela ANTT.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 4 de fevereiro de 2025, houve o recebimento de ofício por parte da ANTT contendo as diretrizes sobre a continuidade do processo, de modo que, guardado o sigilo obrigatório inerente a ele, a ND seguirá privilegiando a obtenção de solução consensual e administrativa para conclusão dos haveres e deveres.

12.5.1.7 ViaQuatro**a. Ações Populares n.ºs 0107038-05.2006.8.26.0053 e 0117119-13.2006.8.26.0053 – Anulação da Licitação**

Tramitam no Poder Judiciário as ações populares em referência que objetivam a decretação da anulação de atos e procedimentos da Concorrência Internacional n.º 42325212, relativa à concessão da Linha 4 – Amarela do Metrô de São Paulo. Ambas as ações são conexas.

O mérito das ações ainda não foi apreciado pelo Poder Judiciário, tendo havido discussão acerca da inclusão, ou não, das pessoas físicas signatárias do contrato de concessão no polo passivo das ações. No momento, aguarda-se citação de novos réus, pessoas físicas. Após concluída a referida citação, deverá ser aberto prazo para a contestação por parte dos réus.

12.5.1.8 Controlar**a. Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa n.º 0044586-80.2011.8.26.0053**

Ajuizada pelo MP/SP em 25 de novembro de 2011, perante a 11ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, contra a Controlar e outros, com pedido de liminar para a suspensão da execução do contrato de concessão da Controlar, sequestro de bens dos requeridos como garantia de futura reparação dos danos supostamente causados e afastamento do cargo do Sr. Prefeito.

Após a discussão de questões processuais diversas, incluindo a apresentação de defesa prévia e contestação por todos os Réus, em 25 de março de 2022, a Controlar apresentou sua manifestação acerca das alterações trazidas pela Lei n.º 8.249/1995 e requereu a extinção da ação por falta de elementos materiais.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Em 5 de dezembro de 2022, foi proferida decisão que, em linhas gerais, manteve as mesmas questões suscitadas anteriormente no processo. Face a esta decisão, a Motiva e outros réus apresentaram embargos de declaração e, posteriormente, agravos de instrumento perante o Tribunal de Justiça, requerendo nova decisão acerca da imediata aplicabilidade das alterações da lei de Improbidade Administrativa.

Em 4 de abril de 2025, foi proferido acórdão dando provimento aos agravos de instrumento para extinguir a ação em relação aos recorrentes da CCR (atual Motiva), CPC e pessoas físicas (ex-executivos do Grupo).

Em 6 de junho de 2025, o Ministério Público interpôs recurso especial, que foi inadmitido em 22 de agosto de 2025.

Em 13 de outubro de 2025, foi interposto agravo pelo Ministério Público, que aguarda julgamento.

b. Ação Cautelar n.º 1006718-80.2013.8.26.0053

Ajuizada em 11 de outubro de 2013, tramitando perante a 11ª Vara da Fazenda Pública da Capital-SP. A medida foi proposta pela Controlar contra a Municipalidade de São Paulo, em vista da decretação de encerramento do contrato de concessão, por parte da Administração. A ordem cautelar foi concedida liminarmente, autorizando-se a continuidade da prestação dos serviços até o final do exercício de 2013 (31 de janeiro de 2014). Por determinação do Juízo, a ação será julgada em conjunto com o processo principal n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 (abaixo).

c. Ação Ordinária n.º 1011663-13.2013.8.26.0053 – Indenização pelo encerramento antecipado do Contrato

A ação foi proposta pela Controlar em 14 de novembro de 2013, contra a Municipalidade de São Paulo, tendo por objetivo o reconhecimento da extinção do Contrato n.º 34/SVMA/95 por culpa exclusiva da Municipalidade, condenando-a a indenizar a Controlar pelos prejuízos causados com o rompimento antecipado.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Realizada a perícia, a Controlar apresentou as razões finais, em 23 de junho de 2021. Aguarda-se prolação da sentença.

d. Ação Civil Pública n.º 0424291-45.1997.8.26.0053 – Nulidade de Convênio de Cooperação para a utilização do Centro Integrado de Taxi

Em 4 de dezembro de 1997, foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MP/SP) contra a Controlar, a SPTrans e outros, perante a 6ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, visando à declaração de nulidade do termo de convênio de cooperação firmado pelas empresas réus para a utilização do Centro Integrado de Táxis, por 90 dias, para experimentação do programa de inspeção veicular na frota de uso intenso.

A ação foi julgada parcialmente procedente, em 29 de fevereiro de 2000, para o fim de: (i) reconhecer a nulidade do termo de convênio de cooperação; (ii) condenar o Município de São Paulo a abster-se de conceder, a qualquer título, bem integrante do patrimônio público para a Controlar instalar os seus centros de inspeção; e (iii) condenar os então administradores da SPTrans e da Controlar ao pagamento de multa civil, ao ressarcimento integral dos danos causados, à suspensão dos seus direitos políticos por três anos e à proibição de contratar com o Poder Público pelo mesmo período.

O Tribunal de Justiça negou provimento ao recurso de apelação da Controlar em 8 de abril de 2003, razão pela qual foram interpostos recursos especial e extraordinário pela Controlar, os quais foram inadmitidos. A Controlar interpôs agravo em 3 de junho de 2015.

Em 3 de junho de 2025, o STJ deu provimento parcial ao agravo da Controlar e demais réus para afastar a condenação por improbidade administrativa.

Em 27 de junho de 2025, foi interposto agravo interno pela Controlar apenas em face de parte da decisão que manteve a nulidade do convênio e a consequente condenação ao pagamento de indenização.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.1.9 Renovias

a. Reajuste Tarifário de 2013

Em face de decisão do Governo do Estado de São Paulo, que decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor, com o estabelecimento de medidas compensatórias consideradas insuficientes pela concessionária, foi proposta medida judicial pleiteando o integral reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão (processo n.º 1060269-33.2017.8.26.0053). Em 12 de junho de 2023, a Renovias apresentou suas alegações finais.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo o qual foi deferido pelo juízo.

b. Termo Aditivo Modificativo n.º 13/06

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1007766-40.2014.8.26.0053 contra a Renovias pleiteando a declaração de nulidade do TAM n.º 13/06. A Renovias ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário n.º 1008352-77.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM n.º 13/06. Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Em 18 de julho de 2017, foi proferida sentença julgando procedente a ação proposta pelo Estado de São Paulo e a ARTESP e improcedente a ação proposta pela Renovias.

Em 18 de setembro de 2017, a Renovias apresentou recurso de apelação, pendente de julgamento. Desde 27 de março de 2023 a tramitação do processo está suspensa para tratativas de eventual acordo.

A Renovias propôs também a Ação de Procedimento Ordinário n.º 0019867-63.2013.8.26.0053 visando a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; e (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 30 de outubro de 2014, foi proferida sentença julgando a ação parcialmente procedente, tendo ambas as partes interposto recurso de apelação, já julgados.

Em 27 de junho de 2022, a Renovias interpôs recurso especial e recurso extraordinário. As partes requereram a suspensão do processo para tratativas de eventual acordo.

Em razão de tratativas de eventual acordo, as partes apresentaram pedido de suspensão do processo, que foi deferido pelo juízo.

12.5.1.10 ViaMobilidade – Linhas 5 e 17**a. Ação Popular n.º 1012890-62.2018.8.26.0053 – Nulidade da Concorrência Internacional n.º 02/2016 e do contrato de concessão n.º 03/2018**

A ação popular foi ajuizada em 14 de março de 2018, inicialmente contra apenas o Estado de São Paulo, o Governador do Estado de São Paulo e o Secretário de Transportes Metropolitanos. Posteriormente, foi determinada a inclusão da Motiva no polo passivo do processo, o que ocorreu em 12 de novembro de 2020. Existem outras ações populares conexas em tramitação, nas quais a Motiva ou a ViaMobilidade – Linhas 5 e 17 não são Parte, inclusive a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053.

Os autores populares pretendem ver declarado nulo o contrato de concessão n.º 03/2018 por conta (i) da suposta ausência de autorização legislativa para realização da concessão; (ii) da suposta violação ao princípio da moralidade administrativa, pois “empresas sócias majoritárias da CCR” (antiga razão social de Motiva) estariam envolvidas em supostos atos de improbidade; e (iii) da suposta lesão ao patrimônio público decorrente da modelagem econômico-financeira escolhida para a concessão.

A Motiva foi citada nos autos da ação popular em 12 de novembro 2020, tendo apresentado a sua contestação em 14 de dezembro de 2020, na qual alega, preliminarmente, ser parte ilegítima para

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

figurar no polo passivo. No mérito, demonstrou a base legal para a licitação e validade dos atos impugnados.

Após manifestação dos autores populares acerca da contestação da Motiva, foi determinado o sobrestamento até que a ação popular n.º 1000694-60.2018.8.26.0053, alcance a fase de saneamento e/ou sentença. Atualmente, o processo se encontra suspenso.

12.5.1.11 ViaRio**a. Ação Popular n.º 0189152-64.2020.8.19.0001 - nulidade do contrato de concessão**

Em 30 de setembro de 2020, foi distribuída Ação Popular em face do Município do Rio de Janeiro e da ViaRio, objetivando a decretação da nulidade do contrato de concessão n.º 38/2012 e de seus termos aditivos, bem como a condenação da ViaRio à reparação de supostos danos ao Erário.

Após tramitação em 1ª Instância, em 15 de junho de 2021, foi proferida sentença, acolhendo a preliminar de decadência para julgar extinta a demanda. O autor e o Município apresentaram recurso de apelação. Em 24 de março de 2022, a ViaRio apresentou contrarrazões ao recurso de apelação.

Em 30 de janeiro de 2024, foi negado provimento aos recursos do autor e do Município. Em 25 de junho de 2024, o autor popular interpôs recursos especial e extraordinário e, na mesma data, o Município interpôs recurso especial.

Em 2 de outubro de 2025, os recursos especial e extraordinário do autor popular foram inadmitidos.

Em 17 de novembro de 2025, foi interposto agravo pelo autor popular, que aguarda julgamento.

b. Reajustes tarifários de 2020, 2021, 2022, 2023, 2024 e 2025

A concessionária tem enfrentado obstáculos por parte do Poder Público Municipal para aplicar os reajustes tarifários anuais previstos em seu contrato de concessão, tendo recorrido ao Poder Judiciário



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

todos os anos visando o reconhecimento de seu direito ao reajuste tarifário. Os processos seguem em tramitação em diferentes instâncias.

Em 26 de junho de 2024, houve a designação de perícia conjunta para todos os processos que tratam do reajuste da tarifa.

Em 5 de fevereiro de 2025, foi provido o recurso da ViaRio interposto em face do indeferimento da liminar na ação de reajuste de 2022. A tarifa atualmente praticada é a tarifa reajustada para o ano de 2022, com base em decisão liminar.

Em 27 de maio de 2025, foi anexado o laudo pericial que reconhece a legitimidade dos reajustes tarifários pleiteados.

Em 4 de dezembro de 2025, foram proferidas sentenças julgando procedentes as ações de 2020 a 2025. Aguarda-se recursos da Prefeitura.

12.5.1.12 ViaLagos

a. Processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012 – 8º e 10 Aditivos Contratuais

Tramita procedimento administrativo no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro sobre o tema. Após controvérsia sobre a possibilidade, ou não, de extensão do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, em 24 de agosto de 2022, o Plenário do TCE/RJ entendeu, por unanimidade, pela possibilidade de prorrogação do prazo do contrato de concessão da ViaLagos, como forma de promover o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, porém, entendeu necessário remeter essa análise para auditoria extraordinária governamental (processo administrativo TCE-RJ n.º 100167-4/2012).

Em 3 de maio de 2023, o Plenário proferiu acórdão nos autos da auditoria governamental, onde acolheu, em parte, as conclusões da instância técnica do TCE/RJ, entendendo (i) pela ausência de estudos demonstrando a vantagem da prorrogação da concessão da ViaLagos em detrimento da realização de um novo certame; (ii) pelo desequilíbrio econômico-financeiro da avença em favor da



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ViaLagos; e (iii) pelo uso de premissas e parâmetros inadequados para a prorrogação contratual realizada. Contudo, o Colegiado do TCE/RJ entendeu que ainda seria necessário ouvir os esclarecimentos da AGETRANSP e do DER-RJ sobre o caso, a fim de proferir uma decisão final de mérito sobre a legalidade da prorrogação do contrato de concessão.

Após os citados esclarecimentos (AGETRANSP e DER-RJ), houve esclarecimentos complementares pela CAD do TCE/RJ. Em 9 de outubro de 2024, o TCE/RJ decidiu suspender o julgamento do caso e conferir prazo de 180 dias para conclusão das tratativas entre as partes.

b. Ações Populares n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001

Foram distribuídas ações populares (n.ºs 0014659-83.2017.8.19.0011 e 0253634-55.2019.8.19.0001) questionando a validade dos 8º e 10º Aditivos Contratuais, em 8 de agosto de 2017 e 10 de outubro de 2019, respectivamente.

Após a apresentação de contestação pelos Réus, foi determinada a prova pericial. Aguarda-se início das perícias.

A Companhia e a administração das investidas reiteram a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras das investidas e da controladora não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

12.5.2. Processos anteriormente reportados que foram encerrados

Os processos listados abaixo foram encerrados, não se verificando, na data de publicação destas demonstrações financeiras, qualquer risco, efeito material adverso, ou impacto contábil em relação a eles.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.5.2.1. AutoBAN

a. Inquérito Civil n.º 14.0699.0000364/2021-5

12.5.2.2. Pantanal

a. Relicitação

12.5.2.3. Linha 15

a. Ações Populares n.ºs 1010888-85.2019.8.26.0053 e 1010621-16.2019.8.26.0053 – Nulidade da licitação da Linha 15 – Prata

13. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento - Consolidado

	Imobilizado							Total em operação	Imobilizações em andamento	Total Imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Terrenos	Equipamentos operacionais	Embarcações			
Saldo em 1º de janeiro de 2024	22.345	149.571	72.523	35.580	20.692	106.964	3.989	411.664	442.129	853.793
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	466.140	466.140
Baixas	(252)	(8.205)	(1.907)	(2)	-	(395)	-	(13.995)	-	(13.995)
Transferências	8.966	141.035	49.542	40.203	-	106.131	(3.234)	3.045	(348.922)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	12.721	-	-	12.721	12.721
Reclassificações para ativos mantidos para venda	(754)	(7.369)	(4.038)	(649)	-	(183)	-	(12.993)	-	(12.993)
Depreciação (a)	(5,356)	(48,966)	(26,092)	(2,734)	-	(33,364)	(1,565)	(928)	(119,005)	(119,005)
Ajuste de conversão	138	1.548	1.170	339	-	-	810	-	4.005	1.313
Outros (a)	885	2.732	(5,293)	2	-	(9,212)	-	(2,117)	(13,003)	16,747
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.972	230.346	85.905	72.739	20.692	182.662	-	618.316	577.407	1.195.723
Custo	74.076	629.948	237.447	87.721	20.692	575.980	-	1.825.484	577.407	2.202.871
Depreciação acumulada	(48,104)	(399,602)	(151,542)	(14,982)	-	(392,918)	-	(1,007,148)	-	(1,007,148)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	25.972	230.346	85.905	72.739	20.692	182.662	-	618.316	577.407	1.195.723
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	808.589	808.589
Baixas	(470)	(15,872)	(349)	(7,532)	-	(1,849)	-	(26,072)	-	(26,072)
Transferências	7,563	323,911	35,603	6,809	-	65,452	-	439,338	(439,338)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	79,178	-	-	-	79,178
Reclassificações para mantido para venda	(1,738)	(18,150)	(9,318)	(298)	-	-	-	(29,504)	(24,382)	(53,886)
Depreciação	(4,828)	(66,597)	(29,421)	(4,539)	-	(40,967)	-	(146,352)	-	(146,352)
Outros	-	(51)	-	-	-	-	-	(51)	(787)	(838)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26,499	453,587	82,420	67,179	20,692	284,476	-	934,853	921,489	1,856,342
Custo	65,265	790,201	207,963	82,036	20,692	658,162	-	1,825,341	921,489	2,746,830
Depreciação acumulada	(38,766)	(336,614)	(125,563)	(14,856)	-	(374,686)	-	(890,488)	-	(890,488)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	26,499	453,587	82,420	67,179	20,692	284,476	-	934,853	921,489	1,856,342
Taxa média anual de depreciação %										
Em 31 de dezembro de 2025	10	14	23	4	-	12	-	-		

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 149.319 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 41.243 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 8,83% a.a. e 6,86% a.a., respectivamente.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Reclassificação mediante alienação da CPC. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

14. Intangível e infraestrutura em construção - Consolidado

	Intangível									
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Cessão de fibra óptica e conectividade	Transmissão de dados de radiofrequência	Direito da concessão gerado na aquisição de negócios	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível	
Saldo em 1º de janeiro de 2024	24.240,595	71.022	-	-	1.037.133	79.601	25.428.351	5.792.938	31.221.289	
Adições	-	-	106	17	-	113,934	114,057	6,319,276	6,433,333	
Baixas	(44,814)	(253)	-	-	-	-	(45,067)	-	(45,067)	
Transferências	6,153,155	20,133	-	-	-	(18,180)	6,155,108	(6,155,108)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(12,721)	(12,721)	-	(12,721)	
Reclassificações para ativos mantidos para venda	(224,069)	2,305	-	-	(140,039)	-	(361,803)	-	(361,803)	
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	325,996	919	-	-	-	1,358	328,273	226	328,499	
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	(24,067)	-	-	-	-	-	(24,067)	(61,642)	(85,729)	
Amortização (e)	(1,155,825)	(40,187)	(3,406)	(149)	(614)	-	(1,200,181)	-	(1,200,181)	
Ajuste de conversão	208,538	298	-	-	28,145	-	237,981	48,281	286,262	
Outros (e)	30,639	83	3,300	132	-	(4,382)	29,772	(13,793)	15,979	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861	
Custo	46,754,491	444,513	3	-	2,578,651	159,610	49,937,268	5,930,178	55,867,446	
Amortização acumulada	(17,244,363)	(390,193)	(3)	-	(1,653,026)	-	(19,287,585)	-	(19,287,585)	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.510.128	54.320	-	-	925.625	159.610	30.649.683	5.930.178	36.579.861	
Adições (c)	2,781,635	-	-	-	-	-	2,890,778	6,613,371	8,504,149	
Baixas	(2,524)	(134)	-	-	-	-	(2,658)	-	(2,658)	
Transferências	5,066,532	59,712	-	-	-	(59,660)	5,066,584	(5,066,584)	-	
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(79,178)	(79,178)	-	(79,178)	
Reclassificação do contas a receber dos Poderes Concedentes	63,296	-	-	-	-	-	63,296	400	63,696	
Reclassificação para contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	-	-	-	-	-	(19,098)	(19,098)	
Reclassificações para mantido para venda	(8,168,385)	(7,851)	-	-	(130,154)	(9,159)	(8,315,549)	(657,214)	(8,972,763)	
Amortização	(1,236,293)	(37,661)	-	-	(97,185)	-	(1,371,139)	-	(1,371,139)	
Outros (d)	(173,529)	-	-	-	-	-	(173,529)	(79,294)	(252,823)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.840.860	68.386	-	-	698.286	120.756	28.728.288	6.721.759	35.450.047	
Custo	42,779,421	452,125	-	-	2,101,628	120,756	45,453,930	6,721,759	52,175,689	
Amortização acumulada	(14,938,561)	(383,739)	-	-	(1,403,342)	-	(16,725,642)	-	(16,725,642)	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.840.860	68.386	-	-	698.286	120.756	28.728.288	6.721.759	35.450.047	
Taxa média anual de amortização %										
Em 31 de dezembro de 2025	(a)	20	(b)	(b)	(a)					

(a) Amortização pela curva de benefício econômico;

(b) Amortização linear conforme prazo dos contratos;

(c) Os principais valores de Exploração da Infraestrutura Concedida referem-se aos custos das outorgas da Rota Sorocabana e PRVias;

(d) Trata-se, principalmente, de ressarcimento recebido do Poder Concedente pela empresa RioSP, referente a sinistro ocorrido na BR-101; e

(e) Reclassificação mediante alienação da CPC. Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 26.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rodovias	RioSP	1.987.090
	Obras da BR-116 - Serra das Araras	1.064.555
	Obras da BR-116 - Região Rural de São Paulo	350.560
	Obras da BR-101 - Duplicação	138.832
	1ª intervenção de pavimento	101.006
	Obras da BR-116 - Região Metropolitana de São Paulo	81.677
	Obras de pavimento e duplicação da Rodovia BR-101 e BR-116	76.597
	Obras da BR-116 - Região Rural do Rio de Janeiro	70.681
	Obras de reforço e alargamento de OAE's	31.118
	Implantação de passarelas	29.455
	Desocupação da faixa de domínio	15.683
	Obras de recuperação de terraplenos e estabilização de taludes da rodovia	14.794
	Obras de edificações	12.132
	ViaSul	1.490.362
	Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	1.082.681
	Implantação de faixas adicionais e vias marginais	207.487
	1ª Intervenção de pavimento	89.899
	Obras de melhoria na BR-386	88.515
	Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	21.780
	Rota Sorocabana	311.791
	1ª Intervenção de pavimento	184.792
	Implantação de Sistema Free Flow	43.533
	Projeto Free Flow	21.622
	Duplicação da SP-250	21.058
	Implantação base de serviço operacional	11.457
	Implantação posto serviço atendimento	9.907
	Recuperação e melhorias SP-079	7.428
	Implantação de faixas adicionais e vias marginais	5.381
	Obras de edificações	3.626
	Reforço e alargamento SP-079	2.987



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Rodovias	Pantanal	297.256
	Execução de obras e melhorias BR-163	248.279
	Projetos e licenciamento ambiental	23.530
	Pavimento flexível	15.640
	Implantação fornecimento de barreiras	8.318
	Melhoria na infraestrutura da sede	1.489
	ViaCosteira	261.075
	Implantação de marginais, adequações de faixas de aceleração e desaceleração, dispositivos de segurança e sinalização, e passarelas	207.057
	1ª Intervenção de pavimento	42.919
	1ª Intervenção em obras de arte especiais	4.507
	Alargamento de obras de artes especiais	4.314
	Implantação de rotatórias	1.302
	Implantação posto de pesagem	976
	PRVias	244.278
	1ª Intervenção de pavimento	118.410
	1ª Intervenção de sinalização, faixa de domínio e obras de arte	52.058
	Implantação de contorno BR-376	18.441
	Implantação de duplicação	16.627
	Implantação de base operacional	14.818
	Implantação de praça de pedágio/Free Flow	8.530
	Melhorias na BR-376	7.405
	Recuperação de Sinistro na BR-376	2.602
	Melhorias na base operacional	2.283
	Melhorias na BR-369	2.113
	Desocupação de faixa de domínio	991
	AutoBAn	63.289
	SP - 330 - 2ª Fase Complexo Jundiaí	31.677
	Faixa Adicional SP-330	22.400
	Implantação caixas produtos perigosos SP-330	7.028
	Melhoria na infraestrutura da sede de Jundiaí	1.860
	Alça de acesso SP-330 km 109	324
	RodoAnel Oeste	31.466
	Implantação e ajustes de caixas de retenção SP-021	30.623
	Melhoria na infraestrutura da sede	843
	SPVias	15.296
	Duplicação da SP-255, SP-258 e SP-270	15.019
	Melhoria na infraestrutura da sede	277



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Trilhos	ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	610.118
	Revitalização de trens e estações	452.235
	Sinalização de ferrovias e Energia (Contrato Siemens)	133.595
	Aquisições de trens (Contrato Alstom)	20.824
	Implantação de passarelas	2.020
	Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	1.444
	ViaQuatro	232.178
	Revitalização de trens e estações	229.029
	Aquisição de Trens (Fase II)	3.149
	ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	58.609
	Revitalização de trens e estações	24.104
	Implantação de oficina para manutenção e revisão de truques dos trens	13.125
	Remodelação da Estação Santo Amaro	9.884
	Extensão (Linha 5)	9.114
	Sistemas para aprimoramento da proteção da informação	2.382
	Metrô Bahia	56.427
	Revitalização de trens e estações	52.160
	Aquisição veículos operacionais	4.267
	VLT Carioca	34.801
	Revitalização de trens e estações	25.630
	Melhorias no Terminal Intermodal Gentileza (TIG)	6.344
	Regularização de escopo adicional ao contrato de implantação	1.208
	Melhorias dos ativos e sistemas operacionais	890
	Melhorias dos ativos e sistemas de rede	729

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 530.743 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 527.318 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 8,83% a.a. e 6,86% a.a., respectivamente.

Teste por redução ao valor recuperável (impairment)

Em 31 de dezembro de 2025, foram concluídas as avaliações de recuperabilidade de ativos intangíveis de determinadas concessões da Motiva, que apresentavam indicativos de redução ao valor recuperável. Não foi identificada necessidade de constituição de provisão de perda ao valor recuperável.

O valor recuperável dos ativos intangíveis foi estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) para cada unidade geradora de caixa (UGC), que representa uma

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

avaliação econômica estimada até o final de cada concessão, descontado a valor presente por taxa que reflita as avaliações atuais de mercado e os riscos do negócio.

Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego/usuários dos projetos de infraestrutura detidos, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB de cada negócio, custos operacionais, inflação, investimento de recuperação e expansão na infraestrutura das concessões, taxas de descontos e direitos de reequilíbrios contratuais.

15. Propriedades para investimento - Consolidado

O saldo de propriedades para investimento compreende o terreno adquirido pela investida SPCP, reclassificado de ativo imobilizado para propriedade para investimento em 2023, e mensurado pelo custo, no montante de R\$ 276.913.

Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse ativo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria R\$ 828.700 (nível 3). O valor justo foi apurado pelo método comparativo direto, que envolve a comparação com amostras de características semelhantes.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos

Empresa	Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
Aeris (*)	Santander	USD + 4,6% a.a.	N/I	Dezembro de 2025	-	-	-	404.862 (g)
BH Airport (*)	BNDES (Subcrédito A e B)	TJLP + 2,31% a.a.	2,3814% (b)	Dezembro de 2035	2,164	-	-	411.161 (c) (d) (e) (h)
Bloco Central (*)	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,0323% a.a.	6,4131% (b)	Julho de 2045	230	-	-	8.143 (k)
Bloco Central (*)	BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos	6,5594% a.a.	6,9531% (b)	Julho de 2045	3,593	-	-	127.194 (k)
Bloco Central (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4241% (b)	Outubro de 2047	1,698	-	-	68.690 (d) (e) (j)
Bloco Central (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 8,052378% a.a.	8,4850% (b)	Outubro de 2047	1,150	-	-	- (d) (e) (j)
Bloco Sul (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 1º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,7324% (b)	Outubro de 2047	4,899	-	-	146.685 (d) (e) (j)
Bloco Sul (*)	BNDES - FINEM I (Subcrédito C - 2º desembolso)	IPCA + 8,252144% a.a.	8,5313% (b)	Outubro de 2047	382	-	-	- (d) (e) (j)
CAP(*)	Maduro and Curie's Bank	USD + 4,2% a.a.	N/I	Março de 2032	-	-	-	209.059 (e)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito A e B)	TJLP + 3,18% a.a.	3,4364% (b)	Outubro de 2042	43.108	19.016	2.566.598	2.562.914 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES (Subcrédito A)	TJLP + 3,18% a.a.	N/I	Outubro de 2042	-	-	3.099	3.124 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES - FINEM II (Subcrédito E)	TJLP + 4% a.a.	4,3450% (b)	Outubro de 2042	13.085	6.641	701.770	699.264 (c) (e)
Metrô Bahia	BNDES (Subcrédito C)	TJLP + 3,4% a.a.	3,4979% (b)	Outubro de 2042	8.871	7.955	435.472	434.775 (c) (e)
Pantanal	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e R1)	TJLP + 2% a.a.	2,2338% (b)	Março de 2039	17.013	6,327	520.139	544.761 (c) (e) (g)
Pantanal	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,1918% (b)	Março de 2039	2,598	995	99.126	103.836 (c) (e) (g)
Pantanal	Caixa Econômica Federal	TJLP + 2% a.a.	2,4844% (b)	Março de 2039	2,671	1.034	40.667	42.541 (c) (e) (g)
RioSP	BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso)	8,6848420% a.a.	9,2597% (b)	Fevereiro de 2047	15,027	14,917	366,263	- (c) (e) (f) (j)
ViaLagos (a)	JPMorgan Chase	USD + 5,88% a.a.	N/I	Junho de 2025	-	-	-	92.956 (i)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3342% (b)	Dezembro de 2048	6,286	5,601	218.314	208.119 (c) (e) (f) (j)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	BNDES - FINEM II (Subcrédito A)	IPCA + 7,91% a.a.	8,3297% (b)	Dezembro de 2048	20,218	18,021	708,049	675,009 (c) (e) (f) (j)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,4367% (b)	Dezembro de 2044	4,725	3,564	83,084	78,044 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,2196% (b)	Dezembro de 2044	5,125	4,014	112,639	104,733 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60% a.a.	5,9391% (b)	Dezembro de 2044	5,336	4,312	55,352	51,112 (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I	Outubro de 2029	-	-	120,168	127,021 (k)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)	Dezembro de 2044	1,113	1,067	32,460	- (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2846% (b)	Dezembro de 2043	743	720	21,652	- (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0881% (b)	Dezembro de 2044	4,522	4,419	130,730	- (c) (e) (g)
ViaSul	BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2926% (b)	Dezembro de 2043	2,969	2,922	85,933	- (c) (e) (g)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito A e C)	TJLP + 3,44% a.a.	3,8659% (b)	Novembro de 2035	18,490	5,214	775,010	799,994 (c) (d) (e) (f)
VLT Carioca	BNDES - FINEM I (Subcrédito B)	6,14% a.a.	N/I	Novembro de 2035	-	-	30,900	33,119 (c) (d) (e) (f)
Total						106,739	7,107,425	7,937,116

(*) Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda.

	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	273.529	368.923
Empréstimos e financiamentos	282.634	377.495
Valor justo	-	(4)
Custos de transação	(9.105)	(8.568)
Não circulante	6.833.896	7.568.193
Empréstimos e financiamentos	6.931.530	7.661.299
Custos de transação	(97.634)	(93.106)
Total	7.107.425	7.937.116

N/I – Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

(a) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 21;

(b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas



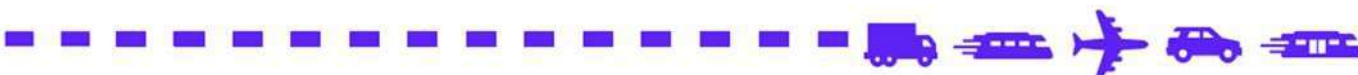
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (c) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (d) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (g) 100% aval/fiança corporativa da Motiva;
- (h) Aval/fiança corporativa do outro sócio da concessionária, na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (i) Não existem garantias;
- (j) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão; e
- (k) Fiança bancária.

	Consolidado
	2025
Cronograma de desembolsos (não circulante)	
2027	279.891
2028	298.463
2029	315.371
2030	312.062
2031 em diante	5.725.743
(-) Custo de transação	(97.634)
Total	6.833.896



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

17. Debêntures e notas comerciais

Empresa	Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2025	2024
Motiva	14 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	(b)	Dezembro de 2028	10,167	-	350,454	439.919 (c)
Motiva	15 ^o Emissão - Série 1	IPCA + 4,88% a.a.	(b)	Novembro de 2033	18,180	-	449,361	441.202 (c)
Motiva	16 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	6,9460% (a)	Janeiro de 2036	33,785	24,762	918.908	876.759 (c)
Motiva	16 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	(b)	Janeiro de 2036	38,337	-	1,060,972	1,001,535 (c)
Motiva	17 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,75% a.a.	0,8308% (a)	Julho de 2029	7,109	4,617	2,407,796	2,361,551 (c)
Motiva	18 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,57% a.a.	0,6270% (a)	Maior de 2030	3,477	3,129	1,339,787	- (c)
Motiva	19 ^o Emissão - Série 1	CDI + 0,47% a.a.	0,5150% (a)	Outubro de 2032	1,433	1,397	511,588	- (c)
Motiva	19 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,6497% a.a.	7,1455% (a)	Outubro de 2037	14,510	14,365	391,948	- (c)
Motiva	19 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,6497% a.a.	(b)	Outubro de 2037	-	-	963,528	- (c)
Subtotal Controladora							48,270	5,120,966
AutoBAn (m)	14 ^o Emissão - Série única	CDI + 2,14% a.a.	2,3194% (a)	Junho de 2028	20,402	-	-	2,650,343 (c)
AutoBAn	15 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,44% a.a.	0,4903% (a)	Novembro de 2030	5,402	4,424	2,039,258	2,009,002 (c)
AutoBAn	16 ^o Emissão - Série 1	CDI + 0,50% a.a.	0,5534% (a)	Julho de 2032	4,755	4,455	1,486,291	- (c)
AutoBAn	16 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	(b)	Julho de 2037	-	-	1,181,726	- (c)
Bloco Central (l)	3 ^o Emissão - Série única	IPCA + 6,96% a.a.	7,0561% (a)	Outubro de 2047	6,876	-	-	850,498 (e) (f) (g) (i)
Bloco Sul (l)	3 ^o Emissão - Série 1	IPCA + 6,99% a.a.	7,0784% (a)	Outubro de 2047	20,532	-	-	2,659,379 (e) (f) (g) (i)
Bloco Sul (l)	3 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,99% a.a.	7,2953% (a)	Outubro de 2047	16,410	-	-	695,960 (e) (f) (g) (i)
Pampulha (m) (l)	2 ^o Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 1,10% a.a.	1,3075% (a)	Junho de 2026	-	-	-	49,945 (d)
PRVias	1 ^o Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a.	(b)	Fevereiro de 2030	-	-	1,097,165	- (d)
RioSP	2 ^o Emissão - Série 1	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	3,783	3,604	530,139	507,546 (e) (f) (g) (h) (k)
RioSP	2 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 6,90% a.a.	6,9791% (a)	Junho de 2047	15,131	14,415	2,120,557	2,030,183 (e) (f) (g) (h) (k)
RioSP	2 ^o Emissão - Série 3	IPCA + 6,90% a.a.	6,9691% (a)	Junho de 2047	8,721	8,670	1,376,310	- (e) (f) (g) (h) (k)
RodoAnel Oeste	8 ^o Emissão - Série única	IPCA + 5,95% a.a.	6,4342% (a)	Abril de 2031	9,465	7,173	438,819	418,696 (c)
RodoAnel Oeste	9 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,50% a.a.	0,6058% (a)	Novembro de 2028	407	261	132,363	131,617 (c)
Rota Sorocabana	2 ^o Emissão - Série única	IPCA + 7,78% a.a.	(b)	Fevereiro de 2033	-	-	2,253,233	- (d)
SPVias (m)	12 ^o Emissão - Série única	CDI + 1,70% a.a.	2,1880% (a)	Março 2028	2,575	-	-	127,879 (c)
SPVias	13 ^o Emissão - Série única	CDI + 1,30% a.a.	1,5477% (a)	Março 2028	1,022	531	245,331	242,321 (c)
SPVias	14 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,6142% (a)	Maior de 2029	2,171	1,370	549,492	641,251 (c)
ViaCosteira	1 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,47% a.a.	0,5861% (a)	Setembro de 2027	1,031	604	311,959	307,566 (d)
ViaCosteira	2 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,38% a.a.	0,4458% (a)	Setembro de 2028	723	663	386,921	- (d)
ViaLagos	7 ^o Emissão - Série única	CDI + 0,60% a.a.	0,6895% (a)	Dezembro de 2031	1,217	1,049	200,916	199,749 (c)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2 ^o Emissão - Série única	9,76% a.a.	(b)	Abril de 2030	20,919	-	428,597	425,673 (e) (f) (g) (i)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	3 ^o Emissão - Série única	IPCA + 6,4544% a.a.	6,5219% (a)	Outubro de 2048	19,901	17,193	2,818,850	2,698,458 (e) (f) (g) (i) (h) (k)
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9	4 ^o Emissão - Série única	IPCA + 7,25% a.a.	7,9038% (a)	Janeiro de 2042	53,672	48,872	1,345,269	1,282,646 (e) (f) (g) (i) (h) (k)
ViaQuatro	5 ^o Emissão - Série 1	CDI + 2,30% a.a.	2,5373% (a)	Março de 2028	10,072	815	325,069	429,440 (e) (f) (g)
ViaQuatro	5 ^o Emissão - Série 2	IPCA + 7,0737% a.a.	7,2943% (a)	Março de 2028	5,534	516	299,117	383,997 (e) (f) (g)
ViaQuatro	6 ^o Emissão - Série única	CDI + 1,10% a.a.	1,1493% (a)	Junho de 2031	2,629	2,015	944,153	942,249 (c)
ViaSul	1 ^o Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6,286	4,628	1,078,216	1,003,268 (f) (g) (h)
VLT Carioca	2 ^o Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 2,50% a.a.	3,4151% (a)	Setembro de 2026	1,263	336	65,909	55,774 (d)
VLT Carioca	3 ^o Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 0,75% a.a.	0,8791% (a)	Maior de 2025	92	-	-	77,221 (d)
VLT Carioca	4 ^o Emissão - Série única (Nota Comercial)	CDI + 0,32% a.a.	0,5696% (a)	Maior de 2026	188	79	83,264	- (d)
Total							167,943	30,133,266
								25,941,627



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	501.197	365.360	1.583.484	1.082.007
Debêntures e notas comerciais	425.412	325.783	1.398.665	988.588
Valor justo	82.100	43.865	204.353	116.306
Custos de transação	(6.315)	(4.288)	(19.534)	(22.887)
Não circulante	7.893.145	4.755.606	28.549.782	24.859.620
Debêntures e notas comerciais	8.230.887	5.126.677	29.121.389	25.545.360
Valor justo	(295.787)	(341.690)	(423.198)	(499.125)
Custos de transação	(41.955)	(29.381)	(148.409)	(186.615)
Total	8.394.342	5.120.966	30.133.266	25.941.627

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à Taxa Interna de Retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 22;

Garantias:

- (c) Não existem garantias;
- (d) Aval/fiança corporativa da Motiva na proporção de sua participação acionária direta/indireta;
- (e) Garantia real;
- (f) Alienação fiduciária;
- (g) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios;
- (h) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão;
- (i) Fiança bancária até a constituição das garantias reais de projeto;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (j) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*;
- (k) Suporte de capital da Motiva (*Equity Support Agreement – ESA*) e dos demais acionistas na proporção de sua participação acionária direta/indireta até o *completion*;
- (l) Transferência para passivos associados a ativos mantidos para venda; e
- (m) Liquidada antecipadamente.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2025	
	Controladora	Consolidado
2027	896.567	1.885.196
2028	1.006.580	2.125.040
2029	878.905	2.813.371
2030	1.454.502	4.523.914
2031 em diante	3.994.333	17.773.868
Valor justo	(295.787)	(423.198)
(-) Custo de transação	(41.955)	(148.409)
Total	7.893.145	28.549.782

A Companhia e suas investidas possuem contratos financeiros, como debêntures, entre outros, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixem de pagar valores devidos em outros contratos por elas firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures e notas comerciais.

18. Riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e contratuais – Consolidado

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e contratuais.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis, Administrativos e outros	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Contratuais (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	103.085	150.930	60.560	71.167	385.742
Constituição	81.992	68.432	10.941	295	161.660
Reversão	(43.339)	(48.917)	(11.497)	(70.596)	(174.349)
Pagamentos	(91.312)	(54.769)	(15.004)	(118)	(161.203)
Atualização de bases processuais e monetária	9.667	15.605	2.518	-	27.790
Transferência para mantidos para venda	-	(34.443)	-	-	(34.443)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	60.093	96.838	47.518	748	205.197

(a) Da reversão de R\$ 70.596, o valor de R\$ 68.790 está relacionado à quitação não litigiosa de multas contratuais por meio da realização de investimentos, em função da assinatura do Termo Aditivo n.º 1 da ViaMobilidade - Linhas 8 e 9, conforme detalhado na nota explicativa n.º 1.1.1.a.

18.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões tributárias, cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	2025	2024
Tributários (a) (b) (c)	1.497.839	1.591.276
Cíveis, administrativos e outros (d)	171.545	246.186
Trabalhistas e previdenciários	101.913	103.311
Total	1.771.297	1.940.773

Os principais processos relativos às questões tributárias são:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

- (a) R\$ 451.061 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 395.336 em 31 de dezembro de 2024) por supostos débitos de IRPJ e CSLL, oriundos de despesas de amortização de ágio, sendo que para fins de garantia da parcela controvertida dos anos-calendários de 2014 a 2017, houve a apresentação de seguro, atualmente no valor de R\$ 215.750 (R\$ 202.255 em 31 de dezembro de 2024), e em relação aos anos-calendários 2018 em diante, os valores são objetos de depósito judicial, no valor total de R\$ 235.310 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 193.080 em 31 de dezembro de 2024). Aguarda-se a apreciação do Recurso de Apelação interposto pela Companhia em 9 de agosto de 2023, em face da sentença de improcedência da ação no que se refere à dedução fiscal;
- (b) R\$ 235.298 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 217.126 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL no ano-calendário de 2014, decorrentes da glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas, reduzido para R\$ 181.823 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 168.183 em 31 de dezembro de 2024). Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 25 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 10 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação;
- (c) R\$ 368.099 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 465.733 em 31 de dezembro de 2024) por diferenças de IRPJ e CSLL nos anos-calendários de 2015 e 2016, decorrentes de glosa de despesas de comissão e juros de debêntures emitidas. Em 11 de abril de 2024, ocorreu julgamento no CARF cancelando a exigência fiscal. Em 26 de junho de 2024, a PGFN interpôs recurso especial e, em 1º de abril de 2025, a Companhia apresentou suas contrarrazões. Em 9 de setembro de 2025, o recurso foi rejeitado. Aguarda-se notificação; e

No que tange aos processos relativos às questões cíveis, administrativas e outros:

- (d) O saldo em 31 de dezembro de 2025, é composto, substancialmente, por (i) autos de infração da RDN sobre discussões de atendimento aos níveis mínimos dos serviços de operação, conservação e manutenção, (ii) indenização por responsabilidade civil contra as concessionárias do grupo, e (iii) processos pulverizados de diversas naturezas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 21.175 (R\$ 20.216 em 31 de dezembro de 2024).

19. Provisão de manutenção - Consolidado

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	511.472	553.935	1.065.407
Constituição	327.619	191.674	519.293
Ajuste a valor presente	34.994	54.533	89.527
Transferências	373.724	(373.724)	-
Realização	(884.185)	-	(884.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	363.624	426.418	790.042

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, para o cálculo do valor presente são de 11,43% a.a. e 9,64% a.a., respectivamente.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 6.126.100, composto por 2.020.000.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

20.2. Custos de captação

Nesta rubrica foram reconhecidos os custos de transação relativos aos processos de oferta pública de ações ocorridos em 2009 e 2017.

20.3. Transação com sócios

Refere-se a ganho em transação com sócios decorrentes de cessão de opção de compra de terreno e aquisição de mútuos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.4. Ágio em transição de capital

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos decorrentes das mudanças na participação societária da controladora sobre controladas que não resultem em perda de controle. Qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação tiver sido ajustada e o valor justo da quantia paga é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

20.5. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.6. Reserva para equalização de dividendos e investimentos

Reserva prevista no Estatuto Social da Companhia, tem como finalidade garantir recursos para (i) pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas; e (ii) realização de investimentos em seus negócios, de suas sociedades controladas e coligadas, inclusive por meio de aporte de capital.

20.7. Reserva de lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar constituída sobre o valor do dividendo mínimo obrigatório que exceder a parcela realizada do lucro líquido do exercício.

20.8. Reserva de retenção de lucros

Constituída nos termos do artigo n.º 196 da Lei n.º 6.404/76. Essa retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração (CA), conforme Proposta da Administração, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na AGO de 2026, previamente à deliberação sobre a destinação de resultados.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

A proposta de orçamento de capital está justificada, substancialmente, pela necessidade de aplicação em investimentos na infraestrutura a serem realizados para atendimento aos requerimentos dos contratos de concessão.

20.9. Dividendos

Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76).

Em 23 de abril de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) o pagamento de dividendos adicionais do exercício de 2024, no montante de R\$ 319.928, correspondentes a R\$ 0,159141232 por ação ordinária em circulação, à conta do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. O pagamento foi realizado em 6 de maio de 2025.

Em 30 de julho de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 360.575, correspondentes a R\$ 0,179347034 por ação ordinária em circulação, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro de 2025 e 30 de junho de 2025. O pagamento foi realizado em 15 de agosto de 2025.

Em 5 de dezembro de 2025, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos intermediários do exercício de 2025, no montante de R\$ 294.244, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2025. O pagamento foi realizado em 19 de dezembro de 2025.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, foram atendidos conforme o quadro a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

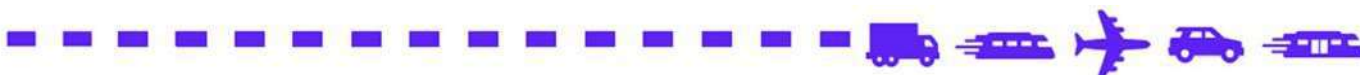
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Lucro líquido do exercício (controladora)	3.279.585
(-) Constituição de reserva legal	(163.978)
Lucro líquido ajustado	<u>3.115.607</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	778.902
Dividendo mínimo aprovado e pago	<u>(654.819)</u>
Complemento do destaque de dividendo mínimo obrigatório	<u><u>(124.083)</u></u>

20.10. Ajuste de avaliação patrimonial (Controladora e Consolidado)

Nesta rubrica são reconhecidos os efeitos de:

- Variações cambiais sobre os investimentos em investidas no exterior. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.
- *Hedge* de fluxo de caixa com efeito no patrimônio líquido, cujo valor acumulado é transferido para o resultado ou para o ativo não circulante à medida da realização das operações protegidas.
- Ajuste a valor justo de plano de pensão com benefício definido.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20.11. Lucro por ação básico e diluído

Controladora e Consolidado	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024 (Reapresentado)
Numerador				
Lucro das operações continuadas	3.010.487	1.120.328	2.904.235	1.024.160
Lucro das operações descontinuadas	269.098	128.367	375.350	224.535
Lucro líquido do exercício	3.279.585	1.248.695	3.279.585	1.248.695
Denominador (em milhares)				
Média ponderada de ações - básico	2.010.408	2.015.237	2.010.408	2.015.237
Média ponderada de ações - diluído	2.020.000	2.020.000	2.020.000	2.020.000
Lucro líquido por ação - básico	1,63130	0,55593	1,63130	0,61963
Lucro das operações continuadas	1,49745	0,55593	1,44460	0,50821
Lucro das operações descontinuadas	0,13385	-	0,18670	0,11142
Lucro líquido por ação - diluído	1,62356	0,55462	1,62356	0,61817
Lucro das operações continuadas	1,49034	0,55462	1,43774	0,50701
Lucro das operações descontinuadas	0,13322	-	0,18582	0,11116
Lucro líquido por ação - básico e diluído	3,25486	1,11055	3,25486	1,23780

20.12. Ações em Tesouraria - Recompra de Ações

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 9.512.335 ações ordinárias de sua própria emissão mantidas em tesouraria, sendo que destas, 2.000 ações são anteriores aos programas de recompra mencionados acima.

20.13. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em 16 de abril de 2025, houve a outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário;
- Data da outorga: 16 de abril de 2025;

**Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024***(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

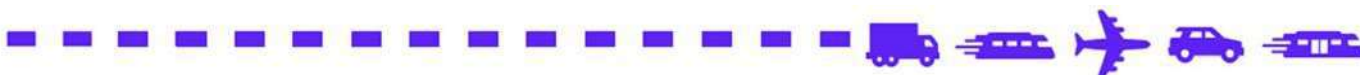
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 11,59;
- Preço de exercício (TSR alvo): para cada tranche do plano regular R\$ 11,46, R\$ 10,57 e R\$ 9,58, já para o plano extraordinário R\$ 10,06;
- Volatilidade calculada para cada tranche: 22,69%, 24,45% e 25,79%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 14,20%, 14,00% e 14,12%; e
- Prazo total: para o plano regular serão 2 anos de *vesting* para a 1ª parcela, 3 anos de *vesting* para a 2ª parcela e 4 anos de *vesting* para a 3ª parcela, já para o plano extraordinário serão 5 anos de *vesting*.

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, composta por 2.308.697 ações, sendo 1.747.868 ações do plano regular e 560.829 ações do plano extraordinário, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Companhia, em 16 de abril de 2025 (data de outorga), de R\$ 12,37, e está condicionada apenas à passagem do tempo e a prestação do serviço por parte dos funcionários.

Os planos outorgados em exercícios anteriores mantêm as mesmas características divulgadas nas notas explicativas dos respectivos exercícios, tendo ocorrido no 1º semestre de 2025, a entrega de 434.763 ações, o cancelamento de 367.273 ações em razão de desligamentos e a retenção de 56.211 ações para fins de recolhimento de IRRF, restando 3.525.302 ações a serem exercidas à medida que transcorra o período de *vesting*.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecido como despesa, em contrapartida à reserva de capital, o montante de R\$ 32.403, relativos aos planos outorgados em 2023, 2024 e 2025.



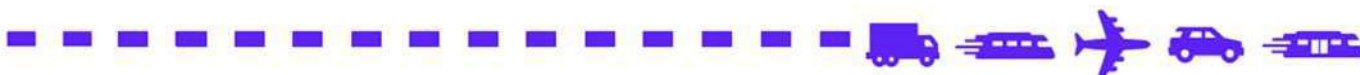
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024 (Reapresentado)	2025 (Reapresentado)	2024
Receita bruta	92.926	77.167	19.768.343	18.992.695
Receitas de pedágio	-	-	9.673.167	8.975.150
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	-	-	4.960.113	5.705.197
Receitas metroviárias	-	-	2.616.550	2.449.720
Receitas de remuneração de contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	661.576	588.041
Receitas acessórias	1.419	1.242	308.194	286.357
Receitas aquaviárias	-	-	11.309	100.420
Receitas de serviços de fibra óptica	-	-	3.148	26.698
Receitas de contraprestação pecuniária variável	-	-	99.545	95.204
Receitas de prestação de serviço entre partes relacionadas	91.507	75.925	3.564	4.223
Receita de reequilíbrio - ViaQuatro	-	-	933.413	247.637
Receita de reequilíbrio - SPVias	-	-	63.296	-
Reequilíbrio de isenções judiciais - RioSP	-	-	20.094	-
Receita de reequilíbrio - ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	-	-	-	18.628
Receitas de contraprestação pecuniária - parcela B	-	-	45.023	35.749
Mitigação de risco de demanda projetada	-	-	369.351	459.671
Deduções das receitas brutas	(11.927)	(16.069)	(917.698)	(876.762)
Impostos sobre receitas	(11.927)	(8.962)	(903.367)	(863.298)
Abatimentos	-	(7.107)	(14.331)	(13.464)
Receita operacional líquida	80.999	61.098	18.850.645	18.115.933

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025 (Reapresentado)	2024
Despesas financeiras	(1.255.493)	(1.401.299)	(4.805.007)	(3.972.053)
Juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(656.142)	(478.826)	(3.270.224)	(2.580.714)
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais	(136.949)	(154.173)	(792.532)	(535.733)
Variação cambial sobre empréstimos	-	-	(138)	(23.538)
Juros e variações monetárias	(1.323)	(351)	(9.425)	(39.003)
Perda com operações de derivativos	(261.729)	(617.283)	(622.393)	(714.563)
Juros sobre impostos parcelados, contribuições e multa com os Poderes Concedentes	-	-	(1.637)	(1.463)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	-	-	(89.527)	(85.126)
Capitalização de custos dos empréstimos	-	-	680.062	396.863
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	(147.852)	(107.092)	(385.193)	(112.169)
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	(646)	(651)	(4.926)	(8.561)
Ajuste a valor presente - arrendamento	(161)	(174)	(1.715)	(3.593)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(50.691)	(42.749)	(307.359)	(264.453)
Receitas financeiras	643.590	1.065.646	1.680.923	1.502.984
Variação monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos	36	-	9.971	3.403
Juros e variações monetárias	196.002	193.356	28.923	30.151
Ganho com operações de derivativos	268.700	298.837	575.039	344.295
Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures	63.715	428.480	221.216	490.440
Ajuste a valor presente - contratos	-	-	2.055	1.181
Rendimentos sobre aplicações financeiras	97.079	129.636	776.039	578.076
Variação cambial sobre fornecedores estrangeiros	296	622	551	2.809
Juros e outras receitas financeiras	17.762	14.715	67.129	52.629
Resultado financeiro líquido	(611.903)	(335.653)	(3.124.084)	(2.469.069)



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros

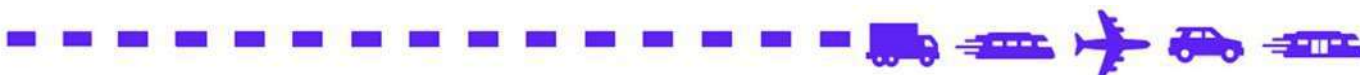
23.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativo	Nível	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo		4.888.920	4.692.604	16.269.180	15.171.553
Valor justo através do resultado		2.509.660	1.990.304	8.329.030	7.024.537
Caixa e bancos	Nível 2	354	457	60.200	405.619
Aplicações financeiras	Nível 2	2.292.210	1.900.613	7.606.889	5.986.668
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	-	7.727	427.164	530.707
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	217.096	81.507	234.777	101.543
Valor justo através do resultado abrangente		-	-	408	1.728
Contas a receber de operações com derivativos	Nível 2	-	-	408	1.728
Custo amortizado		2.379.260	2.702.300	7.939.742	8.145.288
Contas a receber das operações		120	114	923.310	1.147.810
Contas a receber dos Poderes Concedentes		-	-	6.838.812	6.689.612
Contas a receber de partes relacionadas		415.729	330.919	2.503	65.710
Mútuos com partes relacionadas		669.803	1.344.543	152.585	241.753
Títulos e valores mobiliários		-	-	20.373	-
AFAC - partes relacionadas		42.810	161.039	2.159	403
Dividendos e juros sobre capital próprio		1.250.798	865.685	-	-
Passivo		(8.825.160)	(5.363.122)	(39.377.352)	(38.959.848)
Valor justo através do resultado		(3.028.942)	(2.030.181)	(8.114.488)	(2.637.259)
Debêntures e notas comerciais (a)	Nível 2	(2.824.315)	(1.882.656)	(7.785.036)	(2.308.329)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (a)	Nível 2	-	-	-	(92.956)
Contas a pagar de operações com derivativos	Nível 2	(204.627)	(147.525)	(329.452)	(235.974)
Custo amortizado		(5.796.218)	(3.332.941)	(31.262.864)	(36.322.589)
Debêntures e notas comerciais (a)		(5.570.027)	(3.238.310)	(22.348.230)	(23.633.298)
Empréstimos e financiamentos (a)		-	-	(7.107.425)	(7.844.160)
Fornecedores e outras contas a pagar		(96.578)	(89.198)	(1.378.712)	(1.639.490)
Mútuos com partes relacionadas		-	-	-	(230.591)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(4.048)	(3.954)	(17.194)	(45.468)
AFAC - partes relacionadas		(1.196)	(1.196)	(1.196)	(1.196)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(124.369)	(283)	(398.763)	(167.002)
Obrigações com os Poderes Concedentes		-	-	(11.344)	(2.761.384)
Total		(3.936.240)	(670.518)	(23.108.172)	(23.788.295)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado - A controlada ViaLagos captou empréstimo em moeda estrangeira (dólar norte-americano), remunerado à variação do



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

USD + 5,88% a.a., tendo sido contratado *swap* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por CDI + 1,60% a.a.. A Companhia entende que a mensuração desse empréstimo pelo valor justo (*fair value option*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Em 26 de junho de 2025, ocorreu a liquidação do contrato de empréstimo.

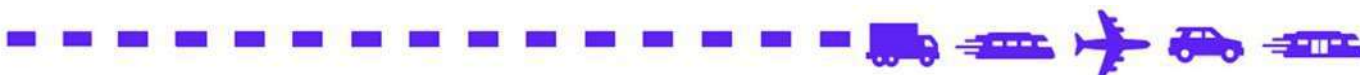
Empréstimos, debêntures e notas comerciais mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	Controladora				Consolidado			
	2025		2024		2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	-	-	-	-	-	-	127.021	103.841
Debêntures e notas comerciais (a)	5.618.297	5.483.139	3.271.979	3.156.226	22.516.173	21.264.731	23.842.800	22.121.488

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA *triple A* na data-base.

Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*) – A Companhia e suas controladas captaram recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*) resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 8.003.881 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.691.148 em 31 de dezembro de 2024), conforme detalhado a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresa	Série	Taxa contratual da		Custo amortizado (a)
		divida	Taxa contratual - Swap	
Motiva	Debêntures - 14ª Emissão - Série 2	IPCA + 4,25% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	387.911
Motiva	Debêntures - 15ª Emissão - Série 1	IPCA + 4,8791% a.a.	CDI + 1,3763% a.a.	557.621
Motiva	Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 6,4370% a.a.	CDI + 0,90% a.a. / 107,2% CDI a.a. / CDI + 0,85% a.a. / 105,78% CDI a.a.	2.092.470
AutoBAn	Debêntures - 16ª Emissão - Série 2	IPCA + 7,0457% a.a.	CDI - 0,80% / CDI - 0,805% / CDI - 0,815%	1.144.276
PRVias	Debêntures - 1ª Emissão - Série única	IPCA + 7,60% a.a.	CDI + 0,07% a.a. (string) / CDI + 0,08% a.a. (string)	1.107.708
Rota Sorocabana	Debêntures - 2ª Emissão - Série única	IPCA + 7,78% a.a.	CDI + 0,0375% a.a. (string) / CDI + 0,0151% a.a. (fluxo capitalizado)	2.239.580
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Debêntures - 2ª Emissão - Série única	9,76% a.a.	CDI + 1,44% a.a.	474.315
Total				8.003.881

(a) Valores brutos dos custos de transação.

23.2. Instrumentos financeiros derivativos

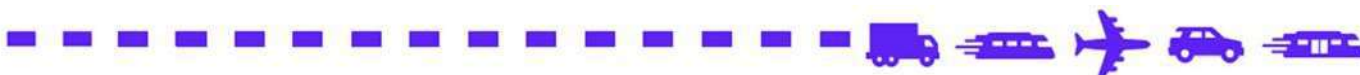
As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2025 têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Motiva contratou operações de *swap* para mitigar o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos em moeda estrangeira, riscos de inflação/juros de emissões de debêntures, e *NDF* (*Non-Deliverable Forward*) para proteção de riscos cambiais dos contratos com fornecedores estrangeiros. Abaixo estão detalhadas as operações vigentes em 31 de dezembro de 2025:

Empresa	Risco	Risco coberto
AutoBAn	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2
Motiva	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 14ª Emissão - Série 2
Motiva	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 15ª Emissão - Série única
Motiva	Swap - riscos de juros	58,28% Debêntures - 16ª Emissão - Série 2
Motiva	Swap - riscos de juros	69,23% Debêntures - 19ª Emissão - Série 2
PRVias	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 1ª Emissão - Série única
Rota Sorocabana	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 2ª Emissão - Série única
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	Swap - riscos de juros	100% Debêntures - 2ª Emissão - Série única

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia e suas controladas:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Operação	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)	Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
		Moeda local	Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado		Ganho (Perda) em resultado abrangente	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Swap - riscos cambiais		-	15.000	7.932	(2.828)	-	19.939	(12.007)	17.599	-
ViaLagos	2025	-	15.000	7.932	(2.828)	-	19.939	(12.007)	17.599	-
Swap - riscos de juros		7.736.310	2.704.980	(95.569)	(61.042)	(94.675)	(154.370)	(35.874)	(387.867)	-
AutoBAn	2037	1.100.000	-	-	-	16.616	-	16.616	-	-
Motiva	2023 a 2037	2.876.310	2.004.980	(71.516)	(46.858)	12.469	(66.018)	6.971	(318.446)	-
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2030	700.000	700.000	(24.053)	(15.309)	(52.892)	(88.352)	11.407	(69.477)	-
RodoAnel Oeste	2024	-	-	-	1.125	-	-	-	56	-
Rota Sorocabana	2033	2.050.000	-	-	-	(37.108)	-	(37.108)	-	-
PRVias	2030	1.010.000	-	-	-	(33.760)	-	(33.760)	-	-
NDF - riscos cambiais		432.300	235.094	505	(8.714)	408	1.728	527	-	(1.342)
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17	2023 a 2025	-	14.658	505	66	-	1.728	527	-	(1.750)
ViaQuatro	2026 a 2031	432.300	-	-	-	408	-	-	-	408
CPC	2024	-	220.436	-	(8.780)	-	-	-	-	(8.780)
Total		8.168.610	2.955.074	(87.132)	(72.584)	(94.267)	(132.703)	(47.354)	(370.268)	(1.342)

23.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e de suas controladas revisam regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

23.3.1. Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

No quadro abaixo estão demonstrados os valores nominais referentes à variação cambial sobre dívidas e contratos com fornecedores estrangeiros e NDF sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data destas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

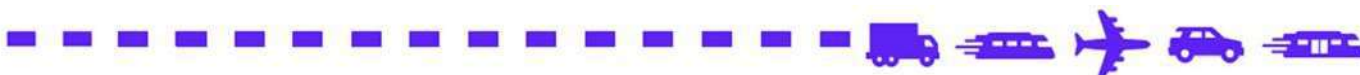
Operação	Risco	Exposição em moeda estrangeira ⁽¹⁾	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado e no resultado abrangente		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Compromissos com fornecedores estrangeiros	Dólar / Euro	(12.068)	-	(3.017)	(6.034)
Total do efeito de perda			-	(3.017)	(6.034)
Moedas em 31/12/2025:					
	Dólar ⁽²⁾		5,5024	6,8780	8,2536
	Euro ⁽²⁾		6,4692	8,0865	9,7038

(1) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo e não estão deduzidos dos custos de transação; e

(2) Refere-se à taxa de venda das moedas em 31/12/2025, divulgadas pelo Banco Central do Brasil.

23.3.2. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures, notas comerciais, mútuos, obrigações parceladas e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco	Exposição em R\$ (7) (8)	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(18.761.022)	(2.768.759)	(3.442.083)	(4.115.160)
IPC-A	(13.045.304)	(1.459.454)	(1.606.161)	(1.752.869)
TJLP	(5.570.243)	(703.021)	(828.423)	(953.858)
USD	(164.285)	-	-	-
Pré	323.247	-	-	-
SOFR diária	(476.833)	(23.941)	(34.049)	(45.806)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e notas comerciais		(4.955.175)	(5.910.716)	(6.867.692)
CDI	(168.066)	(24.656)	(28.232)	(31.834)
Efeito sobre os mútuos		(24.656)	(28.232)	(31.834)
Selic over	(14.016)	(2.088)	(2.611)	(3.133)
Efeito sobre as obrigações parceladas		(2.088)	(2.611)	(3.133)
CDI	10.769.956	1.248.907	1.472.853	1.695.770
Efeito sobre as aplicações financeiras		1.248.907	1.472.853	1.695.770
Total do efeito líquido de ganhos / perdas		(3.733.012)	(4.468.704)	(5.206.889)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:

Aumento do CDI ⁽²⁾	14,9000%	18,6250%	22,3500%
IPC-A ⁽³⁾	4,2600%	5,3250%	6,3900%
TJLP ⁽⁴⁾	9,1900%	11,4875%	13,7850%
Selic over ⁽⁵⁾	15,0000%	18,7500%	22,5000%
SOFR diária ⁽⁶⁾	3,7200%	4,6500%	5,5800%
Redução do CDI ⁽²⁾	14,9000%	11,1750%	7,4500%

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (6) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3. Nas investidas em que os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários de estresse. Nas investidas em que as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, foi considerada a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários de estresse;

(3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;

(4) Taxa de 31/12/2025, divulgada pelo BNDES;

(5) Taxa de 31/12/2025, divulgada pelo Banco Central do Brasil;



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (6) Taxa SOFR, divulgada diariamente pelo Federal Reserve, em 31/12/2025;
- (7) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (8) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI, TJLP, IPCA Selic e SOFR).

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão - Consolidado

24.1. Compromissos com o Poder Concedente

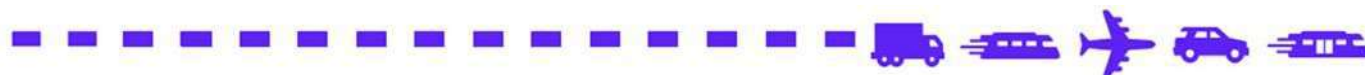
			Valor pago no exercício		Circulante	
			2025	2024	Valor a pagar	2024
Outorga variável	%	Base	2025	2024	2025	2024
AutoBAn	1,5	Receita bruta	60.304	56.234	5.198	4.669
BH Airport (*)	5,0	Receita bruta (a)	20.455	16.290	-	23.522
Curaçao Airport (CAP) (*)	16,0	Receita aeronáutica e não aeronáutica	83.061	88.781	-	14.751
Pampulha (*)	5,0	Receita bruta	702	-	-	702
RodoAnel Oeste	3,0	Receita bruta	14.689	13.524	1.280	1.128
Rota Sorocabana	2,0	Receita bruta	21	-	1.089	-
SPVias	1,5	Receita bruta	18.756	17.381	1.739	1.500
ViaMobilidade – Linhas 5 e 17	1,0	Receita bruta	5.774	5.789	2.038	734
VOE	3,0	Receita bruta	15.405	46.876	-	3.966
Ônus de fiscalização			695	-	1.569	-
Rota Sorocabana	3,0	Receita bruta	695	-	1.569	-
Total			219.862	244.875	12.913	50.972

(*) Classificado como ativo mantido para venda.

- (a) Receita bruta, deduzida de 26,42% sobre as receitas tarifárias (incorporação do ATAERO às receitas reguladas), líquido de Pis e Cofins.

24.2. Compromissos relativos às concessões

As concessionárias assumiram compromissos em seus contratos de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo das concessões. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cada contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com os Poderes Concedentes e atualizados anualmente pelos Índices de Reajuste Tarifário (IRT) de cada concessionária, portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

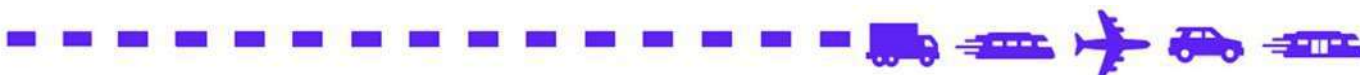
Empresa	2025	2024
AutoBAn	2.631.949	3.044.183
Pantanal	12.082.501	-
PRVias	10.719.282	-
RioSP	13.907.512	14.812.092
RodoAnel Oeste (a)	451.303	437.258
Rota Sorocabana	8.545.565	-
SPVias	1.571.829	1.134.742
ViaCosteira	1.084.001	1.479.666
ViaLagos	63.117	62.040
ViaMobilidade - Linhas 5 e 17 (a)	34.273	118.299
ViaMobilidade - Linhas 8 e 9 (a)	1.084.686	1.062.245
ViaQuatro (a) (b)	879.802	750
ViaSul	3.090.465	3.960.670
Total	56.146.285	26.111.945

(a) Os valores representam 100% da concessionária; e

(b) O aumento refere-se a investimentos adicionais de R\$ 3.898.964, contratados com o Poder Concedente por meio do Termo Aditivo n.º 10, líquido de R\$ 2.982.399 referentes a aportes públicos a serem recebidos.

Além dos itens citados no quadro, a VOE possui saldo de compromissos de investimentos de R\$ 518.707.

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes (exceto para Rota Sorocabana, Pantanal e PRVias, que existem contingências contempladas desde a conquista dos ativos), de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Demonstrações dos fluxos de caixa

25.1. Transações que não afetaram caixa

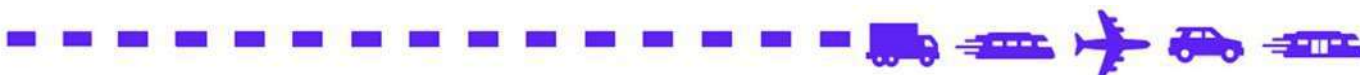
As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(42.771)	(2.212)	(122.088)	(2.212)
Ganhos de capital na alienação de investimentos	-	(2.212)	-	(2.212)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros e indenizações	-	-	(122.088)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(42.771)	-	-	-
Variações nos ativos e passivos	(297.504)	2.212	173.907	397.039
Contas a receber dos Poderes Concedentes	-	-	19.098	85.729
Contas a receber de partes relacionadas	(6.891)	-	5.785	(38.499)
Tributos a recuperar	(46.658)	-	(3.099)	8.023
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	(273.955)	-	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	-	104.913	-	104.913
Alienação Samm	-	(102.701)	-	(102.701)
Fornecedores	-	-	122.123	-
Ativo financeiro	-	-	-	339.574
Outras obrigações	30.000	-	30.000	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	340.275	-	(28.097)	(428.646)
Mútuos com partes relacionadas	(1.200.939)	-	-	-
Transação com sócios	213.598	-	(30.000)	-
Outros ativo imobilizado e intangível	-	-	(21.819)	(428.646)
Aumento de capital em investidas e outros movimentos de investimentos	1.445.845	-	23.722	-
Adiantamento para futuro aumento de capital com partes relacionadas	(118.229)	-	-	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	-	-	(23.722)	33.819
Aumentos/reduções de capital dos acionistas não controladores	-	-	(23.722)	-
Mútuo com partes relacionadas	-	-	-	33.819

25.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Controladora	Debêntures e notas comerciais	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ações em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(5.120.966)	(283)	(66.018)	(1.165)	120.491	(5.067.941)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(2.396.184)	974.747	71.516	1.755	-	(1.348.166)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(3.100.580)	-	-	-	-	(3.100.580)
Pagamentos de principal	151.624	-	-	1.755	-	153.379
Pagamentos de juros	552.772	-	-	-	-	552.772
Dividendos pagos a Acionistas da Controladora	-	974.747	-	-	-	974.747
Liquidação de operações com derivativos	-	-	71.516	-	-	71.516
Outras variações que não afetam caixa	(877.192)	(1.098.833)	6.971	(3.107)	(17.375)	(1.989.536)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(793.055)	-	-	-	-	(793.055)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(84.137)	-	6.971	-	-	(77.166)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(161)	-	(161)
Dividendos	-	(1.098.833)	-	-	-	(1.098.833)
Ações em tesouraria liquidadas	-	-	-	-	(17.375)	(17.375)
Adições	-	-	-	(2.946)	-	(2.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(8.394.342)	(124.369)	12.469	(2.517)	103.116	(8.405.643)

Consolidado	Empréstimos e financiamentos	Debêntures e notas comerciais	Mútuos com partes relacionadas	Dividendos e juros sobre capital próprio	Participação dos acionistas não controladores	Operações com derivativos	Passivo de arrendamento	Ações em tesouraria	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(7.937.116)	(25.941.627)	(230.591)	(167.002)	(393.195)	(132.703)	(23.377)	120.491	(34.705.120)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	1.584.065	(729.113)	-	974.747	(5.479)	87.132	22.339	-	1.933.691
Captações (líquidas dos custos de transação)	(627.654)	(12.514.507)	-	-	-	-	-	-	(13.142.161)
Pagamentos de principal	276.893	5.387.534	-	-	-	-	16.790	-	5.681.217
Pagamentos de juros	559.031	2.142.078	-	-	-	-	-	-	2.701.109
Dividendos pagos	-	-	-	974.747	54.005	-	-	-	1.028.752
Integralização de capital e plano de incentivo de longo prazo, liquidável em ações	-	-	-	-	(63.962)	-	-	-	(63.962)
Liquidação de operações com derivativos	-	-	-	-	-	87.132	-	-	87.132
Operações descontinuadas	1.375.795	4.255.782	-	-	4.478	-	5.549	-	5.641.604
Outras variações que não afetam caixa	(754.374)	(3.462.526)	230.591	(1.206.508)	(92.511)	(48.696)	(25.880)	(17.375)	(5.377.279)
Despesas com juros, variação monetária e cambial	(754.370)	(3.298.553)	154.220	-	-	-	-	-	(3.898.703)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	(4)	(163.973)	-	-	-	(48.696)	-	-	(212.673)
Adições de contratos de arrendamento	-	-	-	-	-	-	(24.202)	-	(24.202)
Resultado do exercício de acionistas não controladores	-	-	-	-	(223.912)	-	-	-	(223.912)
Dividendo a pagar	-	-	-	(1.206.508)	107.679	-	-	-	(1.098.829)
Impostos sobre mútuo	-	-	(23.129)	-	-	-	-	-	(23.129)
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	-	-	(1.678)	-	(1.678)
Redução de capital	-	-	-	-	23.722	-	-	-	23.722
Ações em tesouraria liquidadas	-	-	-	-	-	-	-	(17.375)	(17.375)
Cessão de direitos creditórios	-	-	99.500	-	-	-	-	-	99.500
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(7.107.425)	(30.133.266)	-	(398.763)	(491.185)	(94.267)	(26.918)	103.116	(38.148.708)

26. Ativos e passivos mantidos para venda e operações descontinuadas

Em 18 de novembro de 2025, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a ASUR, por meio do qual, a Companhia obrigou-se a vender e a ASUR obrigou-se a adquirir, a totalidade das ações da CPC, *holding* que concentra as participações da Companhia em ativos aeroportuários no Brasil e no exterior. O valor do patrimônio líquido da CPC foi avaliado em R\$ 5.000.000, sujeito a ajustes usuais até o fechamento da transação. A efetivação da operação depende do cumprimento de condições suspensivas, incluindo aprovações regulatórias no Brasil (ANAC) e no exterior, além de autoridades concorrenciais. Espera-se que até junho de 2026 se conclua a transação de venda.

Dessa forma, a CPC atendeu aos critérios de classificação como “ativo mantido para venda” e de “operações descontinuadas” simultaneamente, em conexão com o plano estratégico da Administração,



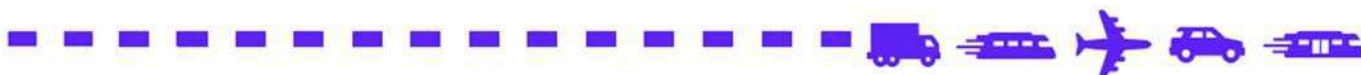
Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aprovado pelos órgãos de governança da Companhia. Como parte da classificação de um grupo de ativos como ativo mantido para venda, a Companhia mensurou este grupo de ativos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. Não foi identificado indicativo de perda por redução ao valor recuperável no momento do reconhecimento inicial da classificação da controlada CPC como ativo mantido para venda, pois foram mensurados com base nos saldos contábeis existentes, os quais se aproximavam substancialmente de seus respectivos valores justos.

O segmento de aeroportos não era anteriormente classificado como uma operação descontinuada ou como mantido para venda. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa do período comparativo estão sendo reapresentadas para divulgar a operação descontinuada separadamente das operações continuadas.

26.1. Resultado líquido de operações descontinuadas

	Consolidado	
	2025	2024
Receitas	2.805.341	3.667.858
Custos	(1.612.429)	(2.801.302)
Lucro Bruto	1.192.912	866.556
Despesas Gerais e Administrativas	(214.721)	(244.494)
Outras receitas e despesas operacionais	8.051	13.257
Resultado de Equivalência Patrimonial	231.009	175.582
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos	1.217.251	809.960
Resultado financeiro líquido	(825.485)	(623.321)
Lucro antes dos impostos	391.766	186.639
Impostos sobre o lucro	(34.477)	4.533
Resultado líquido de operações descontinuadas	357.289	191.172



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26.2. Principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda

	Consolidado	
	2025	2024
Ativos mantidos para venda	12.497.890	-
Caixa e equivalentes de caixa	830.898	-
Aplicações financeiras	270.742	-
Contas a receber das operações	271.590	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	825.441	-
Investimentos	516.121	-
Imobilizado	53.886	-
Intangível e infraestrutura em construção	8.972.763	-
Outros	756.449	-
Passivos mantidos para venda	9.458.995	-
Fornecedores	167.631	-
Obrigações fiscais	92.245	-
Obrigações sociais e trabalhistas	80.996	-
Outras obrigações	2.987.259	-
Empréstimos e financiamentos	1.416.159	-
Debêntures	4.687.463	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.242	-



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição da Diretoria

Miguel Nuno Simões Nunes F. Setas	Diretor Presidente
André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes	Diretor Vice-Presidente de Negócios
Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Diretor Vice-Presidente de Negócios
Pedro Paulo Archer Sutter	Diretor Vice-Presidente de Inovação, Tecnologia, Risco e Sustentabilidade
Roberto Penna Chaves Neto	Diretor Vice-Presidente Jurídico e de Relações Governamentais
Rodrigo Araujo Alves	Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores
Waldo Edwin Perez Leskovar	Diretor Vice-Presidente de Capex, SupplyChain e Serviços Compartilhados
Raquel Cardoso da Silva	Diretora Vice-Presidente de Pessoas e Desenvolvimento Organizacional

Composição do Conselho de Administração

João Henrique Batista de Souza Schmidt	Membro Efetivo (Presidente)
Claudio Borin Guedes Palaia	Membro Efetivo (Vice-Presidente)
Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna	Membro Efetivo
Eduardo Bunker Gentil	Membro Efetivo Independente
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade	Membro Efetivo Independente
José Guimarães Monforte	Membro Efetivo Independente
Leonardo de Mattos Galvão	Membro Efetivo
Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Júnior	Membro Efetivo
Mateus Gomes Ferreira	Membro Efetivo
Roberto Egidio Setúbal	Membro Efetivo
Vicente Furletti Assis	Membro Efetivo

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0

Conselho Fiscal

Leda Maria Deiro Hahn
Maria Cecília Rossi
Piedade Mota da Fonseca

Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos

Jorge Roberto Manoel
Coordenador

Eduardo Bunker Gentil
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
José Guimarães Monforte



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ N°. 02.846.056/0001-97

NIRE N°. 35.300.158.334

ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA 2026 (CONSOLIDADO)

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“LSA”) e do artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, apresentamos a V.Sas. para análise e posterior aprovação na Assembleia, a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2026, no valor de R\$ 8.339.000.000,00 (oito bilhões e trezentos e trinta e nove milhões de reais) conforme fontes de financiamento abaixo, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada nesta data.

Proposta de Orçamento de Capital: R\$ 8.339.000.000,00

Aplicações

Investimento consolidado planejado para 2026 nos projetos atualmente detidos pela Companhia	R\$ 8.339.000.000,00
---	----------------------

Origens/Fontes de Financiamento

Reserva de Retenção de Lucros até 31 de dezembro de 2025	R\$ 2.356.365.240,04
Outros Recursos Próprios e/ou de Terceiros	R\$ 5.982.634.759,96

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2026.

Assinado por:

João Henrique Batista de Souza Schmidt

A328CAC47FAE454...

JOÃO HENRIQUE BATISTA DE SOUZA SCHMIDT

Presidente do Conselho de Administração

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: C02E0ECB-D0E5-4D0B-A72C-E26BE7577E68
 Assunto: Motiva - Proposta Orçamento Capital 2026 - VF - Assinatura solicitada
 Unidade proprietária do documento: CCR S.A
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 1
 Certificar páginas: 4
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Rafael Valente Latorre
 Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
 Pellegrini
 nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
 Jundiaí/SP, SP 13.209-500
 rafael.latorre@motiva.com.br
 Endereço IP: 158.95.44.140

Rastreamento de registros

Status: Original
 09/02/2026 15:28:26
 Portador: Rafael Valente Latorre
 rafael.latorre@motiva.com.br
 Local: DocuSign

Eventos do signatário

João Henrique Batista de Souza Schmidt
 joao.schmidt@votorantim.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

Assinado por:

 A328CAC47FAE454...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP: 179.160.141.8

Registro de hora e data

Enviado: 09/02/2026 15:29:52
 Visualizado: 09/02/2026 15:36:25
 Assinado: 09/02/2026 15:36:35

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 15:36:25
 ID: 233d9b60-a4ed-4830-be17-9a669aff1e13
 Nome da empresa: GBS

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09/02/2026 15:29:52
Entrega certificada	Segurança verificada	09/02/2026 15:36:25
Assinatura concluída	Segurança verificada	09/02/2026 15:36:35
Concluído	Segurança verificada	09/02/2026 15:36:35
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº. 02.846.056/0001-97

NIRE Nº. 35.300.158.334

- PARECER DO CONSELHO FISCAL -

Os membros do Conselho Fiscal da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, em reunião realizada nesta data, procederam ao exame e análise do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 (“Demonstrações Financeiras”), do orçamento de capital e da proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, com base nas informações prestadas pela KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras, manifestam-se, por unanimidade, favoravelmente às referidas demonstrações, bem como à proposta de orçamento de capital e de destinação de resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, que estão em plenas condições de serem votados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

São Paulo/SP, 06 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

Piedade Mota da Fonseca

0A0341A02473492...

PIEIDADE MOTA DA FONSECA

DocuSigned by:

Leda Maria Deiro Hahn

519DF91452FC42A...

LEDA MARIA DEIRO HAHN

DocuSigned by:

Maria Cecilia Rossi

F304806322524D4...

MARIA CECILIA ROSSI

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 795B4C73-B149-4070-99DB-D2AA79BC3A56
 Assunto: Motiva - Parecer Conselho Fiscal - DFs 2025 - assinatura solicitada
 Unidade proprietária do documento: CCR S.A
 Envelope fonte:
 Documentar páginas: 1
 Certificar páginas: 8
 Assinatura guiada: Ativado
 Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
 Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

Remetente do envelope:
 Rafael Valente Latorre
 Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães
 Pellegrini
 nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro
 Jundiaí/SP, SP 13.209-500
 rafael.latorre@motiva.com.br
 Endereço IP: 158.95.110.63

Rastreamento de registros

Status: Original
 06/02/2026 11:55:41

Portador: Rafael Valente Latorre
 rafael.latorre@motiva.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Leda Maria Deiro Hahn
 ledahahn@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:

 519DF91452FC42A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:7f1:c283:77f2:5478:5ec3:a1ac:4775
 Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 06/02/2026 11:58:56
 Visualizado: 06/02/2026 12:07:34
 Assinado: 06/02/2026 12:07:45

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 12:07:34
 ID: a1c64270-b638-4050-9bb5-8fa2ab300520
 Nome da empresa: GBS

Maria Cecilia Rossi
 cecilia@interlinkconsultoria.com.br
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 F304806322524D4...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
 Usando endereço IP: 186.215.57.129

Enviado: 06/02/2026 11:58:57
 Visualizado: 06/02/2026 12:03:23
 Assinado: 06/02/2026 12:03:30

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 12:03:23
 ID: e173a883-7959-49e8-95ee-2c06469f38d7
 Nome da empresa: GBS

Piedade Mota da Fonseca
 piedademfonseca@gmail.com
 Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta
 (Nenhuma)

DocuSigned by:

 0A0341A02473492...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
 Usando endereço IP:
 2804:18:4870:55b7:e904:3eda:7bea:e066
 Assinado com o uso do celular

Enviado: 06/02/2026 11:58:56
 Visualizado: 06/02/2026 13:18:11
 Assinado: 06/02/2026 13:18:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 13:18:11
 ID: 23cc7a1b-a77a-4e1a-8f58-b68eb135758d
 Nome da empresa: GBS

Eventos do signatário presencial

Assinatura

Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/02/2026 11:58:57
Entrega certificada	Segurança verificada	06/02/2026 13:18:11
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/02/2026 13:18:23
Concluído	Segurança verificada	06/02/2026 13:18:23
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

Relatório Anual do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Companhia” ou “Motiva”) - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2025

O Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos (“CAC”) da Motiva¹ é órgão de caráter permanente, de assessoramento ao Conselho de Administração cujos objetivos, entre outros, incluem supervisionar as atividades dos auditores independentes relativamente à sua independência, qualidade e adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; monitorar a qualidade e integridade de suas demonstrações financeiras e dos mecanismos de controles internos utilizados; avaliar e monitorar a exposição de riscos considerando a política de riscos adotada; monitorar a adequação do *compliance* em relação às políticas e normas estabelecidas e que a forma de gerenciamento empreendida esteja em consistência com as diretrizes estratégicas da Motiva.

Responsabilidades e formação atual do Comitê

O CAC, no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão e monitoramento definidas a partir da legislação aplicável, do Estatuto Social da Companhia, assim como das disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração da Motiva e seus Comitês de Assessoramento, baseia suas análises e avaliações para formar seu julgamento e suas opiniões considerando, principalmente, (i) as informações recebidas da Diretoria Executiva e dos Gestores, incluindo, entre outros os responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras; (ii) a estrutura de *Compliance*, de Riscos e Controles Internos e de Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial; (iii) os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia (incluindo os projetos conduzidos por auditores terceirizados); e (iv) os trabalhos realizados pelos Auditores Independentes.

O CAC é composto por quatro membros independentes, sendo três membros conselheiros de administração e um coordenador externo e atende os requisitos de manutenção de um membro com experiência em assuntos de contabilidade societária, conforme requerido pela Resolução CVM n.º 23, de 25 de fevereiro de 2021.

Atividades do CAC

O CAC possui Plano de Trabalho definido anualmente, com agenda temática preparada considerando os temas de maior relevância. A agenda do CAC incorpora, ao longo do ano, as solicitações advindas do Conselho de Administração, como, também, outras situações que se requeiram, segundo a dinâmica e circunstâncias dos negócios da Companhia.

Ao longo do período de janeiro de 2025 até a data deste relatório, o CAC se reuniu em 20 (vinte) ocasiões, considerando as reuniões ordinárias e extraordinárias, (i) com diretores e

¹ Alteração da mudança de marca e da denominação social da Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária em 23 de abril de 2025, que passou de “CCR S.A.” para “MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.”.

colaboradores das várias unidades e áreas de negócios da Motiva; (ii) com a área de Auditoria Interna da Companhia, para discutir o funcionamento das respectivas áreas sob auditoria, eventuais deficiências e recomendações efetuadas para aprimoramento dos processos de trabalho dessas áreas, relativamente aos seus sistemas de controles internos, os planos de ação e seus respectivos desenvolvimentos; (iii) com os auditores independentes para conhecimento do escopo de trabalho, dos principais assuntos de auditoria, discussão dos relatórios emitidos sobre as demonstrações financeiras da Companhia e as recomendações de controles internos efetuadas; (iv) com a área de *Compliance*, para acompanhamento dos trabalhos executados; (v) com a área de riscos e controles internos para análise e discussões relacionadas aos principais riscos identificados e das recomendações propostas para melhoria desses controles internos; e (vi) com outras áreas da Companhia, para discussão de temas específicos. Adicionalmente, os membros do CAC interagiram com os representantes das Unidades de Negócio da Companhia e visitaram a AutoBAN e Centro de Serviços Compartilhados.

Auditoria Interna:

O processo para elaboração do Plano de Auditoria Interna, proposto para o ano findo em 31 de dezembro de 2025, considera o mapeamento de temas prioritários da matriz de riscos corporativos, o planejamento estratégico, o universo auditável considerando a rotação de ênfase aprovada, o resultado dos trabalhos anteriormente executados, a identificação de principais riscos emergentes, além da avaliação e sinergia dos trabalhos realizados pelas áreas de *Compliance*, Controles Internos e Riscos, Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial, bem como discussões mantidas com os executivos das áreas de negócio da Companhia.

O plano proposto foi analisado e debatido com os membros do CAC que recomendaram a sua aprovação ao Conselho de Administração que, após revisão e considerações efetuadas, aprovou em 27 de novembro de 2024.

Referido Plano foi substancialmente concluído durante o ano de 2025 e foi composto por projetos englobando processos relevantes, tais como: Gestão de Metas, Gestão do Contrato de Concessão, Planejamento da Operação, Reequilíbrio Econômico Financeiro, Gestão de Licenças, Gestão dos Processos de Meio Ambiente, Gestão de Projetos de Engenharia e Qualidade, Aquisição de Contratação de Terceiros, Gestão de Almoxarifado/Estoques, Cibersegurança para OT – “*Operation Technology*”, Gestão de Segurança do Trabalho de Terceiros, Receitas Tarifárias para as Plataformas Rodovias e Trilhos, Gestão de Crises e Continuidade de Negócios das Linhas 8 e 9, Gestão Estratégica para *ESG*, Processamento da Folha de Pagamento.

O CAC revisou os assuntos relevantes classificados nesses relatórios com ênfase naqueles classificados como de risco muito alto e alto com a Auditoria Interna da Companhia que, como parte da execução de seus trabalhos, discutiu os resultados diretamente com os diretores e gestores das respectivas Plataformas de Negócio das entidades, assim como monitorou o andamento dos planos de ação elaborados para a correção das deficiências identificadas.

Compliance:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes temas:

- Monitoramento periódico do atendimento de *Compliance* referente às políticas e práticas da Companhia
- Resultados dos testes transacionais efetuados, suas conclusões e principais recomendações para aprimoramento de controles internos e planos de ação decorrentes
- Indicadores em geral, bem como os relatos de maior relevância do Canal Confidencial da Motiva
- Análise das conclusões de principais investigações e as medidas de remediação propostas
- Cronograma de atividades, análise crítica e resultados de auditorias referentes a extensão e manutenção das Certificações da ABNT NBR ISO 37001:2017 (Sistema de Gestão Antissuborno) e da ABNT NBR ISO 37301:2021 (Sistema de Gestão de *Compliance*) com foco em ESG, para a *Holding*, CSC e Plataformas de Negócios da Motiva
- Cronograma de atividades e monitoramento da evolução dos Pilares do Programa de Integridade da Motiva, incluindo:
 - atualização de políticas
 - riscos de suborno
 - cronograma de comunicação e treinamentos
 - *due diligence* de fornecedores, parceiros e beneficiários
 - embaixadores de *Compliance* declarações anuais obrigatórias
 - melhoria contínua, com automatizações e uso de inteligência artificial
- Monitoramento de Fornecedores Estratégicos, com a avaliação de riscos de *Compliance*, implementação de mitigadores e finalização da qualificação *Hands on ESG & Integridade*
- Principais indicadores quantitativos e qualitativos das Unidades que a Motiva detém participação societária compartilhada com outros sócios

Riscos e Controles:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes principais temas:

- Matriz de Riscos
- Plano Operacional de Gestão de Riscos e Controles Internos
- Agenda Temática de Riscos e Controles
- Metodologia de precificação de riscos: ativos com riscos precificados, sendo os principais: Ativos e Passivos Regulatórios, Variação de CAPEX, Clima
- Metodologia de rating risco-retorno para classificação dos ativos do portfólio

No contexto da agenda temática de Riscos e Controles da Companhia e de sua relevância, foram também discutidos com o CAC assuntos relacionados com: Gestão de Terceiros, Mudanças Regulatórias e Políticas, Segurança da Informação, Gestão de Ativos (Estruturas), Gestão de Licenças Operacionais, Responsabilidades

Contratuais, Implantações (CAPEX), Clima, Inadimplências, Gestão de Almoarifado, Planejamento de Materiais, Segurança Ocupacional, Gestão de Ativos (Equipamentos) e Reputação, bem como aspectos econômicos - financeiros associados ao ambiente geral dos negócios.

Segurança Corporativa e Resiliência Empresarial:

Foram apresentados e discutidos com o CAC os seguintes principais temas:

- Planos Operacionais de Resiliência Climática estruturados para todos os ativos, contemplando mitigação, adaptação e valoração
- Implementação da Gestão de Crises e Continuidade de Negócios – BIA – *Business Impact Analysis* – relacionada aos ativos classificados como críticos da Motiva
- Capacitação decorrente da Inclusão do Treinamento de Resiliência Empresarial no Sistema de Controles de Treinamentos
- Planos Operacionais de Resiliência Climática estruturados para todos os ativos, contemplando mitigação, adaptação e valoração
- Gestão de Seguros Corporativos
- Obtenção da Certificação ISO 22301 (Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios - SGCN) e do selo *Resilient Enterprise* emitido pelo DRI (*Disaster Recovery Institute*)
- Segurança Corporativa: Implementação do projeto de segurança orgânica na Nova Sede da *Holding*, bem como Projetos de Segurança em Rodovias (RioSP, ViaSul e ViaCosteira, Rota Sorocabana, PRVias) e em Trilhos (Linhas 4, 5 e 17, 8 e 9) incluindo aspectos tecnológicos
- Treinamentos relacionados à disseminação da Cultura de *Ciber* Segurança Digital

Outros temas:

Adicionalmente, o CAC (i) analisou as principais transações contratadas pela administração com Partes Relacionadas; (ii) recomendou ao Conselho de Administração a aprovação (a) do Código de Conduta Ética e Declaração de Diretos Humanos; (b) da POL 017 - Política do Sistema de Gestão de *Compliance*; (c) da POL 001 - Política da Empresa Limpa e Combate à Corrupção e ao Suborno; (e) do Orçamento da área de Riscos e Controles, *Compliance*, Auditoria Interna e do CAC; (iii) interagiu com a Companhia sobre o Plano de Resiliência Empresarial.

Auditoria Independente:

O CAC se reuniu em 10 (dez) ocasiões, entre janeiro de 2025 e fevereiro de 2026, com sócios e equipes da KPMG Auditores Independentes.

Os Auditores Independentes apresentaram ao CAC o escopo dos trabalhos planejados, os principais procedimentos de auditoria realizados e os pontos identificados como relevantes durante os trabalhos de auditoria para o fechamento das demonstrações financeiras trimestrais e anual relativas ao exercício findo em 31

de dezembro de 2025, incluindo os principais assuntos de auditoria (PAA) destacados pelo auditor independente em seu relatório com a descrição das principais atividades realizadas.

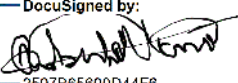
Em particular, foram também discutidos, com a presença da administração da Companhia, os principais reequilíbrios contratuais contabilizados, bem como os principais assuntos relacionados às transações do ano.

Os auditores independentes confirmaram ao CAC sua avaliação de independência em relação à Companhia. Adicionalmente, não veio ao conhecimento do Comitê nenhum evento ou situação que pudesse afetar a independência ou a objetividade dos auditores independentes, tampouco de quaisquer divergências relevantes entre o posicionamento da administração e dos auditores independentes com respeito às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

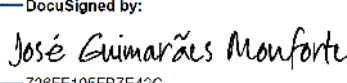
Recomendação referente às demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Motiva - Exercício Social Findo em 31 de dezembro de 2025

Os membros do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva” ou “Companhia”) no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme as disposições do Estatuto Social da Companhia e do Regimento Interno do Conselho de Administração da Motiva e seus Comitês de Assessoramento, procederam à análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório da KPMG Auditores Independentes, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e, com base nos trabalhos efetuados, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Auditoria Independente, por unanimidade, recomendam ao Conselho de Administração da Motiva a aprovação dessas Demonstrações Financeiras para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.


São Paulo, 06 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

2597B65800D44F6...


Jorge Roberto Manoel
Coordenador do Comitê

DocuSigned by:

728FF105FB7E42C...

José Guimarães Monforte

DocuSigned by:

58E0307269B74C3...

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

Signed by:

77DC49853C284B1...

Eduardo Bunker Gentil

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 33A44813-D9BF-4F3A-9D04-C8F562C976C0

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Relatório Anual do CAC - VERSÃO FINAL - datada.docx

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Envelope fonte:

Documentar páginas: 5

Assinaturas: 4

Certificar páginas: 8

Rubrica: 16

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Remetente do envelope:

Sara Cristina Cezar Xavier

AV CHEDID JAFET, 222, BLOCO B ANDAR 5, VILA OLIMPIA, SAO PAULO - SP

São Paulo, SP 04551-065

sara.xavier@motiva.com.br

Endereço IP: 158.95.110.63

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Sara Cristina Cezar Xavier

Local: DocuSign

06/02/2026 07:13:47

sara.xavier@motiva.com.br

Eventos do signatário

Eduardo Bunker Gentil

eduardo@ebgconselhos.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

Signed by:

77DC49853C284B1...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP: 199.83.101.246
Assinado com o uso do celular

Registro de hora e data

Enviado: 06/02/2026 10:33:16

Reenviado: 09/02/2026 09:42:45

Visualizado: 09/02/2026 09:52:10

Assinado: 09/02/2026 09:52:34

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 09:52:10

ID: 5d0cc2d3-d920-497d-8314-ab0e048c3f87

Eliane Aleixo Lustosa de Andrade

eliane.lustosa@elmoinho.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

58E0307269B74C3...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado
Usando endereço IP:
2804:18:4877:b479:f477:1db8:e157:96bb
Assinado com o uso do celular

Enviado: 06/02/2026 10:33:15

Reenviado: 09/02/2026 10:45:06

Visualizado: 09/02/2026 12:46:13

Assinado: 09/02/2026 12:46:23

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 09/02/2026 12:46:13

ID: a7d9813a-8185-4120-8028-9296c202a51a

JORGE ROBERTO MANOEL

jorge.r.manoel@gmail.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

DocuSigned by:

2597B65600D44F6...

Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo
Usando endereço IP: 200.245.117.52

Enviado: 06/02/2026 10:33:15

Visualizado: 06/02/2026 10:35:02

Assinado: 06/02/2026 10:49:14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 06/02/2026 10:35:02

ID: 2952489a-e24e-47a2-be6f-4e4709fbf0f7

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
José Guimarães Monforte jgmonforte@gmail.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	<div><div>DocuSigned by: <i>José Guimarães Monforte</i> 726FF105FB7E42C...</div><div>Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 2804:7f0:bf43:36cb:c9ec:7e28:ffc8:c2 Assinado com o uso do celular</div></div>	Enviado: 06/02/2026 10:33:15 Visualizado: 09/02/2026 09:41:09 Assinado: 09/02/2026 09:41:27
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 09/02/2026 09:41:09 ID: ef25392e-5445-4916-b7f0-7c624f867025		
Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	06/02/2026 10:33:16
Envelope atualizado	Segurança verificada	09/02/2026 09:42:45
Entrega certificada	Segurança verificada	09/02/2026 09:41:09
Assinatura concluída	Segurança verificada	09/02/2026 09:41:27
Concluído	Segurança verificada	09/02/2026 12:46:23
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		



MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ N°. 02.846.056/0001-97

NIRE N°. 35.300.158.334

- DECLARAÇÃO DA DIRETORIA -

Em observância às disposições constantes no artigo 27, §1º, V e VI, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes (“KPMG”) sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo/SP, 9 de fevereiro de 2026.

DocuSigned by:

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

43D5753A7BB049D...

**MIGUEL NUNO SIMÕES
NUNES FERREIRA SETAS**
DIRETOR PRESIDENTE

Assinado por:

Rodrigo Araujo Alves

43E022ADB5344D9...

RODRIGO ARAUJO ALVES
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE FINANÇAS E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DocuSigned by:

Waldo Edwin Pérez Iskovar

6E4DE73F1B21424...

WALDO PEREZ
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE CAPEX,
SUPPLY CHAIN E SERVIÇOS COMPARTILHADOS

DocuSigned by:

Roberto Penna Chaves Neto

BB5D13392E464D6...

ROBERTO PENNA CHAVES NETO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE JURÍDICO, DE
GOVERNANÇA, COMPLIANCE E RELAÇÕES
GOVERNAMENTAIS

Assinado por:

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes

E315895BAB7547A...

**ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO
TEIXEIRA MENDES**
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

Assinado por:

Raquel Cardoso da Silva

5FF58E11A19D432...

RAQUEL CARDOSO DA SILVA
DIRETORA VICE-PRESIDENTE DE PESSOAS,
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E
SUSTENTABILIDADE

DocuSigned by:

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

3334903B628B4C4...

EDUARDO SIQUEIRA MORAES CAMARGO
DIRETOR VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS

Certificate Of Completion

Envelope Id: E3D746E6-90A7-49D9-89F6-C777C2828D65

Status: Completed

Subject: Motiva - Declaração da Diretoria - DFs 2025(00118135.3) - Assinatura solicitada

Unidade proprietária do documento: CCR S.A

Source Envelope:

Document Pages: 1

Signatures: 7

Certificate Pages: 9

Initials: 0

AutoNav: Enabled

Envelopeld Stamping: Enabled

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Envelope Originator:

Juridico Societario

Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães

Pellegrini

nº. 200, Blocos A, B, C e D, Bairro Retiro

Jundiaí/SP, SP 13.209-500

ds-jur.societario@grupoccr.com.br

IP Address: 54.232.57.236

Record Tracking

Status: Original

2/9/2026 8:49:35 AM

Holder: Juridico Societario

ds-jur.societario@grupoccr.com.br

Location: DocuSign

Signer Events

André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes

andre.salcedo@motiva.com.br

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Signature

Assinado por:

E315685BAB7547A...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 158.95.44.140

Timestamp

Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM

Resent: 2/9/2026 1:50:14 PM

Viewed: 2/9/2026 2:45:10 PM

Signed: 2/9/2026 2:45:21 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 2:45:10 PM

ID: 5a952eae-c040-4e36-84c1-89ec571754bd

Company Name: GBS

Eduardo Siqueira Moraes Camargo

eduardo.camargo@motiva.com.br

CCR

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:

3334903B626B4C4...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 162.10.244.252

Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM

Viewed: 2/9/2026 8:54:59 AM

Signed: 2/9/2026 8:55:14 AM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 8:54:59 AM

ID: c5f7867b-924f-45f5-89d8-3f93a2afda09

Company Name: GBS

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

miguel.setas@motiva.com.br

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

DocuSigned by:

43D5753A7BB049D...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address:

2804:18:487e:71b1:c0e6:83c3:95f5:c419

Signed using mobile

Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM

Resent: 2/9/2026 1:50:14 PM

Viewed: 2/9/2026 2:38:04 PM



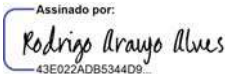

Signed: 2/9/2026 2:38:28 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 2/9/2026 2:38:04 PM

ID: 10ada186-09f2-4e5c-a98c-95d17b37bd02

Company Name: GBS

Signer Events	Signature	Timestamp
<p>Raquel Cardoso da Silva</p> <p>raquel.cardoso@motiva.com.br</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None)</p>	<p>Assinado por:</p>  <p>5FF58E11A19D432...</p> <p>Signature Adoption: Pre-selected Style</p> <p>Using IP Address: 158.95.44.140</p>	<p>Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM</p> <p>Viewed: 2/9/2026 8:53:49 AM</p> <p>Signed: 2/9/2026 8:54:01 AM</p>
<p>Electronic Record and Signature Disclosure:</p> <p>Accepted: 2/9/2026 8:53:49 AM</p> <p>ID: de64d02d-242b-4a85-a68f-95bfa5ef60ca</p> <p>Company Name: GBS</p>		
<p>Roberto Penna Chaves Neto</p> <p>roberto.penna@motiva.com.br</p> <p>Diretor Vice Presidente</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None)</p>	<p>DocuSigned by:</p>  <p>BB5D13392E464D6...</p> <p>Signature Adoption: Pre-selected Style</p> <p>Using IP Address: 46.193.11.130</p>	<p>Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM</p> <p>Resent: 2/9/2026 1:50:15 PM</p> <p>Viewed: 2/9/2026 2:11:45 PM</p> <p>Signed: 2/9/2026 2:11:52 PM</p>
<p>Electronic Record and Signature Disclosure:</p> <p>Accepted: 2/9/2026 2:11:45 PM</p> <p>ID: 725d0b5d-99ad-4171-ae8f-e72461b88027</p> <p>Company Name: GBS</p>		
<p>Rodrigo Araujo Alves</p> <p>rodrigoaraujo.alves@motiva.com.br</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None)</p>	<p>Assinado por:</p>  <p>43E022ADB5344D9...</p> <p>Signature Adoption: Pre-selected Style</p> <p>Using IP Address: 158.95.110.62</p>	<p>Sent: 2/9/2026 8:52:10 AM</p> <p>Viewed: 2/9/2026 8:52:50 AM</p> <p>Signed: 2/9/2026 8:53:17 AM</p>
<p>Electronic Record and Signature Disclosure:</p> <p>Accepted: 2/9/2026 8:52:50 AM</p> <p>ID: c1b8f1ad-4ded-47dd-813f-4b3fcbc29537</p> <p>Company Name: GBS</p>		
<p>Waldo Edwin Pérez Leskovar</p> <p>waldo.perez@motiva.com.br</p> <p>Diretor</p> <p>Security Level: Email, Account Authentication (None)</p>	<p>DocuSigned by:</p>  <p>6E4DE73F1B21424...</p> <p>Signature Adoption: Pre-selected Style</p> <p>Using IP Address: 158.95.110.63</p>	<p>Sent: 2/9/2026 8:52:09 AM</p> <p>Viewed: 2/9/2026 8:54:04 AM</p> <p>Signed: 2/9/2026 8:54:20 AM</p>
<p>Electronic Record and Signature Disclosure:</p> <p>Accepted: 2/9/2026 8:54:04 AM</p> <p>ID: e57f8015-a47b-49a7-9b86-26ce11f317c3</p> <p>Company Name: GBS</p>		
In Person Signer Events	Signature	Timestamp
Editor Delivery Events	Status	Timestamp
Agent Delivery Events	Status	Timestamp
Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
Certified Delivery Events	Status	Timestamp
Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp
Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	2/9/2026 8:52:10 AM
Certified Delivered	Security Checked	2/9/2026 8:54:04 AM
Signing Complete	Security Checked	2/9/2026 8:54:20 AM
Completed	Security Checked	2/9/2026 2:45:21 PM
Payment Events	Status	Timestamps
Electronic Record and Signature Disclosure		